

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

JOÃO VITOR CORRÊA NOGUEIRA

**A ASCENSÃO GLOBAL DA ECONOMIA DA CHINA E SEUS INVESTIMENTOS
EXTERNOS NO BRASIL**

Porto Alegre

2019

JOÃO VITOR CORRÊA NOGUEIRA

**A ASCENSÃO GLOBAL DA ECONOMIA DA CHINA E SEUS INVESTIMENTOS
EXTERNOS NO BRASIL**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação em Relações Internacionais da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais.

Orientador: Prof. Dr. Ronaldo Herrlein Jr.

Porto Alegre

2019

CIP - Catalogação na Publicação

Nogueira, João Vitor Vitor Corrêa
A ASCENÇÃO GLOBAL DA ECONOMIA DA CHINA E SEUS
INVESTIMENTOS EXTERNOS NO BRASIL / João Vitor Vitor
Corrêa Nogueira. -- 2019.
91 f.
Orientador: Ronaldo Herrlein Jr..

Trabalho de conclusão de curso (Graduação) --
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade
de Ciências Econômicas, Curso de Relações
Internacionais, Porto Alegre, BR-RS, 2019.

1. Investimento Estrangeiro Direto. 2. Empresas
Multinacionais. 3. China. 4. Brasil. I. Herrlein Jr.,
Ronaldo, orient. II. Título.

JOÃO VITOR CORRÊA NOGUEIRA

**A ASCENSÃO GLOBAL DA ECONOMIA DA CHINA E SEUS
INVESTIMENTOS EXTERNOS NO BRASIL**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação em Relações Internacionais da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais.

Aprovado em: Porto Alegre, ____ de ____ de 2019.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Ronaldo Herrlein Jr. – Orientador

UFRGS

Prof. Dr. Luiz Augusto Estrella Faria

UFRGS

Prof. Dr. Diego Pautasso

CMPA

AGRADECIMENTOS

Inicialmente agradeço ao Estado brasileiro e sua sociedade por terem me proporcionado educação de alto nível no curso de Relações Internacionais da UFRGS e também no ensino fundamental e médio no Colégio Militar de Porto Alegre.

Agradeço aos professores da FCE pelas aulas e dedicação nas atividades de ensino, que foram essenciais para a minha evolução acadêmica durante o curso. Ao meu orientador, Professor Ronaldo, por ter me apoiado neste jornada do TCC e com seus questionamentos e ideias ter elevado a qualidade do trabalho.

Agradeço a minha família, principalmente a minha mãe e ao meu pai, por todo suporte durante o curso, em especial durante a escrita do trabalho. Aos meus amigos, que me apoiaram em momentos difíceis e que também comemoraram comigo as conquistas. A parceria e a troca de vivências foi essencial para a minha experiência e formação durante a faculdade.

Por fim, agradeço a Gabriela Costa por ter me ajudado a navegar nos dados do Banco Central do Brasil e ter me explicado o funcionamento e detalhes da instituição.

RESUMO

O investimento estrangeiro direto da China no Brasil tem crescido aceleradamente nos últimos anos, o que representa uma mudança no perfil dos investimentos recebidos pelo país. Por trás do crescimento do investimento está a ascensão econômica chinesa e seu histórico de desenvolvimento. Neste sentido, o trabalho explora a temática do crescimento do Investimento Estrangeiro Direto da China no Brasil nos últimos 10 anos pela análise das características, perspectivas e motivadores. Explora-se a definição de Investimento Estrangeiro Direto e o papel de empresas Multinacionais e suas motivações no desenvolvimento. Com fundamentação nestes conceitos, a história da China é explorada para encontrar as origens do processo de recebimento e realização de investimento. Observa-se a traumática experiência do século XIX, devido as Guerras do Ópio, que transformou as instituições da China imperial, que resultaram na fragmentação de divisão do país, que apenas foi reunificado após a vitória do Partido Comunista Chinês em 1949. No momentos posterior, nota-se a preocupação com o desenvolvimento da economia chinesa e industrialização, que passam a ocorrer conjuntamente do recebimento de investimento estrangeiro a partir do processo de abertura e modernização iniciadas por Deng Xiaoping. Este processo, comparado com a experiência de abertura brasileira dos anos 90, foi diametralmente oposto, enquanto a China conseguiu utilizar capital estrangeiro para observar tecnologia e desenvolver suas empresas, o Brasil internacionalizou o seu mercado interno e induziu especialização da indústria. A continuação das políticas de atração de investimentos pelo Brasil durante o século XIX reforçaram o processo observado nos anos 90 e também permitiram o recepimento de investimento chineses em grande escala. Neste sentido, observa-se que o Brasil continua a não considerar as consequências de longo prazo no recebimentos dos investimentos e que a China não alterou este processo. Quando é considerado o lado chinês, nota-se a superação da condição de país subdesenvolvimento e inserção internacional como um país investidor, que são realizados principalmente por empresas estatais.

Palavras-chave:

Investimento Estrangeiro Direto. Empresas Multinacionais. China. Brasil.

ABSTRACT

China's foreign direct investment in Brazil has grown rapidly in recent years, which represents a change in the characteristics of investments received by the country. Behind the growth of investment is China's economic rise and its history of development. In this sense, the present text explores the theme of the growing Chinese Foreign Direct Investment in Brazil in the last 10 years by analyzing the characteristics, perspectives and motivations. The definition of Foreign Direct Investment and the role of multinational companies and their motivations is explored regarding their impact on development. Based on these concepts, China's history is explored to find the origins of inward and outward investment. The traumatic Chinese experience on the nineteenth century, due to the Opium Wars, transformed the institutions of imperial China, which resulted in the fragmentation of the division of the countries that was only reunified after the victory of the Chinese Communist Party in 1949. After this moment, the development of Chinese economy and its industrialization were seek alongside the inward foreign investment, that was fomented by the opening and modernization process initiated by Deng Xiaoping. This process, compared to the Brazilian opening experience of the 1990s, was diametrically opposed, while China managed to use foreign capital to import technology and develop its companies, Brazil internationalized its domestic market and induced industry specialization. The continuation of investment attraction policies by Brazil during the nineteenth century reinforced the process observed in the 1990s and also allowed the receive of large-scale Chinese investment. In this regard, it is observed that Brazil continues to disregard the long-term consequences on investment receipts and that China has not changed this process. When one considers the Chinese side, one notices the overcoming of the condition of underdevelopment country and international insertion as an investing country, which are carried out mainly by state companies.

Keywords:

Foreign Direct Investment. Multinational Companies. China. Brazil.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Fluxos do Investimento Estrangeiro Direto da China de 1982 a 2018.....	37
Figura 2 – Estoque do Investimento Estrangeiro Direto da China de 1982 a 2018.....	37
Figura 3 – Participação de conversões de dívida no ingresso de Participação no Capital no período de 1990 a 2005.....	53
Figura 4 – Despesas com lucros, dividendos e juros intercompanhia e saldo de transações correntes em milhões de dólares entre 2005 e 2009.....	56
Figura 5 – Poder de voto de investidores não residentes em Empresas receptoras de IED – 2010 e 2015.....	58
Figura 6 – Participação de empresas de IED nas exportações e importações totais brasileiras entre 1995 e 2015.....	59
Figura 7 – Composição dos Fluxos de Investimento Direto Estrangeiro Brasil.....	60
Figura 8 – Estoque de Investimento Estrangeiro Direto no Brasil 2010 a 2017.....	61
Figura 9 – Relação entre estoque de IED, Participação em Capital e Produto Interno Bruto 1995 a 2017.....	61
Figura 10 – Estoque de IED por país, como investidor imediato e como controlador final, em bilhões de dólares para o ano de 2017.....	62
Figura 11 – <i>Ranking</i> de países com maior estoque de IED no país 2010 a 2017.....	63
Figura 12 – Participação dos setores no estoque de IED chinês no Brasil em 2017.....	65
Figura 13 – Taxa média de crescimento ponderado do estoque de IED da China no Brasil entre 2014 e 2017.....	65
Figura 14 – Fluxo de IED por controlador final e investidor imediato da China no Brasil e participação nos fluxos totais entre 2014 e 2017.....	66
Figura 15 – Número de Projetos Confirmados e Valor dos Projetos Confirmados (milhões de dólares) entre 2004 e 2018.....	68
Figura 16 – Setores dos investimentos confirmados 2003 a 2018.....	69

Figura 17 – Construção das posições de IED segundo o princípio de ativo/passivo e do método direcional.....	86
Figura 18 – Ingressos e Saídas de Investimento Direto no País de 1995 a 2018.....	88
Figura 19 – Fluxos de investimento estrangeiro realizado no Brasil segundo Banco Central do Brasil, Banco Mundial e UNCTAD de 1995 a 2018	89

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Evolução do IED na América Latina e Ásia em Desenvolvimento de 1977 a 1989.....	20
Tabela 2 – Estoque de IDP chinês no Brasil por setor em milhões de dólares de 2010 a 2017.....	65
Tabela 3 – Maiores aquisições Chinesas no Brasil entre 2016 e 2018	67

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AIIB	Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura
BCB	Banco Central do Brasil
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina
CIPS	China international Payment System
F&A	Fusões e Aquisições
IED	Investimento Estrangeiro Direto
OMC	Organização Mundial do Comércio
PCCh	Comissão Econômica para a América Latina
PIB	Produto Interno Bruto
P&D	Pesquisa e Desenvolvimento
SWIFT	<i>Society for Worldwide Interbank Financial Telecommunication</i> (Sociedade de Telecomunicações Financeiras Interbancárias Mundiais)
TVEs	<i>Townships and Village Enterprises</i>
UNCTAD	Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento
ZEE	Zonas Econômicas Especiais

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	8
2	INVESTIMENTO ESTRANGEIRO DIRETO E EMPRESAS TRANSNACIONAIS.....	13
2.1	DESENVOLVIMENTO E EMPRESAS TRANSNACIONAIS	14
3	CRESCIMENTO ECONÔMICO DA CHINA E EXPORTAÇÃO DE IED.....	22
3.1	REINSERÇÃO DA CHINA NA ECONOMIA INTERNACIONAL	23
3.1.1	O Século Perdido da China.....	23
3.1.2	Reformas e Modernização da China	31
3.2	INTERNACIONALIZAÇÃO E INVESTIMENTO ESTRANGEIRO CHINÊS.....	36
3.2.1	O Investimento Estrangeiro Direto Recebido Pela China.....	37
3.2.2	O Investimento Estrangeiro Direto Realizado pela China	42
4	LIBERALIZAÇÃO E INVESTIMENTO ESTRANGEIRO DIRETO NO BRASIL.....	47
4.1	ABERTURA COMERCIAL DOS ANOS 90.....	47
4.2	RECEBIMENTO DE INVESTIMENTO ESTRANGEIRO DIRETO ATÉ A CRISE DE 2008.....	52
4.3	INVESTIMENTO NO BRASIL APÓS A CRISE FINANCEIRA DE 2008.....	52
5	INVESTIMENTO ESTRANGEIRO CHINÊS RECENTE NO BRASIL	57
5.1	EVOLUÇÃO DO IED E TRANSAÇÃO RECENTES	64
5.2	RELAÇÃO DE INVESTIMENTO ENTRE BRASIL E CHINA.....	70
6	CONCLUSÃO	76
7	REFERÊNCIAS	80
	APÊNDICE A – INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS	85

1 INTRODUÇÃO

As transformações que ocorreram com o fim da Guerra Fria ainda podem ser sentidas nos dias atuais. Dentre as mudanças podemos ver a expansão de políticas liberais na economia e a aceleração da globalização como pontos importantes deste processo. Com o crescimento do poder relativo dos Estados Unidos e do processo chamado de globalização, o estado nacional pareceu perder importância. Esta percepção acompanhou o aumento da liberalização econômica e criação de instituições multilaterais lideradas pelos Estados Unidos. O processo da globalização, representado pela expansão das transnacionais e políticas econômicas decorrentes, estabeleceu estas empresas como um novo ator econômico e político relevante para a política mundial. Mesmo que outras empresas privadas já tenham realizado este papel internacional, como a Companhia Britânica das Índias Orientais, as empresas transnacionais do mundo contemporâneo utilizam um novo leque de opções para abrir novos mercados além do uso da força, como novas tecnologias e grandes volumes de investimentos (GILPIN, 2001).

O Investimento Estrangeiro Direto (IED) é a forma de expansão das empresas transnacionais para o exterior, que resulta na inclusão destas no cenário político internacional, devido as relações que envolvem tanto o receptor como o originário do investimento. Nesse sentido, o crescimento do IED observado nos anos 90, tanto em países em desenvolvimento como nos países desenvolvidos, e a expansão global de empresas multinacionais estão ligados a um processo maior de transformação da economia internacional (GILPIN, 2001).

O crescimento da China, suas características e consequências, são tópicos estudados há mais de uma década por diversas áreas do conhecimento que se propõem a entender este processo ainda em andamento. A ascensão chinesa impacta diretamente como os países se comportam politicamente e nas relações econômicas estabelecidas durante o processo de crescimento. Vemos este último ponto na transformação da China como maior parceiro comercial de diversos países emergentes e também em iniciativas multilaterais como o Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura, o projeto *One Belt and One Road* e até o Novo Banco de Desenvolvimento. Este trabalho será restrito a compreender uma parte deste fenômeno: como a modernização da China após Deng Xiaoping resultou nos crescentes investimentos no Brasil.

O investimento estrangeiro direto chinês começou a crescer a partir da estratégia *Going Global*, implementada a partir dos anos 90, que buscava desenvolver a economia e estabelecer as grandes empresas estatais chinesas como competidoras globais. Assim as multinacionais

chinesas aproveitaram o crescimento econômico a partir dos anos 2000 para expandir seus negócios no exterior. Já em 2015 a China era o terceiro maior exportador de investimento, chegando a 127 bilhões de dólares no ano. Se em 2009 a China representava 1,2% dos investimentos globais, em 2015 ela já atingia quase 9% (CHEUNG *et alii*, 2012; WANG; ZHAO, 2017). Inicialmente a China buscava investimentos principalmente na exploração de recursos naturais, entretanto, mais recentemente se observou uma transição que está relacionada com as mudanças na economia do país (WANG; ZHAO, 2017). Nesse sentido observa-se uma maior aceleração nos investimentos na indústria de serviços, principalmente em saúde, software e esportes e entretenimento, ainda que setores como mineração continuem crescendo, mesmo abaixo da média do país. A Ásia e a Europa foram as principais regiões que receberam investimentos chineses em 2015, respectivamente 32,5% e 24,9%, enquanto a América Latina foi a que menos recebeu, contando com 4,5% (KPMG, 2016).

Quando observamos o IED na América Latina, vemos que a Europa e os Estados Unidos ainda são os principais investidores. A região em 2017 recebeu 11% dos investimentos diretos mundiais. Enquanto isso, o governo chinês tem guiado o investimento de empresas nacionais no exterior através da priorização de setores estratégicos, como podemos ver na situação da América Latina, onde a China investe principalmente nos setores de energia e transporte. Nos últimos anos a quantidade de investimento na região diminuiu devido ao fim do ciclo de commodities, que não apenas trouxe investimentos para o setor, como também impactou a economia como um todo e a demanda doméstica (CEPAL, 2018). Apesar da diminuição do investimento estrangeiro direto, é importante notar que diversas transações de Fusões ou Aquisições foram concluídas no ano de 2017, sendo a China o principal comprador internacional na América Latina com 42% do volume transacionado. Entretanto, como estas informações são relativas ao anúncio de negócios, o impacto na balança de pagamentos e na contabilidade nacional apenas será percebido no decorrer dos anos (CEPAL, 2018).

O Brasil durante os anos 90 passou transformações econômicas, incluindo o Plano Real e consequências da valorização cambial e aumento das importações, neste sentido, o IED cresceu no período, aumentando sua participação no Produto Interno Bruto (PIB). Entretanto, considera-se que pelas empresas matrizes investirem por buscar eficiência produtiva e maior especialização na construção de produtos nas subsidiárias, não se observa um processo de aprendizado sistêmico decorrente das multinacionais. Isto é, as subsidiárias decorrentes do investimento externo são importantes do ponto de vista microeconômico, entretanto elas não são capazes de gerar crescimento sustentado de longo prazo devido à sua especialização

(LAPLANE e SARTI, 1997).

A ascensão chinesa representa uma grande mudança no sistema internacional, a expansão de suas empresas, que ainda possuem grande participação do Estado, estabelece elementos novos no debate sobre empresas transnacionais, desenvolvimento econômico e IED. O Brasil se insere neste cenário como receptor de investimentos e como economia que se beneficiou do crescimento econômico chinês das últimas décadas. Compreender este processo, dessa forma, também é compreender, sob a ótica do investimento, como o Brasil é inserido na estratégia chinesa de expansão global de suas empresas. Mais do que isso, também é entender quais podem ser as consequências para o país e como podemos fundamentar melhor as futuras políticas nacionais. Para tal efeito, este trabalho propõe como problema de pesquisa a seguinte pergunta: Quais são as características atuais e origens do crescente Investimento Estrangeiro Direto da China no Brasil?

O objetivo geral do trabalho é desenvolver um entendimento a respeito do crescimento do Investimento Estrangeiro Direto da China no Brasil nos últimos 10 anos pela análise das características, perspectivas e motivadores. São os objetivos específicos: (i) Definir o IED e levantar visões do papel de empresas transnacionais na economia política internacional; (ii) Analisar a origem do IED chinês no exterior, setores e tendência dos últimos anos; (iii) Analisar o crescente investimento estrangeiro no Brasil a partir da liberalização dos anos 90 e a inserção da China neste processo; (iv) Analisar o investimento estrangeiro chinês recente (2000-2018), principais aquisições e fusões, setores e perspectivas.

Para o trabalho serão utilizadas pesquisa exploratórias, que possuem como principal objetivo desenvolver o entendimento a respeito de um tópico para o estabelecimento mais preciso de hipóteses e caminhos para a pesquisa científica. Devido a abrangências de alguns tópicos, a pesquisa exploratória é importante para que o pesquisador consiga delimitar melhor o foco de seu problema (GIL 1994) O trabalho também se utilizará de pesquisas descritivas para a identificação da relação entre diferentes variáveis, de tal modo a conectar dados e conceitos para justamente descrever os fenômenos estudados (GIL 1994)

Para efeitos de pesquisa, o trabalho utilizará principalmente a pesquisa bibliográfica e a análise documental. A pesquisa bibliográfica é fundamental para permitir o pesquisador construir conhecimento a partir da pesquisa e do trabalho de outros. Além disso, é a bibliografia que permitirá a utilização de teorias e conceitos cunhados anteriormente. Já a pesquisa documental, como o próprio nome deixa claro, trata-se da leitura e organização de documentos oficiais e bases de dados (GIL 1994).

Propõe-se uma pesquisa descritiva sobre o Investimento Estrangeiro Direto chinês no Brasil, utilizando-se das bases de dados disponíveis sobre os tópicos. Estas bases estão disponíveis no Banco Central do Brasil (BCB), na Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD) e em agências regionais como a Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL). Além disso, serão utilizados relatórios recentes sobre transações de Fusões e Aquisições que, apesar de ainda não estarem contabilizadas na balança de pagamento, também são relevantes para mostrar a aceleração do investimento no país. Isto ocorre porque os investimentos são realizados ao decorrer de anos, não em apenas uma transação. Para o estudo das motivações chinesas, políticas oficiais e bibliografias sobre o tema serão analisadas para descrever o processo de expansão global da China e suas consequências no Brasil e na América Latina. Estes estudos serão fundamentais para construir um entendimento do processo de crescimento do investimento chinês e constroem as bases do entendimento do problema de pesquisa.

A expansão global e o papel das empresas transnacionais na economia internacional, que possui como principal variável o IED, será analisado através de uma pesquisa exploratória do tema em bibliografia selecionada. A seguir será abordada a experiência história da China e superação da experiência com o Imperialismo, mostrando o processo que resultou na modernização e abertura do país. Em seguida o Brasil será abordado de modo a mostrar como o país lidou com o IED em sua história, que também resultou em um processo de abertura nos anos 1990. Realizadas as fundamentações históricas, será analisado o IED chinês no Brasil, através dos dados do Banco Central do Brasil e da Secretaria de Assuntos Internacionais. Busca-se conectar as motivações do IED e a experiência histórica de desenvolvimento com o crescente investimento chinês no Brasil. Busca-se a operacionalização de teorias do desenvolvimento, conectando as correntes de pensamento com a situação econômica brasileira e chinesa, considerando os dados sobre investimento estrangeiro.

As principais dificuldades na metodologia estão na utilização dos dados, pois apesar das transações de investimento estarem relacionadas com dois ou mais países, muitas vezes a origem do dinheiro é diferente da transação. Ou seja, uma empresa chinesa pode utilizar valores armazenados nas Ilhas Marshall para comprar uma empresa brasileira sem que o Banco Central registre a transação tendo origem na China. Como proposto pela CEPAL, o trabalho buscará analisar não apenas os dados das transações que impactam a Balança de Pagamentos do Brasil, mas também informações referentes às transações e investimentos chineses no país. Neste último, serão observados os setores e o tamanho transacionado para compreender a

relevância e se os dados estão em coerência com os valores divulgados nas bases de dados. Para mais informações a respeito das bases de dados e definições de Investimento Estrangeiro Direto, ver o Apêndice deste trabalho.

Com o processo de intensificação da globalização através de uma ordem mundial fundamentada em valores ocidentais, tivemos uma rápida aceleração no comércio mundial e no estabelecimento de instituições que catalisaram o processo. Neste sentido as empresas transnacionais assumiram um novo papel econômico e político em um mundo com menos barreiras comerciais e econômicas. A inserção deste tipo de empresa ocorre principalmente por Investimentos Estrangeiros Diretos; dessa forma, entender os investimentos, seus setores e origem, também é entender a história da atuação de empresas transnacionais nos países. Nos últimos anos temos diversos investimentos chineses anunciados para o Brasil, principalmente na aquisição de empresas, muitas delas em setores estratégicos como o de energia e transporte. Dessa forma, o trabalho ganha relevância social a partir do entendimento deste processo e decomposição de suas variáveis para melhor visualizar e elencar possíveis consequências para o país. A pesquisa busca conectar tópicos de economia, com seus dados e autores, e estudos de relações internacionais, abordando o tópico do investimento e expansão das empresas transnacionais de maneira interdisciplinar. Visando este objetivo, propõe-se estudar o Investimento Estrangeiro Direto através da ótica de Relações Internacionais e da Economia Política.

2 INVESTIMENTO ESTRANGEIRO DIRETO E EMPRESAS TRANSNACIONAIS

A disponibilidade de dados e esclarecimentos da definição de Investimento Estrangeiro Direto é importante para a pesquisa do papel de empresas internacionais na economia mundial. Dessa forma, o presente trabalho explorou os dados originais publicados pelo Banco Central do Brasil e por organizações internacionais que agregam informações de diversos países. As transformações no padrão contábil internacional da Balança de Pagamentos impactam a forma de cálculo e interpretação dos dados e precisam ser esclarecidas antes da apresentação das informações. Além disso, o presente trabalho observou que as diferentes bases de dados não divulgam valores iguais, mesmo considerando os padrões de contabilidade.

As empresas transnacionais são parte fundamental da formação econômica mundial e impactam a forma de organização dos países que as recebem. Do ponto de vista dos países subdesenvolvidos existem experiências positivas e negativas que impactam o progresso tecnológico, produção e desenvolvimento do país. Dessa forma, busca-se na literatura inspirações que ajudem a mostrar algumas das consequências da atração de investimento externo. A estratégia do país receptor e as características do investimento são relevantes para o sucesso do IED do ponto de vista do desenvolvimento da nação, bem como as condições históricas que limitam ou ampliam as opções de ação dos países.

Segundo Dunning e Lundan uma transnacional, ou multinacional, é uma empresa que engaja em atividades de Investimento Estrangeiro Direto e tem controle sobre atividades que adicionam valor em mais de um país. O grau de internacionalização da produção varia de acordo com a empresa, pois a produção pode ocorrer em diversos países, enquanto a venda do produto é centralizada em apenas um mercado. Na visão dos autores não há um ponto claro que determine a transição de uma empresa nacional para o *status* de multinacional (DUNNING e LUNDAN, 2008).

São determinadas quatro qualificações em relação aos tipos de transnacionais: (i) demanda de recursos naturais; (ii) busca por novos mercados; (iii) ganho de eficiência; (iv) ativos estratégicos ou capacidades específicas. Apesar destas definições, entende-se que as empresas misturam suas motivações e realizam investimento estrangeiro por múltiplas razões. Inicialmente, a maioria das empresas expande internacionalmente visando novos mercados ou para adquirir recursos naturais (DUNNING e LUNDAN, 2008). Hymer mostra os diferentes formatos que expansão por investimento estrangeiro pode ter: (i) subsidiária com controle total;

(ii) subsidiária com controle majoritário; (iii) *joint venture*; (iv) participação minoritária; (v) acordo de licenciamento (HYMER, 1976).

Para Hymer a realização de investimento estrangeiro está atrelado à transferência de recursos tecnológicos, habilidades gerenciais e *know-how* produtivo. Neste sentido, as firmas buscam retorno no exterior sobre a totalidade de seus ativos, sejam financeiros ou intangíveis. Isto ocorre devido ao desenvolvimento desigual dos países, que favorece empresas nacionais de nações desenvolvidas, que possuem formação técnica e capacidades mais estabelecidas. As técnicas gerenciais e produtivas, bem como novas tecnologias, surgem nas economias desenvolvidas e depois são disseminadas pelas multinacionais através do investimento estrangeiro. Esta desigualdade na formação de capacidades resulta em uma divisão também desigual dos ganhos do crescimento, que beneficia os países desenvolvidos (HYMER, 1976; DUNNING e PITELIS, 2009).

Dunning e Lundan colocam que não existe uma resposta satisfatória para os questionamentos que buscam uma resposta definitiva sobre se o IED é bom ou ruim. Para os autores, o resultado da ação de empresas multinacionais depende de diversos fatores, como país, indústria, empresa e tipo de investimento realizado. Ao mesmo tempo que o IED surgiu nos anos 1980 e 1990 como uma ferramenta de desenvolvimento regional para países desenvolvidos, o investimento estrangeiro também fomenta o medo da perda de empregos devido à expatriação da produção nestes países. Esta relação dupla também é observada nas experiências de atração de investimentos, em que os países que mais precisam de investimento devido à ausência de recursos e capacidades nacionais, são os que mais têm dificuldade de atraí-lo. Neste sentido, também observa-se que o recebimento de IED não representa uma garantia de crescimento econômico. Entretanto, percebe-se que os países que melhor aproveitaram o recebimento de investimento também são os que melhor desenvolveram suas instituições, particularmente no setor de educação e tecnologia (DUNNING e LUNDAN, 2008).

2.1 DESENVOLVIMENTO E EMPRESAS TRANSNACIONAIS

A existência de empresas transnacionais não é recente, como podemos observar já na Idade Moderna, no caso das Companhias de comércio do Reino Unido e dos Países Baixos. Uma experiência anterior e muito mais impactante no aspecto de presença externa, pois operavam por meio de exércitos, da marinha e de conflitos militares. Entretanto, apesar de não possuírem exércitos diretamente, as empresas transnacionais hoje em dia dominam os

investimentos de capital e boa parte do comércio internacional de bens e serviços. Dessa forma elas não apenas alteram a dinâmica da economia internacional, como também a política internacional, que tem resultado em políticas contra a sua presença em algumas partes do mundo (GILPIN, 2001).

Durante os anos 60, observou-se uma aceleração no crescimento das nações consideradas do “resto”, que são os países que já possuíam alguma experiência com manufaturas, mas não possuíam níveis de produção nem conhecimento tecnológicos como dos países desenvolvidos. Neste período, de um modo generalizado, países da América Latina e da Ásia escolheram estratégias diferentes na busca por desenvolvimento e crescimento econômico. Dentre os países do grupo, o Brasil foi um dos que mais se destacou na atração de investimentos estrangeiros para a formação industrial, enquanto na média o investimento estrangeiro não passava de 5% do PIB, no Brasil superava taxas de 7,6%. Estas características peculiares ao Brasil e à América Latina em geral estão relacionadas com a experiência histórica, aproximação com os Estados Unidos e padrões de performance¹ que não reprimiam capital estrangeiro. De uma forma geral, os países que formaram suas tecnologias e mais investiram em pesquisa e desenvolvimento, também possuíam menores participações estrangeiras no setor empresarial nacional. O IED assim surge não apenas como um evento em si próprio, mas como uma variável dentro de um sistema de políticas nacionais e projetos (ou ausência de projeto) de desenvolvimento (AMSDEN, 2004).

Como o Investimento Estrangeiro Direto está diretamente relacionado com a atividade das empresas transnacionais, podemos ver como a grande expansão do investimento nas últimas décadas também conta a história do crescimento da relevância destas empresas. As empresas transnacionais representam 75% da pesquisa e desenvolvimento em países da OCDE; elas também geram aproximadamente 75% de todo comércio mundial de mercadorias. Além disso, o processo de expansão vem através da realocação de setores produtivos, enquanto setores mais estratégicos, como pesquisa e desenvolvimento, ficam no país de origem. Entretanto, apesar do crescimento da participação mundial das empresas, é importante notar que muitos países em desenvolvimento ainda estão excluídos do processo e que as empresas transnacionais ainda constituem interesses dos países de origem. Além disso, mais do que entender se o IED é benéfico para o desenvolvimento, também é preciso caracterizá-lo

¹ Padrões performance são mecanismos de apoio a empresas nacionais através de subsídios que auxiliaram as empresas dos países do “resto” a competir com multinacionais de países desenvolvidos. Em lugares como Índia, Indonésia, Coreia do Sul, Turquia e Taiwan, estes padrões de performance foram utilizados para restringir a entrada de investimento estrangeiro.

qualitativamente e discernir os diferentes tipos de promoção de IED (CHANG, 2004).

Furtado, (1974) questiona a possibilidade da expansão do desenvolvimento econômico para os países não pertencentes as economias centrais. Entende-se que o impacto no meio ambiente e a demanda por recursos naturais necessários para que o desenvolvimento seja alcançado nos países periféricos não serão sustentáveis para o planeta caso estes países busquem o caminho já traçado pelos países desenvolvidos. Isto se deve pela necessidade de realizar transformações irreversíveis do mundo para a geração do valor econômico. Furtado, acrescenta que ingenuamente pode-se acreditar que estas limitações serão solucionadas a partir do progresso tecnológico, não observando que este desenvolvimento também é parte do problema da expansão da degradação dos recursos naturais. Estas preocupações do autor são originadas a partir do espelhamento das experiências do mundo industrializado e desenvolvido e da premissa da possibilidade de reprodução destes modelos para as outras economias. Entretanto, não é possível generalizar esta experiência, pois ela ignora as peculiaridades do subdesenvolvimento, inclusive porque os países desenvolvidos não passaram por esta etapa em sua história. Nesse sentido, o autor coloca que o subdesenvolvimento pode ser medido através do “grau de acumulação de capital aplicado aos processos produtivos e o grau de acesso à panóplia de bens finais que caracterizam o que se convencionou a chamar de estilo de vida moderno” (FURTADO, 1974, p. 20).

Furtado observa que a economia mundial passou por dois processos, sendo o primeiro relacionado a uma considerável aceleração na acumulação de capital nos sistemas de produção, enquanto o segundo foi a pela intensificação do comércio nacional. Na primeira fase, que ocorreu no século XIX, Londres se tornou o centro financeiro mundial a partir da expansão e manutenção do crescimento, sustentado pelo excesso de produção com capitais centralizados na Inglaterra. Na segunda etapa, quase como uma forma de resposta ao primeiro movimento, ocorreu uma consolidação dos sistemas econômicos nacionais dos países que vieram a formar o clube de economias desenvolvidas no século atual. Um conceito de projeto nacional com ação mais centralizada do Estado do que no modelo inglês surgiu por meio da aliança de classes e grupos sociais dos setores industriais, financeiros e comercial. Nesta etapa, com o surgimento de economias nacionais competindo no espaço internacional pela expansão dos mercados, facilitou-se a concentração do poder econômico e a emergência de grandes empresas. Assim, o controle dos mercados internacionais tendeu a ser realizado por grupos de empresas, cartelizadas em diversos graus e sustentadas pelas economias nacionais dos países centrais (FURTADO, 1974).

Amsden (2004), ao tratar da experiência de industrialização e desenvolvimento observada nos países do resto, mostra aspectos positivos e negativos da presença de empresas transnacionais. As vantagens existem principalmente no curto prazo, tendo em vista a ausência da necessidade de criar conhecimento e práticas, importando uma experiência existente em outros países, e de possíveis transbordamentos e novos investimentos que possam vir. Entretanto vemos uma desvantagem na origem do processo de acumulação: a incapacidade de absorver toda a experiência da empresa e rendas providas do processo produtivo. Inclusive, empresas transnacionais investem menos em pesquisa e desenvolvimento e inovação em suas filiais em comparação com suas matrizes. Dessa forma, os países que buscam desenvolver suas tecnologias e ocupar uma posição de liderança mundiais em inovação, acabam precisando estabelecer suas próprias empresas. Apesar de ser importante notar o papel da transferência de tecnologia e aprendizado que ocorreu em todos países do resto, vemos que estes benefícios não foram aproveitados igualmente por todos países, pois até os anos 2000 apenas China, Coreia do Sul, Índia e Taiwan investiram substancialmente em ativos relacionados a conhecimento (AMSDEN, 2004).

Em comparação com a formação de empresas nacionais, a atração de investimentos estrangeiros para subsidiárias de multinacionais é mais simples e gera resultados mais rapidamente. As dificuldades na formação de empresas nacionais vão além da questão financeira, como também englobam o acesso a maquinário moderno e escalas adequadas, a criação de conhecimento, técnicas gerenciais e operacionais e profissionalização de empresas familiares, que nem sempre atuam com objetivo de maximização de resultados. Nestes casos, a preservação da riqueza da família pode ser a finalidade principal e não a busca por lucros e competição por meio da eficiência técnica, que auxiliam no desenvolvimento da economia e de novas tecnologias. Os processos de descolonização que envolveram conflitos no século XIX e XX na Ásia impulsionaram o processo de nacionalização, ao contrário do que foi observado na América Latina, onde a região não apenas não passou por estas rupturas, tendo em vista o período anterior de sua descolonização, como também vivenciou processos contrários de desnacionalização de empresas, com vendas para multinacionais estrangeiras (AMSDEN, 2004).

A linha entre desenvolvimento e subdesenvolvimento pode ser vista como desmascarada pela diferença na utilização do excedente gerado pelo incremento de produtividade. Nesse sentido, a atividade industrial tende a concentrar grande parte do excedente em poucas pessoas e conservá-lo sob o controle de um grupo social diretamente

comprometido com o processo produtivo. Como a indústria exige a renovação do capital investido na produção, surge uma janela de inovação que auxilia a sustentação do crescimento da segunda fase do capitalismo definida em Furtado (1974). Enquanto isso, nos países que se fundamentaram nas vantagens produtivas do setor primário para se especializar, observa-se que o excedente adicional assume a forma de incremento de importações, principalmente de bens de consumo. A inserção na economia internacional assim é dada pela forma de consumo de bens industrializados e não pela inclusão do país nas cadeias globais de valor (FURTADO, 1974).

Uma terceira fase do desenvolvimento capitalista surge após a segunda guerra mundial, quando a rápida industrialização da periferia do mundo capitalista surge sob a direção de empresas dos países centrais. A ampliação do mercado de capitais internacionais facilitou este processo e permitiu a expansão das empresas para além do sistema nacional que existia no período anterior. Furtado (1974) compara este terceiro momento com o primeiro, através da substituição do empresário inglês que estava no único centro financeiro, para uma situação em que uma empresa do centro pode buscar financiamento da maneira que melhor lhe convém para a expansão de sua atividade pelo mundo. Esta situação é análoga à experiência colonial inglesa mostrada em Fairbank e Goldman (2008), na qual empresas privadas expandiram suas atividades pelo mundo colonial com apoio da coroa e de capitais obtidos no sistema financeiro do país. Neste último momento, uma das formas de reprodução do modelo de consumo dos países desenvolvidos nos países subdesenvolvidos foi o processo de industrialização pela substituição de importações. Este processo, que antes era limitado pela disponibilidade de capitais e acesso à tecnologia, foi permitido pela cooperação dos oligopólios internacionais. As grandes empresas utilizaram da sua capacidade de instalar indústrias na maior parte dos países da periferia para expandir seus mercados, particularmente naqueles países em as indústrias eram implementadas para substituir importações.

Nesse sentido, as multinacionais auxiliaram o processo de propagação das técnicas de gerenciamento praticadas nos países desenvolvidos para os países do resto no período pós-segunda guerra mundial, principalmente associadas a processos de substituição de importações. Além disso, as empresas também serviam como marco de comparação para as melhores práticas e métricas de produtividade em que as empresas nacionais poderiam se fundamentar. Entretanto, as multinacionais não geraram diversificações na economia, por serem especializadas em sua atuação e pela presença nos países do resto ser definida pelo ganho de escala e não por uma estratégia que envolva o desenvolvimento de novas tecnologias, novos

produtos e processos. Dessa forma, as empresas transnacionais, salvo em casos de incentivos dos governos locais, não investiram em tecnologias avançadas como faziam em seus países de origem (AMSDEN, 2004).

Em comparação com empresas nacionais, observa-se que existe pouca participação no investimento de multinacionais nos países do resto em pesquisa e desenvolvimento. Enquanto em Taiwan, Coreia do Sul, Malásia e Argentina a participação no gasto total é menor do que 2%, no México e Brasil esse número é aproximado de nulo. Apesar de existirem investimentos para a adaptação de produtos internacionais para o mercado local, os gastos com pesquisa e desenvolvimento na fronteira tecnológica são raros. Esta correlação é observada pela relação inversa entre IED nos países do resto com os gastos em pesquisa e desenvolvimento, patentes e publicações científicas. Isto significa que países que recebem mais investimentos estrangeiros tendem a investir menos em sua capacidade de produção nacional de tecnológica e inovação (AMSDEN, 2004). Furtado (1974) compara os dois processos de industrialização observados no centro e na periferia para concluir que o primeiro resultou em uma maior estabilidade e melhor distribuição da renda, enquanto nos países periféricos a industrialização resultou em crescente concentração da renda. Para as empresas, a extensão do sistema produtivo do centro para a periferia permitiu ganhos competitivos, graças a diferença de custos, principalmente na mão de obra mais barata. A realização de investimentos em tecnologia não está na lógica da expansão da empresa para o mundo em desenvolvimento, apesar deste ser um fator importante no desenvolvimento e progresso dos países.

A experiência de diferentes regiões é relevante para entender como suas particularidades afetaram a presença de IED. A América Latina recebeu investimentos oriundos dos Estados Unidos, anteriormente ao processo japonês na Ásia, e em maior volume quando comparado com a produção nacional, como podemos ver na Tabela 1. Além da região receber os investimentos antes, o volume produzido pelas subsidiárias dos Estados Unidos era superior ao das japonesas na Ásia. As barreiras de entrada existentes na Ásia são importantes para compreender como essa região também é mais capaz de produzir mais tecnologias próprias e como a presença das multinacionais na América Latina é mais importante. Por exemplo, das 50 maiores empresas de manufaturas dos países do resto em 1993, apenas 7 destas eram multinacionais estrangeiras, entretanto, todas elas estavam presentes na América Latina (AMSDEN, 2004).

Tabela 1 – Evolução do IED na América Latina e Ásia em Desenvolvimento de 1977 a 1989

Porcentagem de Participação de Subsidiárias na Produção Total da Região	1977	1982	1989
IED Estados Unidos na América Latina			
Maquinário não elétrico	22,6	13,5	31,4
Maquinário Elétrico	31,4	22,6	15,6
Equipamentos de Transporte	64,5	52,2	38,9
Outros Manufaturados	20,0	18,2	15,3
IED Estados Unidos na Ásia em Desenvolvimento			
Maquinário não elétrico	3,0	nd	nd
Maquinário Elétrico	nd	6,2	9,8
Equipamentos de Transporte	Nd	Nd	8,5
Outros Manufaturados	3,6	2,2	4,5
IED Japão na América Latina			
Maquinário não elétrico	nd	0,6	1,8
Maquinário Elétrico	nd	2,2	5,4
Equipamentos de Transporte	nd	4,1	1,1
Outros Manufaturados	nd	0,8	0,9
IED Japão na Ásia em Desenvolvimento			
Maquinário não elétrico	nd	4,5	6,0
Maquinário Elétrico	nd	8,4	12,9
Equipamentos de Transporte	nd	18,7	29,1
Outros Manufaturados	nd	5,8	7,8

Extraído de: Amsden (2010, p. 209)

O Investimento Estrangeiro Direto nos anos 1990 cresceu rapidamente em todos países do resto, entretanto, os países que já possuíam valores altos antes do período, continuaram com taxas baixas de inovação. Além disso, as transações de fusões e aquisições são mais presentes em países que já estavam acostumados a importar tecnologia de fora. Neste sentido, observa-se uma escolha dos países entre comprar ou criar suas tecnologias, que repercute nos dados de Investimento Estrangeiro Direto e também na capacidade de desenvolver novas tecnologias de ponta. Quando o país opta por comprar, sua tendência é atrair investimentos estrangeiros, e assim se espera que as empresas submetidas a Fusões e Aquisições (F&A) possuam participações estrangeiras maiores, o que é sustentado nos dados de investimento, transações de F&A e investimentos em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) (AMSDEN, 2004).

Para Furtado (1974), o mito do desenvolvimento econômico surge a partir da impossibilidade dos países subdesenvolvidos possam em algum dia desfrutar das formas de vida dos atuais povos ricos. Isto ocorre, como já vimos, a partir tanto das limitações de recursos naturais, como do próprio processo de subdesenvolvimento e da economia internacional que colocam barreiras limitadoras do crescimento econômicos dos países periféricos. Nesse sentido, o papel das multinacionais é relevante, pois sua presença e forma de atuação mostram escolhas sobre as opções dos caminhos de desenvolvimento do país. O Investimento Estrangeiro Direto é parte central deste processo por ser uma forma de influência externa no país. Existem benefícios para a atração do IED, entretanto, Amsden (2004) mostra como ele também é um limitador quando não utilizado como parte de uma estratégia nacional de desenvolvimento.

3 CRESCIMENTO ECONÔMICO DA CHINA E EXPORTAÇÃO DE IED

A ascensão chinesa que observamos nas últimas décadas faz parte de um movimento maior de retomada da nação que foi assolada pelo “século perdido”, entre a segunda metade do século XIX e primeira metade do século XX, quando sofreu com o imperialismo das potências europeias e do Japão. A retomada do controle do país surgiu ao mesmo tempo da guerra contra o Japão na segunda guerra mundial, resultando em 1949 na vitória do Partido Comunista Chinês (PCCh). Devido a essa experiência, a superação do atraso, da vulnerabilidade e da fragmentação foram os principais objetivos das primeiras décadas da China comunista. Através de reformas iniciadas por Deng Xiaoping (1978), a China aos poucos restabeleceu relações com o Ocidente, sem nunca esquecer a experiência traumática do século anterior. O desenvolvimento do país e a busca pela superação de seus desafios contou com investimentos públicos em infraestrutura e criação de megaprojetos capazes de suprir as demandas por energia e consumo (PAUTASSO, 2011).

O governo chinês, por meio de suas reformas, não apenas iniciou o processo de rápido crescimento, como também planejou a inserção do país no mercado internacional. As restrições aos investimentos externos justamente buscaram desenvolver empresas nacionais e trazer tecnologias que promovam a autonomia do país em seu processo de desenvolvimento como nação. A vulnerabilidade que foi observada em sua história anterior foi chave na experiência chinesa de planejamento e luta contra relações desiguais, o que inclui o reconhecimento da necessidade de parcerias em certas áreas como essencial para diminuir o *gap* tecnológico (PAUTASSO, 2011).

Se durante o século perdido da China os Estados Unidos buscavam acessar os mercados asiáticos sem regulamentações, vemos que hoje em dia o problema pode ser o contrário. A capacidade econômica e o papel da China como economia central, com o mais rápido crescimento, coloca o acesso da China ao mercado americano como principal ponto de tensão nas relações sino-americanas no século XXI. O tamanho da China, seu poder econômico e militar não apenas cria novas dinâmicas na economia mundial, como também altera a balança de poder e gera questionamentos sobre como o sistema internacional se comporta frente à ascensão de uma potência que poderá substituir a liderança dos Estados Unidos (ARRIGHI, 2007).

3.1 REINSERÇÃO DA CHINA NA ECONOMIA INTERNACIONAL

3.1.1 O Século Perdido da China

A abertura da economia chinesa no século XIX ocorreu através dos canhões e navios movidos a vapor dos britânicos, em uma experiência que levaria ao fim da China imperial e iniciaria o período que ficou marcado como o século perdido. No século XIX, justamente quando governos atuavam de forma ativa nos países de industrialização tardia, como o Japão e a Rússia, no desenvolvimento de políticas de desenvolvimento, a China estava enfrentando o momento de maior vulnerabilidade externa de sua história. Além das questões estrangeiras, no fim do século XVIII o rápido crescimento populacional aumentou a vulnerabilidade a catástrofes como secas, enchentes, fome e doenças. Este cenário de declínio foi acelerado pelo processo de abertura e inserção da China no comércio internacional, pois a importação de produtos manufaturados estrangeiros impossibilitou a competição de artesões locais, acabando com seus meios de subsistência, enquanto os governos locais eram empobrecidos pelo sistema financeiro controlado pelos britânicos. Apesar de que o sistema de educação ocidental e do investimento estrangeiro pudessem representar progressos no longo prazo, por meio da transferência de tecnologias, as mudanças abruptas causaram transformações profundas no modo de vida chinês. O século XIX acabou marcado pelas rebeliões, invasões estrangeiras e pelas tentativas de as elites dominantes preservarem seu poder (FAIRBANK E GOLDMAN, 2008).

Para observar a perspectiva desta mudança para a China, é preciso compreender a escala que a nação possuía antes de seu declínio. Até a chegada do imperialismo europeu, a civilização chinesa passou por milênios sem encontrar outras civilizações comparáveis com ela em escala e sofisticação. Devido a história, população e economia, a China da era moderna representa uma mistura de Estado-nação com civilização própria. Esta escala econômica, até a revolução industrial, era de tal forma que ainda em 1820 a China era responsável por mais de 30% do PIB mundial, ultrapassando a Europa e os Estados Unidos combinados. Por séculos a China foi a economia mais produtiva e alcançava a região de comércio mais populosa (KISSINGER, 2011).

Devido a sua experiência particular, a formação da visão de ordem mundial da China foi diferente da experiência europeia do século XVI e XVII, quando o conceito de soberania, diplomacia e igualdade jurídica foram forjados após conflitos que dissolveram a estrutura medieval. Devido a inexistência de um estado hegemônico na Europa, o conceito de balanço de poder surgiu como uma necessidade de lidar com uma ordem de poder multipolar. Por outro

lado, a China não obteve contato prolongado com nenhum outro Estado de forma igualitária, as relações internacionais ocorriam com povos bárbaros, aqueles que estavam na periferia do sistema tributário, e seus Estados clientes, que possuíam vantagens comerciais em troca do reconhecimento do status especial da China e soberania do governo chinês. Entretanto, o excepcionalismo chinês não era expansivo, ao invés de exportar suas ideias, era preferível deixar que outros viessem buscá-las. As práticas diplomáticas não envolviam reuniões de cúpula entre chefes de estado, mas sim, audiências em que o Imperador representava o “terno acolhimento de homens vindos de longe”, enquanto os representantes enviados por povos estrangeiros eram recebidos “para serem transformados” pela civilização chinesa (KISSINGER, 2011).

As Companhias das Índias Orientais formadas no século XVII no Reino Unido e Holanda eram entidades financiadas por capital privado, mas que trabalhavam diretamente com suas respectivas coroas com monopólio do comércio internacional e também administravam territórios no exterior. Os britânicos da Companhia das Índias Orientais foram os responsáveis pelo primeiro contato ocidental na Idade Moderna com a China, a qual comprava prata, produtos têxteis de lã e ópio vindos da Índia e exportava para os ingleses produtos como chá, seda e porcelana. A coroa britânica concedeu o monopólio de comércio com a China para a Companhia das Índias Orientais até 1834, enquanto esta continuou a governar a Índia até 1858, mostrando a magnitude da influência da empresa nos assuntos internacionais. Ela inclusive era presente em território de Guangzhou (Cantão), onde seus dirigentes viviam na Fábrica Britânica (centro de negócios e residência), nas margens do rio, fora da grande capital da província (FAIRBANK E GOLDMAN, 2008).

O único porto aberto aos europeus neste primeiro momento era o de Guangzhou onde o comércio ocorria de modo tipicamente chinês, em que famílias de mercadores eram comissionadas pelo governo chinês para atuar como corretores na superintendência de comerciantes no exterior, apenas estes mercadores detinham o monopólio do comércio com os estrangeiros. O superintendente da alfândega marítima, apontado diretamente pelo Imperador e conhecido pelos estrangeiros como Hoppo, era responsável por coordenar os mercadores, que formavam as guildas chamadas Cohong. Cada navio ocidental era responsabilidade de um mercador, que exercia a atividade do recebimento e comércio das mercadorias. Tanto o superintendente como as guildas de mercadores possuíam a atribuição do pagamento dos tributos referentes ao comércio e em especial as exportações de chás e seda (FAIRBANK E GOLDMAN, 2008).

Devido a visão de mundo do Império chinês, criada a partir do centro do sistema tributário do Leste Asiático, as transformações do século XIX marcaram profundamente a experiência do Estado chinês. Em 1793, o lorde inglês George Macartney liderou uma missão diplomática à China, contendo cientistas e artistas para demonstrar o desenvolvimento e poderio militar da civilização ocidental. Com eles, acompanhavam navios de guerra movidos a vapor com 55 canhões, além de outros dois navios de escolta, todos carregados com exemplos da tecnologia britânica (FAIRBANK E GOLDMAN, 2008). Esta primeira grande tentativa de abrir as portas para o livre comércio e negociar a instituição de relações diplomáticas nos moldes europeus com a China representou para os britânicos um marco importante ao reconhecer um país não Ocidental com um grau incomum de dignidade, inclusive o rei George III instruiu Macartney a consentir com os cerimoniais da corte chinesa para que nenhuma formalidade colocasse em risco o sucesso da negociação (KISSINGER, 2011).

Mesmo com a aceleração da Revolução Industrial e crescimento das disparidades tecnológicas, o Imperador Qianlong não percebeu que a balança de poder com os povos estrangeiros já havia se alterado e recusou todas as solicitações britânicas. Elas estavam fundamentadas no funcionamento do sistema estabelecido nas relações britânicas com outras regiões, como maiores oportunidades de comércio, criação de uma tarifa única e pública e estabelecimento de uma representação diplomática em Beijing. As preocupações da dinastia Qing envolviam a preservação da autoridade da China nas suas fronteiras, que eram ameaçadas tanto por terra quanto por mar (FAIRBANK E GOLDMAN, 2008). A arrogância chinesa na recusa das requisições britânicas não é surpreendente, tendo em vista que esta abordagem funcionou durante séculos com os povos periféricos à civilização tributária chinesa. Apesar disso, segundo a interpretação de Macartney, apenas algumas fragatas inglesas poderiam destruir toda potência naval da China e acabariam arruinando o modo de vida das províncias costeiras, já que esta subsistia principalmente da pesca (KISSINGER, 2011).

O comércio triangular entre Índia, China e Reino Unido era conduzido com base na produção de ópio na Índia sob governança de funcionários britânicos, que era escoada para a China por comerciantes privados ingleses e indianos licenciados pela Companhia das Índias Orientais. Estas vendas, realizadas em Guangzhou, financiavam o transporte de chás para o Reino Unido, entretanto, a crescente importação de prata, necessária para o pagamento das crescentes importações de ópio, causou inflação na moeda de cobre utilizada internamente na China. Em 1834 Londres encerrou o monopólio da Companhia das Índias Orientais de comércio na China, enviando um funcionário do governo britânico como representante no país. Novas

empresas passaram a fazer parte do sistema tradicional de comércio chinês, entretanto, o novo representante da coroa britânica não pretendia ser recebido como um negociante nos mercados Hong. Ele seguiu normas diplomáticas ocidentais e solicitou um contato direto na dinastia Qing com base no princípio de reciprocidade, pois um funcionário do governo deveria ser atendido por outro de grau equivalente. Esta situação causava dois problemas para a Dinastia, tanto o comércio estava debilitando a situação fiscal do império, quanto o sistema tributário estava sendo questionado por um país estrangeiro (FAIRBANK e GOLDMAN, 2008). Não apenas isso, a impaciência britânica crescia e com isso as insistências passaram a ser mais ameaçadoras. A missão liderada por Lord Napier em 1843 foi tratada com mais desprezo que a missão de Mactartney, e todas propostas nas negociações foram recusadas pela China. Pelo ponto de vista Ocidental, nenhum dos requerimentos enviados para o Imperador chinês eram ultrajantes, considerando o padrão de livre comércio e igualdade diplomática. Entretanto, representavam grandes ofensas para a China, tendo em vista que colocavam o país como um Estado qualquer dentro de sistema internacional, algo inconcebível na ordem unipolar do sistema tributário chinês (KISSINGER, 2011).

O comércio de ópio para a China não estava apenas afetando as finanças do Império, com a queda dos termos de troca do cobre em relação a prata, mas também criava problemas para a sociedade do país, gerando tráfico, violência e corrupção. Dessa forma, Lin Zexu foi enviado como comissário imperial para aplicar a proibição da comercialização e impedir os estrangeiros de traficarem ópio para a China. O comissário prendeu os traficantes de Guangzhou e estabeleceu barricadas nas fábricas estrangeiras para que entregassem seus estoques e logo após enviou uma carta para a Rainha Vitória demandando a erradicação do ópio nos territórios britânicos na Índia (KISSINGER, 2011; FAIRBANK e GOLDMAN, 2008).

Após *lobby* de empresas ligadas ao comércio com a China, em 1839 o Reino Unido declarou guerra contra o país, contando com apoio da empresa de comércio Jardine, a qual arrendou barcos para a frota inglesa, cedeu tradutores e pilotos e arcou com os custos de oficiais militares. A nova marinha movida a barcos a vapor e com canhões móveis era muito mais capaz do que a frota chinesa que se deslocou para Guangzhou, bloqueando o rio das Pérolas e ocupou ilhas próximas da cidade portuária de Ningbo. Mesmo após as vitórias iniciais inglesas, os chineses continuaram a menosprezar a superioridade tecnológica enfrentada na guerra, que levou a novos ataques contra cidades costeiras. Após negociações e derrotas no mar, o Tratado de Nanjing (1842) foi assinado pelos chineses, sendo complementado pelo Tratado de Bogue (1843) (KISSINGER, 2011; FAIRBANK e GOLDMAN, 2008). Nos termos acordados o

sistema de comércio tradicional chinês foi encerrado, concedendo uma série de privilégios comercial e legais aos ingleses, além da cessão territorial de Hong Kong:

(1) Extraterritorialidade (jurisdição consular estrangeira sobre estrangeiros nacionais), atualização de uma antiga prática chinesa ; (2) indenização; (3) tarifas moderadas e contato estrangeiro direto com os coletores aduaneiros; (4) ratamento às nações mais favorecidas (uma expressão de “benevolência imparcial” da China em relação a todos os estrangeiros); (5) liberdade comercial sem monopólio (há muito um costume adotado em Kashgar²) (FAIRBANK e GOLDMAND, 2008, p. 191).

O tratado firmado com os britânicos foi o primeiro de uma série de acordos realizados com os Estados Unidos (1844), França (1844) e Rússia (1858), seguindo os princípios de reciprocidade diplomática e livre comércio, mas que na verdade mostravam a grande debilidade da China ao se submeter a tratados desiguais que não apenas impunham regras comerciais, mas que alteraram o sistema cultural do país (FAIRBANK e GOLDMAND, 2008). Apesar da derrota ser conhecida na história do país, desta vez não foi possível incorporar os povos “bárbaros” à cultura e sociedade chinesa, uma estratégia utilizada em conflitos passados que permitia a sobrevivência do Império mesmo após sucumbir militarmente. Os invasores europeus buscavam exclusivamente uma relação colonial para exploração de recursos e distribuição de seus produtos. A China dessa forma precisou lidar com uma ruptura em seus conceitos de diplomacia, comércio internacional e soberania, bem como sua própria concepção de ordem internacional e poder (KISSINGER, 2011).

Já na segunda metade século XIX, a China não conseguia mais controlar a expansão dos desejos imperialistas dos países ocidentais, o que abalou o prestígio imperial. Além disso o país ainda precisou lidar com enchentes e fome que agravaram a degradação da qualidade de vida da população no mesmo período. Este foi o plano de fundo das diversas revoltas que ocorreram a partir de 1851, como a grande rebelião Taiping (1851- 1864) iniciada na região de Guangzhou. Os rebeldes buscavam instaurar uma nova dinastia fundamentada na adaptação de valores do cristianismo e ocidentalismo, entretanto, apesar de conseguirem ocupar cidades importantes como Naging, a rebelião se frustrou após competições internas de poder e decisões militares erradas. A dinastia Qing conseguiu estabelecer uma restauração de seu poder central na década

² Kashgar é uma cidade na fronteira oeste da China em que ocorreram rebeliões entre 1826 e 1835, onde houve um acordo que possuía termos comerciais e jurídicos que foram aplicados no Tratado de Nanjing (FAIRBANK e GOLDMAN, 2008)

de 1860, contando com o apoio do Reino Unido, que buscava estabilidade para o comércio. A China iniciou um ensaio de modernização, principalmente após a aquisição de equipamentos novos para sua frota marítima, entretanto, a iniciativa de construção de indústrias e atualização militar era um esforço de apenas alguns funcionários do alto-escalão e não se tornou uma política do Império. Estima-se que a população chinesa caiu de 410 milhões em 1850, antes das rebeliões, para 350 milhões em 1873, uma perda humana sem precedentes, mesmo quando comparada com as guerras mundiais (FAIRBANK e GOLDMAND, 2008).

Com todos desafios enfrentados pela China no século XIX, somando-se ao tratamento especialmente agressivo dos missionários alemães em Shandong, a Revolta dos Boxers foi iniciada em 1898 visando combater todos estrangeiros e fortalecer a dinastia Qing. A então Imperatriz apoiou a rebelião, pois via como uma das últimas formas de sustentar a enfraquecida dinastia, e declarou guerra contra todas potências estrangeiras. Como resposta, uma força expedicionária composta por França, Reino Unido, Estados Unidos, Japão, Alemanha, Áustria-Hungria e Itália ocupou Beijing e forçou novos tratados desiguais pelos danos causados. É importante notar que as forças militares chinesas do Sul e da Ásia Central não se uniram a dinastia Qing, confinando a guerra ao norte da China. O que mostra neste período uma fragmentação do poder e incapacidade da dinastia de manter a ordem interna (KISSINGER, 2011; FAIRBANK e GOLDMAN, 2008).

Além de precisar lidar com os tratados desiguais firmados com o Ocidente, a China também enfrentava ameaça de expansão do Japão após a Restauração Meiji. Ao contrário da posição de refutação do conhecimento e tecnologia ocidentais oriundas da revolução industrial feita pela China, o Japão conseguiu aprender com o Ocidente e até certo ponto replicar o modelo de desenvolvimento observado nas economias tardiamente industrializadas. Em 1894 a China e o Japão entraram em uma breve guerra pela disputa do controle da Coreia, que representava uma região importante de influência para ambos os países e fazia parte do sistema tributário chinês. Graças a modernização japonesa de sua frota naval o país conseguiu sair vitorioso após poucas batalhas. Como compensações pela guerra, o país recebeu a ilha de Taiwan, o reconhecimento da independência da Coreia, a cessão da península Liadong na Manchúria e uma indenização financeira. Como forma de conter o avanço japonês na Manchúria, a China buscou utilizar “bárbaros contra bárbaros”, uma antiga estratégia do Império para dividir os povos que ameaçam a segurança do país. Entretanto, ao tentar colocar as potências uma contra as outras, a China acabou por realizar concessões para os outros países e acelerar a fragmentação do Império. Como resultado, a Alemanha ocupou a península de Shandong, a

França obteve parte de Guangdong, somando-se ao controle do Vietnã, e o Reino Unido expandiu sua presença em novas bases navais (KISSINGER, 2011).

A dinastia Qing, que não conseguia mais nem proteger a capital chinesa de invasores estrangeiros, concluiu o processo de desmoralização completa iniciado na Guerra do Ópio, e seguiram-se guerras civis para a determinação de um novo governo. A situação evoluiu até a fundação da República da China oficialmente em janeiro de 1912, tendo como Sun Yatsen o seu presidente provisório. Existia o entendimento de que cada província deveria ser representada em um parlamento para manter a unidade da China e defendê-la das invasões estrangeiras. Dessa forma Yuan Shikai, líder do Novo Exército da China, assumiu o governo para evitar uma guerra civil prolongada e o levante de camponeses. Entretanto, o governo militar logo em 1914 aboliu as assembleias e buscou a instituição de uma nova dinastia, que falhou com a morte de Yuan em 1916. As elites das províncias, apesar de terem apoiado a revolução de 1911, herdaram do poder dominante aversão a instabilidade e por isso apoiaram Yuan no estabelecimento de seus poderes ditatoriais (KISSINGER, 2011; FAIRBANK e GOLDMAN, 2008).

Com a queda de Yuan e ascensão dos governos dos senhores da guerra, Sun Yatsen, líder do Partido Nacionalista, também conhecido como Kuomintang, foi exilado para Shanghai e iniciou a reorganização do partido para a unificação da China. Chiang Kaishek, sucessor de Sun, trabalhou com o auxílio da recém proclamada União Soviética, aprendendo sobre os esforços vitoriosos da revolução russa. Neste momento o Partido Comunista Chinês trabalhou estrategicamente com o Koumintang pela luta anti-imperialista. Entre 1926 e 1927 o partido nacionalista, liderado por Chiang Kaishek após a morte de Sun Yatsen, iniciou a bem-sucedida Expedição ao Norte, unificando cerca de 34 forças de senhores da guerra e instaurando um governo central em Nanjing (FAIRBANK e GOLDMAN, 2008).

A Primeira Guerra Mundial ajudou a China lidar com as potências estrangeiras ocidentais, tendo em vista a mudança do foco e até a participação desta nos tratados de paz em Versalhes; entretanto, o território de Shandong não foi retornado para a República da China, mas foi herdado pelo Japão. Após a vitória contra a China na guerra de 1895, o Japão continuou com seu processo de expansão, dominando a parte russa da Manchúria após a guerra com o país em 1904-1905. Em 1932, o Japão expandiu o domínio instaurando um governo separatista fantoche na Manchúria e em 1937 embarcou em uma empreitada de dominação do leste da China (KISSINGER, 2011; FAIRBANK e GOLDMAN, 2008).

A expansão japonesa colocou o país em linha direta de choque contra a outra grande potência do Pacífico, os Estados Unidos. Os então parceiros norte-americanos começaram a gradualmente se opor ao imperialismo japonês, tendo em vista que este ameaçava seus próprios planos de controle da região. As potências ocidentais, que no século anterior impuseram a série de tratados desiguais, se viram obrigadas a apoiar o esforço nacionalista chinês na luta contra o Japão. Mesmo depois da rendição japonesa em 1945, o processo de fragmentação da China continuou, com dissipação do poder de Chiang Kaishek e do Koumintang, resultando na retomada da guerra civil no país. Desta vez, o conflito representou o embate entre o Partido Nacionalista, que fundamentava suas forças em regiões urbanas, e o Partido Comunista Chinês, que explorou uma guerra de guerrilha fundamentada no campo. Apesar da União Soviética apoiar o PCCh, ela movimentou exércitos para o nordeste da China, de modo a recuperar parte das antigas pretensões coloniais do Império Russo. Com as vitórias militares do PPCh, em 1949, o Koumintang perdeu controle da capital e Chiang Kaishek se refugiou na ilha de Taiwan, iniciando a separação entre a República Popular da China (continental) e a República da China (sediada em Taiwan) (KISSINGER, 2011; FAIRBANK e GOLDMAN, 2008).

Uma nova era na história da China foi inaugurada com a vitória do Partido Comunista Chinês na revolução e início de um longo período de recuperação do país, depois de experimentar a dominação estrangeira do imperialismo, fragmentação de suas províncias, ocupação japonesa da costa leste e guerras civis. Do ponto de vista do PCCh, os primeiros 8 anos da República Popular da China (1949-1957) foram guiados pela reconstrução criativa, crescimento e inovações sociais. O PCCh consolidou seu poder e iniciou a transição econômica para a agricultura coletivista; logo após, entre 1954 e 1957, buscou um processo de industrialização seguindo o modelo soviético. Com a política de Mao Zedong do Grande Salto para Frente (1958-1960), a agricultura foi reorganizada em um modelo que se seguiria até os anos 1970. O período entre 1966 e 1976 foram conhecidos como os “dez anos perdidos” devido ao fracasso da Revolução Cultural. Após a consolidação do poder e reformas instituídas pelo PCCh, uma nova era de modernização seria gradualmente iniciada nos anos 1970, tanto pelo reestabelecimento das relações internacionais com os Estados Unidos e reconhecimento do país nas Nações Unidas, como pela transição de poder após a morte de Mao Zedong em 1976 (KISSINGER, 2011; FAIRBANK e GOLDMAN, 2008).

O Grande Salto para Frente buscou acelerar a taxa de investimento na indústria, utilizando a lógica da acumulação primitiva socialista. A China buscava no plano uma trajetória autossuficiente a partir do fim da assistência da União Soviética. As comunas ficaram

responsáveis pela administração local, coletando tributos e provendo serviços básicos como saúde e educação para a população. A autossuficiente era necessária frente a possibilidade de uma guerra nuclear em um período de grande isolamento da China, sendo ameaçada tanto no norte pela União Soviética, como no leste e sudoeste pelos Estados Unidos. Como resultado desta política, entre 1959 e 1961 aproximadamente 30 milhões de pessoas trocaram a agricultura pela siderurgia, o que resultou na queda da produção agrícola per capita em 31% entre 1957 e 1961. Cinco anos depois do Grande Salto para Frente ocorreu a Revolução Cultural, que representou uma luta interna no PCCh pelo poder. O campo sofreu grandes mudanças no período, recebendo milhões de desempregados urbanos e pequenas indústrias rurais foram criadas, visando fortalecer a autossuficiente das regiões. Estas indústrias rurais de pequeno porte, apesar de ineficientes, conseguiram proporcionar descentralização e crescimento industrial para a China, como aponta Medeiros. Em relação a política interna da China, a Gangue dos Quatro, formada pela esposa de Mao, Jiang Qing, e outros três companheiros do PCCh, foi responsável pela perseguição e julgamento de milhares de pessoas durante a Revolução Cultural. Em meio as mudanças ocorridas no campo e na indústria da China, ocorreu uma grande disputa política dentro do PCCh, culminando na prisão e no exílio de milhares de membros do PCCh (MEDEIROS, 1999; FAIRBANK e GOLDMAN, 2008).

3.1.2 Reformas e Modernização da China

Deng Xiaoping foi destituído do PCCh em 1966 durante a Revolução Cultural, passando sete anos em uma base militar do exército e depois foi exilado na província de Jiangxi. Com o início das transformações enfrentadas pela China nos anos 70, Deng Xiaoping retornou do exílio em 1974 para compor o alto escalão do governo. Deng prezava pelo investimento em ciência, aprimoração técnica e importação de algumas práticas econômicas do Ocidente de modo pragmático visando o desenvolvimento do país. Sua forma de abordar o crescimento com modernização resultou no modelo chamado de socialismo com características chinesas. Durante o 11º Comitê Central do Partido Comunista Chinês (1978), Deng inaugurou oficialmente sua estratégia de “Reforma e Abertura”, mostrando uma ruptura com o pensamento ortodoxo maoísta, buscando a descentralização econômica para tirar a China da pobreza e a levar para o futuro (KISSINGER, 2011; FAIRBANK e GOLDMAN, 2008).

A abertura comercial e a atração de investimento estrangeiro direto iniciada por Deng Xiaoping em 1978 foi gradualmente implementada, tanto para impedir um choque que

desestabilizasse o país, como também pela dificuldade de implementar mecanismos de uma economia de mercado em uma economia acostumada desde os anos 60 com a planificação e distanciamento dos mercados globais (CUNHA e ACIOLY, 2009). As transformações graduais foram implementadas por processos guiados pelo Estado, que buscou garantir o domínio do mercado, direcionando o crescimento da produção para o estabelecimento de um mercado interno de consumo e desenvolvendo a industrialização por planos orientados com metas de comércio exterior. Com base no desenvolvimento da agricultura, para garantir o apoio das reformas econômicas nas bases de apoio do Partido Comunista Chinês, foi definido um projeto fundamentado em Quatro Modernizações (agricultura, indústria, ciência e tecnologia e defesa nacional), as quais foram prosseguidas pelo lançamento do conceito de Socialismo com Características Chinesas por Deng Xiaoping em 1982 (JABOUR e DANTAS, 2017).

As mudanças no campo foram importantes para a elevação da renda e da produtividade do trabalho agrícola, bem como o aumento da demanda por bens industriais, resultando no deslocamento da mão de obra excedente para as grandes cidades do litoral e também para cidades do entorno agrícola. As províncias receberam mais autonomia nas decisões econômicas e as empresas puderam aproveitar a liberação da mão de obra do campo. Além disso, pela primeira vez em décadas a agricultores chineses foi permitido conduzirem negócios além de seus vilarejos. A partir das reformas de 1984, os agricultores foram autorizados a trabalharem nas indústrias de carácter rural, conhecidas como *Townships and Village Enterprises* (TVEs), que eram organizadas de forma similar a cooperativas (JABOUR e DANTAS, 2017; ARRIGUI, 2007).

A reformulação fiscal dos governos locais acompanhou o crescimento das TVEs, permitindo maior autonomia na promoção do crescimento econômico e no uso dos recursos. Além disso, o quadro administrativo passou a ser avaliado pela performance das localidades. Dessa forma, as TVEs surgiram como uma ferramenta fundamental dos governos locais para a promover o crescimento econômico e atingir as metas. Estas mudanças foram importantes para a transferência do excesso de população em atividades rurais para a indústria, sem a necessidade de mobilidade para os grandes centros populacionais. Se em 1978 existiam 27 milhões de agricultores envolvidos em atividades não-agrícolas, o número passou para 176 milhões em 2003. Entre 1980 e 2004, as TVEs adicionaram quatro vezes mais empregos do que foram perdidos para regiões urbanas, sendo que no final do período elas empregavam mais do que o dobro de pessoas do que a soma de todos trabalhadores em empresas (estrangeiras, nacionais ou mistas) em áreas urbanas. As regulamentações a respeito da TVEs impeliam ao

reinvestimento de pelo menos metade dos lucros para modernização e ampliação da produção (ARRIGUI, 2007).

No 12º Congresso Nacional do PCCh (1982), a expansão das mudanças ocorridas no campo foi oficialmente levada para o meio urbano, resultando em uma nova onda de desenvolvimento liderado pelas áreas urbanas, que na metade dos anos 1980 já haviam ultrapassado a economia agrícola. Foram instituídas as Zonas Econômicas Especiais (ZEE) e *joint-ventures* com países ao longo da costa da China. Apesar destes empreendimentos serem realizados na mesma região que foi assolada pelos tratados desiguais, a situação era muito diferente, pois as ZEEs e os consórcios eram controlados pelo governo chinês e por empresários chineses, ao invés de estrangeiros como no século XIX. Deng encorajou o investimento estrangeiro e trouxe empresas ocidentais e japonesas para aproveitar a mão de obra barata chinesa, provendo um caminho para a inserção da China no comércio internacional e uma rápida modernização (FAIRBANK e GOLDMAN, 2008).

Desde que o conceito de desenvolvimento pacífico foi lançado por Deng Xiaoping, surgem questionamentos internos e externos ao PCCh a respeito da política. Internamente, critica-se que a posição de acomodação na ordem internacional pode oferecer margem para ações mais agressivas dos Estados Unidos e de Taiwan, por outro lado, externamente existe a insegurança sobre as reais intenções da China, tendo em vista os grandes investimentos na modernização de suas forças. Em 2004 o então presidente do país, Hu Jintao, proclamou os “quatro não” (hegemonia, blocos militares, uso da força e corrida armamentista), frente aos “quatro sim” (estabelecimento de confiança, redução das dificuldades, desenvolvimento econômico e evitar confrontação). Nesse sentido existe uma preocupação da China para que a experiência de ascensão de potências como a Alemanha e o Japão, que resultaram em confrontos militares, não seja repetida. A experiência traumática que a China passou desde as Guerras do Ópio até a proclamação da República Popular da China, afetaram a sua percepção de ordem mundial e resultam em uma política de defesa de autopreservação e sobrevivência enquanto uma sociedade mais próspera e economicamente desenvolvida (ARRIGUI, 2007).

O crescimento do setor privado foi ainda mais rápido do que a média da economia da China, atingindo taxas anuais médias de 20% entre 1980 e 2004, o que representou mais de 60% do PIB chinês em 2004. Entretanto, esta mudança não ocorreu como nas privatizações do setor público na Rússia pós-União Soviética, mas sim, uma mudança gradual foi implementada visando evitar um choque que causasse queda do emprego e tumultos disseminados na população. Após o 15º Congresso do Partido em 1997, algumas estatais não compunham setores

estratégicos para o país foram vendidas em um sistema acionário para administradores das fábricas e empregados. Alguns dos ramos considerados estratégicos eram de recursos naturais, armamentos, química, energia e distribuição de grãos. Em 2002, as empresas estatais representavam 15,6% do produto industrial e quando somadas as empresas em que o Estado possuía participação acionária, este número chegava a 40,8%, que ainda representa um número grande para economias ocidentais, mas que mostra uma grande transformação da China em comparação com o período anterior às reformas (FAIRBANK e GOLDMAN, 2008).

A China em seu processo de abertura aproveitou-se do tamanho potencial de seu mercado interno para estabelecer políticas que combinam aspectos da industrialização voltada para exportação, utilizando investimentos estrangeiros e estatais, com as vantagens de uma economia centralizada e protegida por aspectos como linguagem, costumes e instituições. A criação das Zonas de Processamento de Exportação é um exemplo do papel do governo chinês na atração de empresas e criação de empregos. A escala chinesa, por sua vez, permite a criação de zonas manufatureiras especializadas como observado no Delta do Rio da Peróla, que possui foco em atividades intensivas em trabalho, no Delta do Rio Yangtze, voltado para indústrias intensivas em capital e no Zhongguan Cun, que é um distrito de Beijing orientado para inovação tecnológica e compara-se com o Vale do Silício nos Estados Unidos. Através do governo, observa-se uma grande cooperação com diferentes partes da sociedade, como universidades, empresas públicas e privadas e diferentes esferas de governo para a progressão tecnológica do país. Além disso, a criação de zonas dedicadas para um tipo de produção auxilia tanto na competitividade entre empresas, como também permite à China buscar o desenvolvimento tecnológico sem ignorar a necessidade de geração de empregos e de produção de bens de consumo. O investimento no setor de educação também é relevante, como o envio de estudantes para o exterior, principalmente para países da Europa e América do Norte, rápido crescimento no número de graduados em universidades e abertura destas para incorporação de conhecimentos externos (ARRIGUI, 2007).

As reformas econômicas focaram no desenvolvimento da competição pela quebra de monopólios, ao contrário do modelo voltado para privatizações no curto prazo, observado em outras econômicas, que passaram por processos similares de abertura. Buscou-se uma divisão do trabalho entre firmas para incentivar a competição e investiu-se em educação para minimizar os efeitos desta divisão na população. Todo este processo foi fundamentado na criação de um mercado interno e no desenvolvimento agrícola capaz de abastecer a população e liberar mão de obra para os aglomerados urbanos (ARRIGUI, 2007).

As transformações no sistema de pagamentos e no setor bancário foram importantes para a modernização da China, possibilitando maior acesso ao crédito e a outros serviços financeiros a partir da especialização dos bancos estatais criados nas reformas entre 1979 e 1985. No final dos anos 90 e início do século XXI os bancos comerciais se expandiram e foram criados mercados de ações, dívida e outros ativos, que auxiliaram desenvolvimento do sistema financeiro apoiando a entrada da China da Organização Mundial do Comércio (OMC). O sistema tributário foi reformado para aproximar o modelo chinês das demais economias, incluindo tributos sobre valor adicionado e impostos diretos sobre empresas. As negociações para a entrada do país na OMC resultaram em adaptações do modelo chinês para se adequar as regras internacionais de comércio, que mostram o pragmatismo do país para atingir suas metas de crescimento. Observou-se uma aceleração do crescimento tanto de importações como de exportações: entre 1976 e 2000 o comércio exterior cresceu a taxas médias de 16% ao ano, passando para mais de 23% depois de 2001, com a entrada do país na OMC (CUNHA e ACIOLY, 2009).

A inflação poderia se mostrar um problema, considerando as altas taxas de crescimento e consumo observadas no país, entretanto:

A China passaria a experimentar um ciclo de forte crescimento com estabilidade macroeconômica, liderado por um processo cada vez mais intenso de acumulação de capital, absorção de poupança e tecnologia estrangeiras, aprofundamento da reestruturação dos setores produtivos, maior abertura comercial externa, intensa migração, e urbanização (CUNHA e ACIOLY, 2009, p. 354).

A construção da soberania financeira através de reservas cambiais foi ocorreu devido ao modelo guiado para exportações, que também criou as bases para as grandes corporações chinesas se inserirem nas cadeias globais de valor e obterem seus ganhos de escala. Nas últimas três décadas, a China conseguiu ao mesmo tempo equilibrar o capital estatal, concentrado e centralizado, com a capilaridade do setor privado. Contando com grande capacidade de investimento, a economia chinesa é dinâmica, flexível e moldada de acordo com as necessidades e objetivos do desenvolvimento. O programa de desenvolvimento do Oeste chinês continua nesta linha, de modo a aproveitar o dinamismo do Leste com oportunidades de criação de infraestrutura e integração das regiões menos desenvolvidas do país (JABOUR e DANTAS, 2017).

As modernizações iniciadas por Deng Xiaoping, que priorizaram investimentos na produção e desenvolvimento de tecnologia, geraram divisas através do comércio internacional que permitiram a sustentação das políticas do governo. No início do século XXI, a China implementou a sua estratégia de *Going Global*, pois não seria mais possível manter taxas de crescimento aceleradas sem considerar a importância do fornecimento de matérias primas e alimentos. A estratégia envolve o aumento da presença internacional, dada a importância de aproveitar oportunidades de internacionalização de empresas chinesas e assegurar o fluxo das cadeias globais de valor em que o país possui papel central. As transformações que a China passou desde o início do período de Deng impactaram profundamente a população. A urbanização na China passou de 18% para 44% entre 1978 e 2006. O emprego no setor primário passou de 70% para 43%, enquanto a indústria representava 43% da produção e serviços 39% no mesmo período. Além disso, antes das reformas, apenas 1% da população possuía nível universitário, número que chegou a 7% em 2004 e estima-se que mais de 400 milhões de pessoas saíram da linha da pobreza (CUNHA e ACIOLY, 2009).

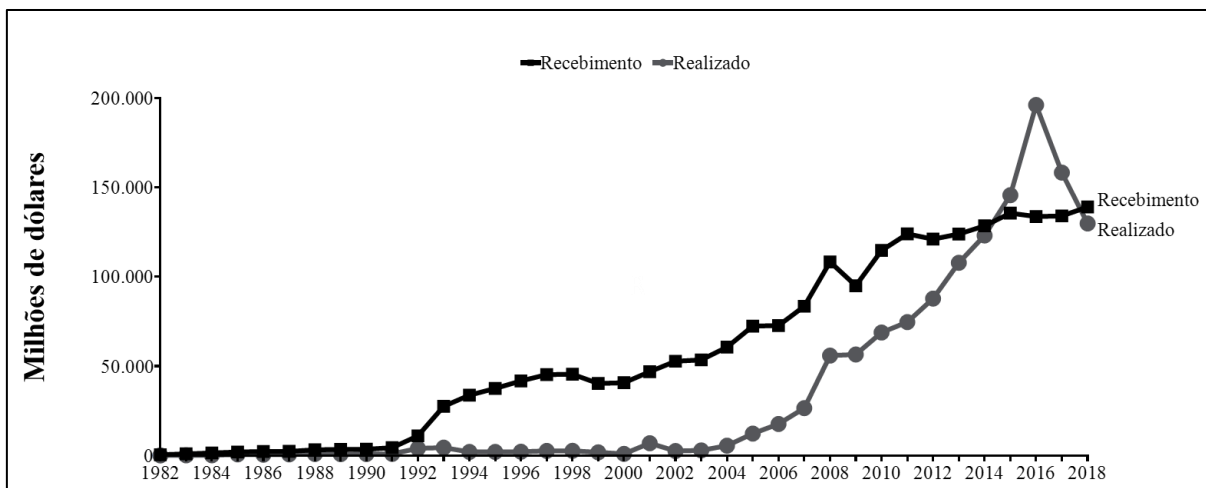
Mesmo com as reformas realizadas na China, no fim da década de 90, empresas que possuíam capital exclusivamente privado ainda eram minoria, o que não representou uma barreira para o crescimento do país. Mais do que incentivar empresas públicas, privadas ou mistas, o modelo chinês garantiu estruturas de mercado e arranjos institucionais que influenciaram a performance da economia. A diminuição do papel das empresas estatais não deve ser exagerada, tendo em vista que o processo foi lento e gradual, de modo a preservar empregos e garantir a continuação da ordem social. Enquanto as privatizações não devem ser vistas cegamente como solução da centralização demasiada da economia, elas ainda possuíam um papel na estratégia chinesa, em que o governo realizou desinvestimentos em empresas estatais para incentivar a iniciativa privada, o que gerou o aumento da competição com as empresas públicas restantes (CUNHA e ACIOLY, 2009; JABOUR e DANTAS, 2017).

3.2 INTERNACIONALIZAÇÃO E INVESTIMENTO ESTRANGEIRO CHINÊS

Os dados referentes ao Investimento Estrangeiro Direto realizado e recebido pela China são fornecidos pela base de dados da UNCTAD (2019) e fornecem a visão dos fluxos e estoque de 1982 até 2018. A Figura 1 mostra como os fluxos de Investimento Estrangeiro Direto cresceram mais rapidamente no recebimento, principalmente a partir de 1990, enquanto o IED realizado cresceu aceleradamente a partir de 2002. A Figura 2 por sua vez mostra como o estoque do investimento cresceu de tal forma que atualmente a China possui mais estoque de

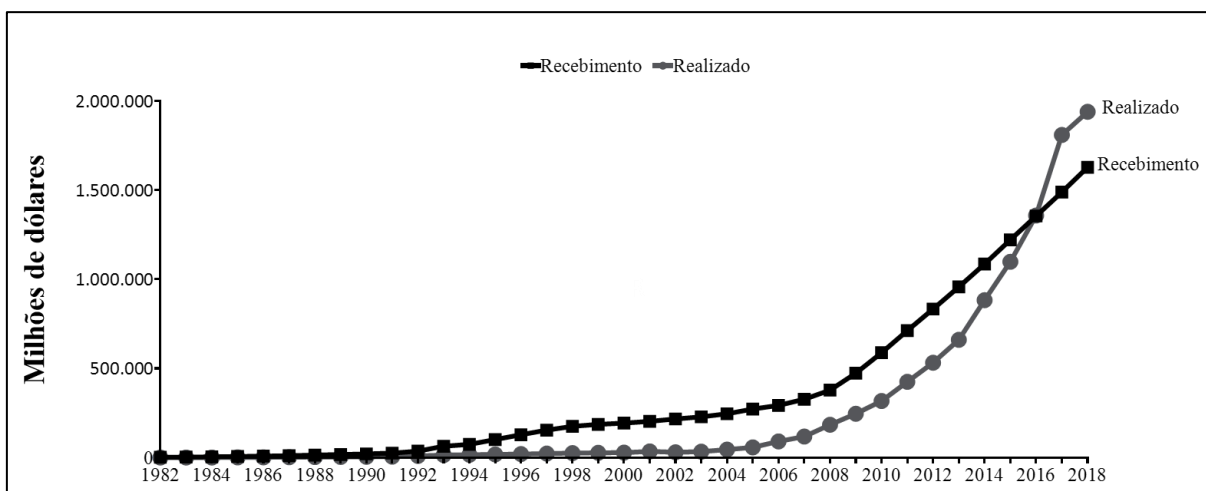
investimento realizado no exterior do que investimento recebido pelo país. Estas transformações nos dados são reflexos de políticas que serão abordadas nas próximas seções e elencam características da modernização e do desenvolvimento da economia chinesa.

Figura 1 – Fluxo do Investimento Estrangeiro Direto da China de 1982 a 2018.



Fonte: UNCTAD (2019)

Figura 2 – Estoque do Investimento Estrangeiro Direto da China de 1982 a 2018.



Fonte: UNCTAD (2019)

3.2.1 O Investimento Estrangeiro Direto Recebido Pela China

O Investimento Estrangeiro Direto foi escolhido como uma forma de financiar a modernização da economia chinesa por possuir vantagens em relação às suas alternativas. Tanto a poupança doméstica não era suficiente, como recorrer a empréstimos não era uma alternativa

válida devido a experiência negativa de outros países desenvolvidos e seu alto custo. Além disso, pelo envolvimento de empresas estrangeiras, o IED permitiu a transferências de tecnologias e técnicas de gerenciamento (KAMATH, 1990; MORAIS, 2015a). Segundo Kamath (1990) O investimento poderia ser recebido na China através de diversas formas de parceria:

- a) *Joint ventures* de capital próprio, que são parcerias firmadas pela criação de uma nova empresa, com divisão de lucros, riscos e investimento;
- b) *Joint ventures* contratuais, em que a parte estrangeira fornece tecnologia enquanto a empresa chinesa dispõe do trabalho e estrutura física da produção;
- c) Comércio de compensação, onde a parte estrangeira é responsável pelo marketing, tecnologia e equipamentos e é pago através da produção de bens utilizando trabalho e fábricas chinesas;
- d) Subsidiárias de propriedade estrangeira, em que o parceiro estrangeiro fornece todo investimento em capital, é responsável pela produção e recebe a totalidade dos lucros;
- e) Acordo de montagem, em que o parceiro estrangeiro fornece design, matérias primas e intermediárias e é responsável distribuição, enquanto a empresa chinesa recebe uma taxa pela produção.

A maior parte do investimento no período inicial da abertura chinesa foi realizado através de *joint ventures* contratuais; entre 1979 e 1985, 50% do IED foi para esta categoria. Enquanto a realização de *joint ventures* de capital próprio, considerada a melhor categoria para a transferência de tecnologia, ficou limitada a 22% do montante investido. A relutância de investidores estrangeiros realizarem tais contratos reflete o caráter inicial da abertura chinesa e o risco político e de negócios em um mercado ainda em processo de transição. Neste período inicial, Hong Kong foi o maior receptor de investimento na economia chinesa, que apesar de não ser uma região conhecida pela inovação tecnológica, ajudou a fornecer tecnologias intermediárias. Mesmo os investimentos realizados pelo Japão e pelos Estados Unidos foram destinados primariamente a tecnologias intermediárias e básicas (KAMATH, 1990). Em comparação com o período inicial, quando observamos os anos de 1985 a 1992, nota-se que o IED através de *joint ventures* de capital próprio representou quase 65% dos projetos, envolvendo parceria meio a meio de estrangeiros e chineses. Estes investimentos foram confiados às Zonas Econômicas Especiais, criando um ambiente propício tanto para as

empresas, com melhorias logísticas e investimentos concentrados, como também para o governo, que conseguia controlar a presença de empresas estrangeiras (HAYTER e HAN, 1998).

No início do processo de abertura comercial, o estoque de Investimento Estrangeiro Direto na China era de aproximadamente 1 bilhão de dólares; em 2007, quase 30 anos após o início da modernização, o número chegou a 327 bilhões. Entretanto, inicialmente o investimento não cresceu tão aceleradamente, pois de 1980 a 1991 os fluxos de entrada variaram apenas de 1 bilhão para 5 bilhões de dólares ao ano. Este ponto mostra mais uma vez a existência do gradualismo na abertura chinesa. O modelo de criação de ZEEs para atração de investimento foi fundamentada em estrangeiros de origem chinesa, principalmente moradores de Hong Kong (que no período ainda não havia sido retornada a China). Após a visita de Deng às regiões costeiras do Sul, que foram as primeiras a receber as ZEEs, novas medidas de atração de investimentos foram implementadas para expansão do modelo. Como resultado, os fluxos de recebimento de IED ultrapassaram os 40 bilhões de dólares anuais, chegando a 83 bilhões em 2007. Não apenas isto, como também as exportações de filiais de multinacionais estrangeiras na China cresceu exponencialmente, passando de 12 bilhões de dólares anuais (17% do valor total exportado pelo país) em 1991 para 444 bilhões (60% do valor total) em 2005 (CUNHA e ACIOLY, 2009).

Tradicionalmente as empresas transnacionais ao realizarem investimento estrangeiro possuem poder de barganha suficiente para se recusarem a transferir tecnologias intermediárias ou avançadas para os países receptores. Entretanto, a China se mostrou um caso à parte, pois conseguiu, através de suas diferentes modalidades de *joint ventures*, não apenas incorporar estas tecnologias como também as difundir internamente. A China utilizou de seu grande mercado interno não explorado, mão de obra barata e localização geográfica favorável para se inserir nas cadeias globais de valor, atrair investimento estrangeiro e estimular as indústrias domésticas por meio da aquisição de tecnologias avançadas (MORAIS, 2015a).

A indústria de eletrônicos da China cresceu rapidamente entre 1995 e 2005; a produção passou de 253 bilhões para 2.723 bilhões de renminbi no final do período, enquanto o valor adicionado passou de 63,5 bilhões para 583,9 bilhões de renminbi. Este avanço está ligado as altas taxas de formação bruta de capital fixo no setor, passando de 7,6% em 1997 para 89% em 2005. O investimento estrangeiro foi fundamental para este processo, pois as empresas financiadas por capital estrangeiro, atuantes nas ZEEs, representaram a maior parte das vendas, produção, valor exportado e formação de capital no setor (ZHAO *et alii*, 2007).

A indústria de eletrônicos tem sido uma das prioridades do governo desde os anos 1980, possuindo papel central nas políticas industriais e de transferência de tecnologia. Em 1994, o setor foi declarado uma das indústrias estratégicas na política industrial nacional para os anos 1990. Nesse sentido o governo chinês se comprometeu em proteger os produtos nacionais da competição estrangeira, permitindo acesso limitado ao mercado doméstico pelos investimentos estrangeiros em troca de transferência de tecnologias avançadas. As barreiras não tarifárias incluíam: necessidade de aprovação pelo governo central para certas *joint ventures* que entrem em confronto com as políticas industriais de estado, limitação de empresas estrangeiras de 50% na participação de *joint ventures* no setor, requerimento de exportação de 70% dos produtos da *joint venture* para manutenção do tratamento preferencial e limitações para empresas intensivas em mão de obra que não exportassem 100% de sua produção (ZHAO *et alii*, 2007).

Três fases podem ser vistas no desenvolvimento da indústria de eletrônicos na China, em função do recebimento de IED e do comércio internacional. A primeira, que durou até o fim dos anos 1980, foi caracterizada pela grande escala de importação de bens de consumo, como televisões e geladeiras, e poucos bens de capital, com pouca ou nenhuma transferência de tecnologia. Na segunda fase, durante os anos 1990, barreiras tarifárias e não-tarifárias foram implementadas para limitar a importação de produtos finais, enquanto limitadores no IED ajudaram as firmas nacionais a alcançarem as estrangeiras. Na terceira, que iniciou no final dos anos 1990, as limitações no IED foram diminuídas visando a criação de um mercado mais competitivo, enquanto algumas barreiras não-tarifárias continuaram a existir. Dentro da indústria de eletrônicos, a produção de componentes de computadores e outros eletrônicos foi mais aberta do que a de eletrônicos de consumo (produto final) e equipamentos de telecomunicações (ZHAO *et alii*, 2007).

O governo chinês utilizou o seu Catálogo para Guiar Investimentos Estrangeiros para divulgar quais setores e indústrias possuem limitações ou proibições para empresas de capital exclusivamente estrangeiro, determinando por consequência os setores impactados pelo IED. Em 2012, o catálogo vigente buscava estimular investimentos estrangeiros em manufaturas de alta tecnologia, serviços modernos, novas energias e indústrias eficientes em energia e matérias primas. Para aproveitar do tratamento especial, que inclui benefícios tarifários e fiscais, os investidores devem se enquadrar nas exigências definidas pelo catálogo. O governo chinês abordou diretamente multinacionais, buscando negociações que incluíssem transferência de tecnologia e técnicas gerenciais, exercendo papel central tanto diretamente quanto indiretamente. O monopólio de empresas estatais em certos setores também auxiliou este

processo, pois eram as únicas produtoras e compradoras de produtos nacionais, o que desequilibrava as negociações com empresas que desejasse entrar no país (MORAIS, 2015a).

O foco da economia chinesa foi transformado com o processo de abertura e modernização, com maior desenvolvimento da indústria leve voltada para exportação. Em 1980 o país exportava menos que o Brasil, enquanto em 2010 a China já era o maior exportador do mundo. As *joint ventures* foram essenciais neste processo, pois tanto trouxeram novas tecnologias, como também viabilizaram investimentos e também incentivaram a competição com firmas nacionais. Na era de Deng Xiaoping, a gestão da política fiscal, cambial e monetária foi utilizada pelo governo para garantir crescimento econômico e aumento do emprego, de modo a desenvolver o país e também legitimar o PCCh no poder. Os setores que mais crescerem entre 1979 e 2009 foram o de bens de consumo e construção, seguidos pela indústria pesada de aço e de materiais de construção (CORREA, 2015). Observa-se neste sentido um alinhamento das prioridades vistas na política de modernização focada em atrair investimentos para o setor exportador através de *joint ventures* com empresas de capital estrangeiro e o desenvolvimento do mercado doméstico pela transferência de tecnologia.

O Investimento Estrangeiro Direto, apesar de importante para a transferência de tecnologia, representou uma pequena parte dos investimentos totais realizados na China. Em 1996 ocorreu o pico da participação estrangeira, totalizando 11,6% em comparação com os 2,9% de 2008. Isto não quer dizer que o IED não foi relevante para a modernização e abertura do país, mas que ele não foi a principal fonte de investimento, apesar de possuir papel importante no avanço tecnológico e na balança de pagamentos (MORAIS, 2015b).

A indústria de petróleo e gás natural também foi afetada pelas reformas de Deng Xiaoping, principalmente nos mecanismos de investimento. O uso de recursos estrangeiros foi permitido, ao menos para a aquisição de tecnologia e conhecimento e para exploração e produção de petróleo e gás natural. O governo transformou os ativos da indústria que pertenciam a ministérios em empresas estatais segmentadas por ramos da produção, visando maior eficiência econômica. Destacam-se assim a CNPC, responsável pela exploração de petróleo e gás natural *onshore*, a Sinopec, que trabalha na distribuição e refino, Cnooc, concentrada no desenvolvimento da extração *offshore* e a Sinochem, focada em petroquímicos (CORREA, 2015).

Observa-se uma grande disparidade entre a região da costa leste e o interior da China, que foi ampliada com o processo de modernização e abertura iniciado nos anos 1980. Em 1985 a relação da renda *per capita* urbana com a rural era de aproximadamente 1,9 vezes. Já em 2013

esse número ultrapassa 3,0. Este processo de ampliação das desigualdades foi antecipado pelas lideranças do PCCh, entretanto, a premissa era de desenvolvimento em degraus, focando os recursos escassos nas regiões mais desenvolvidas. A costa apresentou as melhores condições para receber capital estrangeiro e desenvolver indústrias leves, inserindo a China nas cadeias globais de valor como economia exportadora. Desde 2008, entretanto, o Oeste da China vem se desenvolvendo mais rapidamente, devido ao investimento em inúmeras obras de infraestrutura de transporte e energia. Não só as regiões mais distantes foram ligadas ao centro comercial e financeiro do país, como também a vizinhos na Ásia Central (MORAIS, 2015b).

3.2.2 O Investimento Estrangeiro Direto Realizado pela China

Em março de 2001 a política de *Going Out* foi oficialmente anunciada no décimo plano quinquenal do Conselho de Estado da China, representando um marco importante na estratégia de internacionalização das empresas chinesas e investimento em mercados externos. A política possuiu um papel central para reforma da economia chinesa e no desenvolvimento econômico; ao fornecer grande suporte financeiro e recursos para investimentos em certas indústrias, a estratégia estimulou a economia e facilitou ganhos de eficiência nas empresas nacionais. As empresas chinesas, que já possuíam fundamentos sólidos no mercado interno, passaram a buscar novos mercados a partir da política de *Going Out*. Atividades de Fusões e Aquisições foram utilizadas para a expansão de empresas líderes, por ser mais fácil adquirir empresas no país receptor, contendo clientes e canais de distribuição, do que realizar investimentos e criar novas estruturas do zero. Enquanto isso, empresas estatais chinesas investiram em outros países buscando principalmente recursos que suportassem o processo de industrialização do mercado interno, como recursos naturais e matérias primas. Devido a maior preocupação na segurança alimentar e demanda por produtos de maior qualidade, investimentos na indústria de processamento de alimentos em países desenvolvidos vêm sendo realizados (WANG e ZHAO, 2017). Desde os anos 1990 a China assumiu um papel mais importante nos fluxos internacionais de capital, tanto em Investimento em Portifólio como em Investimentos Estrangeiro Direto. Até o início de 2011, mais de 13 mil empresas chinesas estabeleceram mais de 16 mil subsidiárias estrangeiras em 178 países (SOOFI, 2015).

As principais motivações da realização de investimentos estrangeiro da China estão relacionadas às demandas de recursos naturais geradas pelo rápido crescimento do país. Assim, ao analisar os investimentos realizados no período de 1992 até 2001, observa-se que o IED

chinês é atraído por países com maior PIB, alto comércio exterior e proximidade cultural com a China. As empresas estatais em 2006 foram responsáveis por 82% do IED realizado no exterior, sendo que a maior é listada em bolsas de valores, apesar de seus executivos serem indicados pelas lideranças do governo chinês. Esta característica é importante para notar que os investimentos realizados vão além da lógica do lucro e também são motivados por fatores estratégicos e políticos (KOLSTAD e WIIG, 2012).

No final de 2013, o presidente da China Xi Jinping anunciou a criação de desenvolvimento de uma Nova Rota da Seda, promovendo integração econômica entre Ásia, Europa e África. Grandes projetos industriais e de infraestrutura foram iniciados na Ásia para reviver a conexão entre os continentes formadas pela antiga rota da seda. Apenas em 2015 foram investidos por parte da China 12,07 bilhões de dólares em 51 países membros da iniciativa. O cinturão econômico da Nova Rota da Seda busca integrar China, Ásia Central, Rússia e Europa através da conexão entre o Golfo Pérsico e do Mar Mediterrâneo na Ásia Central com a China e o Sudeste Asiático. A Nova Rota Marítima da Seda também foi estabelecida e passa por uma área vasta, conectando o Mar do Sul da China e o Oceano Índico com a Europa e leste africano. Estes conceitos unidos formam a iniciativa do *One Belt One Road*, que une investimentos e conexão de infraestrutura com comércio e integração econômica nas cadeias de valor pelo mar. A iniciativa engloba mais de 60 países com uma população superior a 4 bilhões e representa um dos principais comprometimentos de investimentos e de política externa da China (WANG e ZHAO, 2017; DU e ZHANG, 2018).

Para suportar a iniciativa *One Belt One Road*, o governo chinês fornece incentivos, como ajuda financeira e benefícios fiscais, para empresas que realizem investimentos em projetos da região, além de empréstimos conduzidos por bancos internacionais suportados pela China, como o Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura (AIIB na sigla em inglês) e o Banco de Exportação e Importação da China. O AIIB iniciou sua operação em 2016, contendo 57 países fundadores e busca prover suporte financeiro para projetos de infraestrutura, auxiliando na colaboração regional, integração entre economias e facilitação do desenvolvimento econômico dos países membros. Através destas iniciativas observa-se uma mudança no sistema financeiro chinês que busca a internacionalização do renminbi e competição com os sistemas sustentados no dólar. Uma alternativa ao sistema *Society for Worldwide Interbank Financial Telecommunication* (SWIFT), o *China international Payment System* (CIPS), foi criada para permitir compensações em renminbi diretamente no Banco

Central da China (WANG e ZHAO, 2017; DU e ZHANG, 2018; CINTRA e SILVA FILHO, 2015; CINTRA; SILVA FILHO; PINTO, 2015).

Com o crescimento do Investimento Estrangeiro Direto nos últimos anos, a China já é o segundo país que mais investe no exterior. Neste sentido a iniciativa *One Belt One Road* tem influenciado positivamente em novos investimentos devido o apoio do governo chinês para projetos estratégicos nos países participantes da iniciativa. Em 2014, o sistema de Medidas para Gestão do Investimentos Estrangeiros foi editado pelo governo chinês, reformulando e simplificando os processos administrativos de registro e preenchimento para a realização de investimentos estrangeiros. O período inicial de crescimento do IED chinês no exterior foi marcado pelo foco em matérias primas, entretanto, o país está mudando o seu direcionamento para novas tecnologias e setores orientados para o consumo. Alguns setores foram escolhidos como mais favorecidos e incentivados, como tecnologia avançada, imobiliário, finança, agronegócio e saúde. Estas mudanças mostram as transformações ocorridas na economia chinesa e maior envolvimento em setores estrangeiros. Os investidores do país estão olhando os países ricos em recursos naturais da Ásia, América Latina e África, mas também estão investindo em países desenvolvidos da Europa e América do Norte. Estas mudanças permitem às empresas chinesas mudarem suas abordagens de compra de unidades de produção para a compra de tecnologias e marcas, permitindo o aumento da competitividade internacional e abrangendo as mudanças no mercado interno do país (DU e ZHANG, 2018).

Tendo em vista os grandes investimentos em infraestrutura decorrentes da iniciativa *One Belt One Road* e que grandes projetos de infraestrutura na China são guiados pelo governo e por estatais, espera-se que essas empresas tenham um papel principal na realização dos investimentos estrangeiros. Apesar disso, empresas privadas podem aproveitar as oportunidades geradas pelos investimentos das estatais e participarem de forma complementar. Não só isso, pois a melhoria da infraestrutura também gerará ambientes mais promissores para o recebimento do IED, não só da China como de outros países (DU e ZHANG, 2018).

Observa-se uma preferência das empresas chinesas em realizar operações de Fusões e Aquisições contra investimentos *greenfield* em países da iniciativa *One Belt One Road*, o que se deve possivelmente à diferença de tempo entre adquirir capacidades *versus* construí-las do zero. A iniciativa também acelerou os investimentos realizados principalmente por fusões e aquisições, sem diminuir investimentos realizados em outros países, enquanto as atividades de investimento *greenfield* enfrentaram oposição entre investimentos nos países da *One Belt One Road* e países de fora do projeto. A iniciativa também mostra ter alterado as principais indústrias

do foco de investimento da China, pois energia e materiais passaram de respectivamente primeiro e segundo lugar em valores investidos, para quarto e quinto entre os períodos de 2012 a 2013 e 2014 a 2015. Enquanto isso, o setor de tecnologia avançada assumiu a segunda posição, sendo que no período inicial não se encontrava em os cinco setores mais relevantes. Essa mudança nos valores mostra a alteração da prioridade nos investimentos, decorrente da estratégia do governo que é suportada pela iniciativa *One Belt One Road*. Quando analisada a compra de ativos de empresas estatais ou de governos nos países receptores do investimento, observa-se um crescimento das transações após o lançamento da iniciativa, o que mostra um alinhamento político entre governos locais com o governo chinês, tendo em vista o caráter estatal dos ativos (DU e ZHANG, 2018).

As empresas estatais chinesas representam a maior parte das atividades de fusões e aquisições (aproximadamente 80%), o que se deve ao tamanho das empresas e também ao suporte do governo por meio de incentivos financeiros através dos bancos estatais. Dentre os objetivos, do ponto de vista das empresas, de aquisições no exterior estariam, a princípio, o acesso a novos mercados e ganhos de economias de escala. Entretanto, devido ao papel estratégico destas aquisições, observa-se uma preocupação maior com a garantia de acesso a recursos naturais em países em desenvolvimento e compra de tecnologias avançadas em países desenvolvidos (SOOFI, 2015).

Quando se comparam as experiências de realização de Investimento Estrangeiro Direto da China e da América Latina, observam-se diversas diferenças na experiência histórica das regiões. Enquanto os investimentos de países da América Latina iniciaram na década de 1960 e desenvolveram suas capacidades com os programas de substituição de importação, a experiência chinesa é mais recente. Entretanto, os investimentos da América Latina são mais voláteis, tendo em vista as grandes mudanças enfrentadas pelos países, com crises da dívida e liberalizações e privatizações nos anos 1990. Como resultado, apenas algumas empresas da região conseguiram ter sucesso em suas internacionalizações. Os governos latino americanos e chinês participaram ativamente dos processos de exportação de IED, tanto pelo papel de multinacionais estatais como por financiamento de bancos de desenvolvimento. Entretanto, uma diferença ocorre no suporte prestado pelo governo chinês as empresas do país em momentos de crise, como na crise financeira internacional de 2008, quando a China aproveitou a oportunidade para realizar investimentos no exterior. O tamanho do mercado interno também é um fator que favoreceu o desenvolvimento de empresas domésticas. Enquanto isso, os recursos naturais abrangentes na América Latina favoreceram a proliferação de empresas do

setor com capacidade de internacionalização, como a Vale e a Petrobrás no Brasil (CASANOVA *et alii*, 2019).

O ano de 2017 foi marcado pelo estabelecimento de tendências que já se vislumbravam na economia mundial, como o anúncio de restrições no comércio e pressões para reestabelecer a produção em países desenvolvidos. Estas alterações criam um ambiente que pode encorajar investimentos nacionais, mas que não se traduzem em investimentos transnacionais e geram incertezas para as grandes empresas multinacionais. Entretanto, ao mesmo tempo que estas tendências têm alterado a forma de abordar o comércio internacional, a estratégia chinesa, de estabelecimento como uma economia avançada, produtiva e criadora de tecnologias, continua a mesma. Ou seja, a demanda do país por tecnologia, manufaturas avançada, energia, infraestrutura e recursos naturais continua crescendo. Limitações impostas pelo governo chinês para investimentos estrangeiros em setores não estratégicos, como imobiliário, hoteleiro, entretenimento e esportes, bem como a criação de fundos de investimento sem objetivos de negócio claros. Preocupações sobre aquisições de tecnologias e ativos produtivos estratégicos por empresas transnacionais chinesas estão crescendo na Europa e nos Estados Unidos, o que ajuda a reduzir as transações realizar e o total do investimento. Só em 2017 o IED chinês no exterior caiu em 36%, o que se deve principalmente às mudanças do governo na priorização de setores estratégicos (CEPAL, 2018).

4 LIBERALIZAÇÃO E INVESTIMENTO ESTRANGEIRO DIRETO NO BRASIL

O Brasil ocupa uma posição de destaque nos fluxos internacionais de Investimento Estrangeiro Direto, pois desde 2011 o país é um dos cinco principais receptores de IED no mundo. Entre os períodos de 1990 e 2012 o estoque de investimento per capita no país cresceu de 248 dólares para 3.540 dólares, aumentando a participação deste estoque no PIB de 10,1% para 31,2% (SILVA FILHO, 2015). O processo de transformação mundial da economia observado na década 1980 e início de 1990 está relacionado à maior integração das cadeiras produtivas, aprofundamento das relações comerciais entre países, acelerado crescimento dos fluxos de capitais e aumento da competição entre empresas multinacionais em nível global. Entretanto, no Brasil observa-se um período marcado pelo descontrole inflacionário, redução do crescimento econômico e queda da produção da indústria. A partir dos resultados positivos na balança de pagamentos de 1984, dado o superávit comercial, a política econômica mudou de foco da contenção do estrangulamento externo para o combate ao processo inflacionário (CURADO e CRUZ, 2012).

4.1 ABERTURA COMERCIAL DOS ANOS 90

Com as crises enfrentadas pelos Estados Unidos na década de 1970, a indústria do país perdeu competitividade, que foi acelerada pela valorização do dólar e crescimento de outras economias desenvolvidas. A expansão do complexo tecnológico eletrônico também foi importante para gerar mudanças no setor industrial, vinculando a inovação dos demais setores à eletrônica. Dessa forma, através da revitalização e da competitividade de economias desenvolvidas, as cadeiras globais de valor começaram a ser estabelecidas pela realização de IED por multinacionais que expandiam sua atuação pelo globo. O Estoque de IED mundial de 1990 era de 1,7 trilhões de dólares, sendo que mais de 800 bilhões deste montante foi adicionado no período entre 1985 e 1990. Estas mudanças foram profundas na economia mundial e acompanharam as políticas de liberalização, privatização e desregulamentação de mercados implementadas em diferentes graus pelos países. Como resultado deste movimento, grandes grupos multinacionais se expandiram via fluxos de capital produtivo e transações financeiras. Observa-se também que a maior parte do crescimento dos fluxos de IED foram gerados nos países desenvolvidos (CURADO e CRUZ, 2012; IEDI, 2006).

Durante a década de 1980, o Brasil se manteve à parte do processo de expansão do IED, com queda acentuada do investimento entre 1980 e 1986, o que refletiu a crise econômica de 1981 a 1983. Apesar da retomada do investimento em 1987, observa-se que 59% do IED recebido pelo Brasil entre 1985 e 1989 foi por meio de conversões de dívida em ações, o que mostra a incapacidade de pagamento de uma dívida por uma empresa brasileira e a conversão do montante em participação na empresa. Neste período também ocorreu avanço da participação do setor de serviços no recebimento de investimento em detrimento da indústria de transformação. O setor industrial perdeu quase 40 pontos percentuais na participação do total de IED recebido entre 1981 e 1991, passando de 71% para 32%. Através destas mudanças percebe-se uma clara dissintonia entre a experiência brasileira em comparação com a internacional durante a década de 1980. Enquanto ocorreu a retração de investimentos no Brasil, outros países passaram por uma das mais rápidas expansões do comércio internacional e dos fluxos de investimentos (CURADO e CRUZ, 2012).

A partir de 1994 o quadro econômico brasileiro mostrou mudanças em relação ao que foi observado ao longo da década de 80, inclusive um processo de estabilização sustentado pela valorização cambial e pela abertura comercial. As importações foram facilitadas pelo câmbio e pela queda de barreiras tarifárias, pressionando as margens de lucro de empresas nacionais pela competição. Neste sentido, o valor importado pelo Brasil cresceu de 20,6 bilhões de dólares em 1990 para 53,3 bilhões em 1996, o que representou uma taxa média de crescimento anual de 17%. Enquanto isso, as exportações do país aumentaram de 31,4 bilhões de dólares em 1990 para 47,7 bilhões em 1996, o que resultou na mudança de uma balança comercial positiva de 10,8 bilhões de dólares em 1990 para um déficit de 5,5 bilhões em 1996. Os serviços da dívida externa e outros serviços também geraram déficit para a Balança de Pagamentos do Brasil, passando de 15,4 bilhões de dólares em 1990 para 21,7 bilhões em 1996. Somando-se os números, observa-se que as Transações Correntes do país aumentaram as dívidas de divisas em mais de 20 bilhões de dólares entre 1990 e 1996. Os elevados déficits, que sustentavam a política monetária do governo através da âncora cambial e elevada taxa de juros, foram financiados pela atração do Investimento Estrangeiro Direto e em Portifólio e pelo aumento dos empréstimos de longo prazo. Os fluxos de IED em conjunto com financiamentos e empréstimos de médio e longo prazo somaram 22,5 bilhões de dólares em 1996, respondendo a cobertura de 93% do déficit nas contas correntes do país (LAPLANE e SARTI, 1997; IEDI, 2006).

A crescimento da relevância do IED, atestado pela comparação dos dados da década de 80 e 90, pode ser observado também no aumento da sua contribuição para o investimento global da economia e para o PIB. A participação na taxa de investimento passou de 0,91% em 1990 para 7,83% em 1996, sendo que a média da década de 80 foi de aproximadamente 2,4%. O peso no PIB do país também aumentou de uma média de 0,5% nos anos 80 para 1,4% em 1996. Enquanto houve um aumento expressivo da participação do IED na economia brasileira, também ocorreu uma queda da taxa geral de investimento no país. Esta queda está relacionada com o desempenho ruim da economia no começo dos anos 90, com redução acumulada de 10% no produto interno entre 1990 e 1992, e 15,6% de retração da produção industrial no mesmo período (LAPLANE e SARTI, 1997).

Laplane e Sarti (1997) definem dois períodos iniciais na década de 1990 em relação ao IED. No primeiro deles, que durou até 1994, os investimentos estavam buscando ganhos pela racionalização e modernização da estrutura produtiva do país. Buscava-se a redução de custos e aumento de competitividade em um cenário de abertura inicial, utilizando-se de estratégias como encerramento de linhas de produtos com escala de produção inadequadas, aprofundamento da terceirização para atividades produtivas e substituição de fornecedores internos por estrangeiros. No segundo momento, colocado a partir de 1994, além dos fluxos serem maiores, também estão relacionados a expansão da capacidade produtiva para atender um mercado interno em crescimento (LAPLANE e SARTI, 1997).

A economia brasileira reagiu ao Plano Real de diferentes formas, conforme os setores analisados; enquanto o setor de bens de consumo cresceu a taxas médias de 12,72% entre 1994 e 1996, o setor de bens de capitais quase que não aumentou, com variação de apenas 0,08%. Quando analisada a indústria de transformação, observa-se que ela ainda cresceu menos do que a indústria extrativa, com taxas respectivamente de 3,56% e 4,89% entre 1994 e 1996, enquanto o setor de bens de consumo cresceu 5,03%. O desempenho desigual dos setores mostra o processo de especialização industrial no período, que levou a redução dos índices de nacionalização dos bens finais, tendo em vista a maior facilidade de financiamento externo para importações e substituição dos fornecedores locais por estrangeiros. Observa-se uma correlação positiva entre o aumento das importações com a maior presença de empresas estrangeiras, representada pelo crescimento do IED. Isto ocorre devido a inserção das firmas multinacionais em cadeias globais de valor, que contam com fornecedores internacionais de matérias primas, em detrimento dos produtores nacionais. O aumento das importações nos setores mais envolvidos em IED, que são o automobilístico, eletroeletrônico, informática e farmacêutico,

também foi observado no período, auxiliando no desequilíbrio da balança comercial (LAPLANE e SARTI, 1997).

Os Investimentos Estrangeiros Diretos no Brasil buscaram nos anos 1990 oportunidades de exploração do mercado interno, ao contrário de possíveis ganhos de eficiência nas cadeias globais de valor ou produção voltada para exportação. Uma exceção na inserção de multinacionais são as empresas que buscam no Brasil o fornecedor de matérias primas, mas que também não resultam no desenvolvimento tecnológico do país. Neste sentido, há pouca expansão da produção industrial decorrente de investimentos estrangeiros, sendo limitada pelo crescimento da demanda de equipamentos importados. Devido à especialização das empresas multinacionais, também não há o desenvolvimento de novas tecnologias, tendo em vista que estas suprem suas necessidades através de soluções criadas nos países em que possuem matrizes (LAPLANE e SARTI, 1997).

A análise do patamar de IED realizado no Brasil pode ser dividida entre o período anterior e posterior à crise internacional de 2008. Entre 2005 e 2008 a média do fluxo trimestral de investimento foi de 7 bilhões de dólares, enquanto o período após a crise foi superior ao de 15 bilhões. Neste segundo período também ocorreu o aumento proporcional de aquisições de empresas já maduras frente a investimento *greenfield*, que estão mais relacionados a expansão de empresas e criação de novos projetos. Os principais setores receptores de IED *greenfield* entre o período de 2003 e 2014 foram o de mineração e siderurgia, comunicações, automobilístico, serviços financeiros e carvão, petróleo e gás natural. Estes cinco principais setores agruparam 65,6% dos investimentos totais. No período, observa-se uma concentração de IED em projetos voltados para o consumo interno e exploração de *commodities*, que sofreram queda em seu preço internacional após a crise de 2008. Em ambos os casos de investimentos, a posição brasileira revela características sobre a inserção do país nas cadeias globais de valor. Ao limitar o país à produção de bens e serviços finais, ou insumos básicos, o Brasil fica à margem das cadeias globais de valor, sem aproveitar as oportunidades econômicas de produção e comércio de bens intermediários (SILVA FILHO, 2015).

O processo de abertura comercial do Brasil e internacionalização produtiva foi caracterizado por assimetrias no plano da desnacionalização da economia e também pelo crescimento das importações e desequilíbrio externo. A realização de investimento no país se deu pela transferência de propriedade de empresas nacionais para investidores estrangeiros, sem que houvesse uma contrapartida pela expansão das empresas brasileiras para o exterior. Desta forma, observa-se uma desnacionalização em atividades que eram dominadas por empresas de

capital nacional, sejam privadas ou públicas. Com a entrada de empresas estrangeiras voltadas para o mercado nacional, as importações também cresceram a partir da substituição de fornecedores nacionais por estrangeiros. Apesar dos ganhos de eficiência relacionados às importações, não foi observado o crescimento proporcional na exportações (SARTI e LAPLANE, 2002; DIERSMANN, 2015).

A experiência de inserção do Brasil na economia internacional foi diferente da verificada em outros países, como Coreia do Sul e México, tendo em vista as assimetrias e objetivos das empresas multinacionais que se instalaram. Desde os anos 1980 na Coreia do Sul, boa parte da produção das empresas nacionais era voltada para exportação, contando também com a realização de investimentos no exterior. Enquanto isso, o México foi inserido nas cadeias produtivas internacionais desde 1990 pela atração de multinacionais que instauraram produções voltadas para a exportação, tendo como principal destino o vizinho Estados Unidos. O Brasil, ao contrário do México e da Coreia do Sul, não passou por um processo de internacionalização da sua produção, mas sim, vivenciou a internacionalização de seu mercado interno. Isto não ocorreu apenas pela entrada de multinacionais, mas também pelo crescimento das importações frente a produtores nacionais. Mesmo a China que possui um dos maiores mercados internos do mundo não vivenciou um processo similar ao brasileiro, pois no país o IED foi recebido por parcerias com empresas chinesas e também voltou-se para a exportação como no caso sul-coreano (SARTI e LAPLANE, 2002).

Apesar dos ganhos de eficiência observados nos setores que receberam IED, principalmente no de telecomunicações, não ocorreram mudanças macroeconômicas positivas, como mostra o baixo crescimento do país no período e o aprofundamento da vulnerabilidade externa. O perfil de país exportador de produtos primários e intensivos em recursos naturais para países desenvolvidos foi mantido, enquanto os países da América do Sul importavam produtos especializados e mais intensos em P&D. Entretanto, justamente em um momento que produtos intensivos em tecnologia cresceram em participação no comércio internacional, o país viu suas exportações estagnarem, enquanto outros países em desenvolvimento como China, México e Coreia do Sul ampliaram suas presenças internacionais (SARTI e LAPLANE, 2002).

Quando analisado o cenário internacional de investimento em economias em desenvolvimento entre 1990 e 2005, observam-se três períodos principais. Inicialmente o crescimento da participação dos países em desenvolvimento nos fluxos mundiais de IED, entre 1990 e 1995, passando de 17% para 34%, seguido pelo decréscimo entre 1995 e 2000, atingindo 16% no último ano. O terceiro período representa a reascensão das economias em

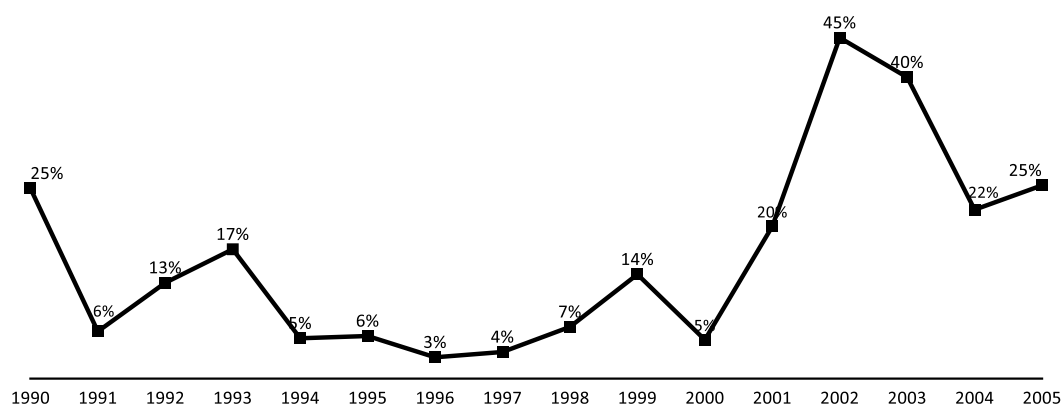
desenvolvimento entre 2000 e 2005, que resultou na participação de 32% destas economias no IED mundial. No conjunto dos países em desenvolvimento, o continente asiático tem sido o responsável principal no crescimento da participação do grupo, sendo o rápido crescimento da China no período e o início da realização de investimentos em economias em desenvolvimento da Ásia importante para este crescimento (IEDI 2006; WANG e ZHAO, 2017; SOOFI, 2015).

4.2 RECEBIMENTO DE INVESTIMENTO ESTRANGEIRO DIRETO ATÉ A CRISE DE 2008

As transações correntes brasileiras em 2005 já mostravam melhora significativa em relação à segunda metade dos anos 1990, atingindo superávit de 14,2 bilhões de dólares frente aos déficits de 1997 e 1998, que ultrapassaram os 30 bilhões. Apesar desta melhora, o Investimento Estrangeiro Direto atingiu seu ápice em 2000, com aproximadamente 33 bilhões de dólares, caindo rapidamente para 10 bilhões em 2003, tendo uma retomada para 2004 com o valor de 18 bilhões. Este situação de aumento da capacidade de financiamento externo, mesmo com queda de IDE, mostra o esgotamento dos fluxos estabelecidos a partir das privatizações e desnacionalizações de empresas privadas brasileiras. Entretanto, este movimento de queda do IED não ocorreu apenas no Brasil, mas foi um movimento internacional, tendo em vista que o total de investimento estrangeiro no mundo caiu quase 60% entre 2000 e 2003 (IEDI, 2006; BCB, 2019)

A partir de 2001, as conversões de dívida em participação societária cresceram, passando a representar pelo menos 20% do volume de entrada de IED na modalidade de participação no capital, uma grande diferença ao período dos anos 1990, quando os valores médios não ultrapassaram os 10%, como se pode observar na Figura 3. O ano de 2004 representou uma queda na taxa de participação, dada a fusão entre a cervejaria belga Interbrew e a brasileira Ambev, que gerou 4,98 bilhões de dólares em IED no Brasil. As conversões apontam a incapacidade de empresas brasileiras de pagarem ou rolarem suas dívidas e não representam novos investimentos decorrentes de motivação estratégia para compra ou expansão da produção no país (IEDI, 2006).

Figura 3 – Participação de conversões de dívida no ingresso de Participação no Capital no período de 1990 a 2005



Extraído de: IEDI (2006, p. 9)

O Investimento Estrangeiro Direto no período de 2002 a 2013 também ficou marcado pelo predomínio em atividades voltadas para exploração de recursos naturais, embora alguns setores industriais também destacaram crescimento. O principal setor industrial a receber investimento estrangeiro foi o de siderurgia e metalurgia, recebendo aproximadamente 67,8 bilhões de dólares no período, equivalente a um quinto dos valores totais recebidos pelo país. Quando analisada a dispersão do investimento nos estados brasileiros, observa-se predomínio da região sudeste, que recebeu aproximadamente 40% do total investido. Entretanto, apesar da concentração dos valores investidos na região, esta possui um grau baixo de concentração empresarial de IED, enquanto a região Norte e Nordeste mostrou um valor mais alto por projeto de investimento. A maior diversificação da região Sudeste, com maior número de empresas, atrai uma gama maior de investidores em comparação com investimentos em matérias primas em localizações com menor dinamismo econômico (RIBEIRO e SILVA FILHO, 2013).

Devido a exaustão e desaceleração do processo de privatizações e investimentos no sistema financeiro do país, o setor da indústria de transformação cresceu em participação do volume recebido de IED, mesmo com queda em 2005 e em 2006. Os investimentos gerados pelas privatizações nos anos 1990, principalmente de serviços industriais de utilidade pública, geravam mudanças de patrimônio entre nacionais e estrangeiros, conduzindo ao aumento do passivo externo do país, sem necessariamente contar com ampliação da produção. Além deste fator, por participarem de setores de serviços não comercializáveis, os investimentos não promoveram exportações. O crescimento da participação da indústria de transformação no IED durante o período de 2000 a 2006 aponta uma possível mudança no perfil do investimento, que

também foi direcionado para a produção agropecuária e extração mineral, mais capaz de gerar expansão das exportações. Entretanto, apesar do crescimento da participação, passando de 16% na média de 1996 a 2000 para 38% na média entre 2001 e 2005, o crescimento médio ponderado do IED na indústria de transformação passou de 31% para 5% respectivamente no primeiro e segundo período. Isto ocorreu porque o IED total recebido pelo país cresceu muito mais rapidamente entre 1996 e 2000 (36%) do que entre 2001 e 2005 (-8%) (IEDI, 2006; SARTI e LAPLANE, 2002).

Além da ampliação relativa do IED na indústria de transformação como um todo, observa-se que os setores industriais de alimentos e bebidas, veículos automotivos e químico também registraram crescimento significativo. Outros setores como o de eletrônicos, metalurgia básica, máquinas e equipamentos e fabricação de equipamentos de transporte também cresceram significativamente, o que pode apontar mudanças na estratégia de atração de IED em comparação com o período dos anos 1990 (IEDI, 2006). Entretanto, como os ganhos de participação da indústria de transformação ocorreram não pelos maiores investimentos no setor, mas pela queda de outros investimentos, ocorreu uma perda de participação do Brasil no recebimento de IED mundial. Se entre 1990 e 1999 o país ganhou participação, passando de 0,5% para o máximo de 4,5% em 1998, o período de 2000 a 2005 marcou uma queda da posição brasileira para 1,7% no final do período. Esta queda ocorreu em um momento de ascensão dos países em desenvolvimento na Ásia, liderados pelo crescimento acelerado da China. Este processo ocorreu tanto pelo maior recebimento de investimento na China, como pela realização de investimentos chineses em países em desenvolvimento da Ásia. Em comparação com as posições e participações da América Latina, a região se comportou de forma similar ao Brasil no período de 1990 a 2000. A região ganhou participação no IED mundial e o Brasil cresceu na participação do investimento da América Latina; entretanto, após 2000 o Brasil perdeu relevância na região enquanto a América Latina continuou a crescer em sua participação no IED mundial (IEDI, 2006).

A ocupação de pessoal nas empresas estrangeiras evoluiu com os anos sendo 1.351 mil, 1.710 mil e 2.092 mil respectivamente em 1995, 2000 e 2005. Na média dos anos, as empresas representaram aproximadamente 2% de todos trabalhadores do país, possuindo pouca variação no período. Entretanto, a participação das empresas estrangeiras na produção cresceu de 8,6% em 1995 para 14,7% em 2005. Esta mudança pode ser explicada pela maior participação do IED no setor de serviços de utilidade pública, que é menos intenso no trabalho e possui uma relação de capital e trabalho mais elevada (GONÇALVEZ, 2011). A participação das empresas

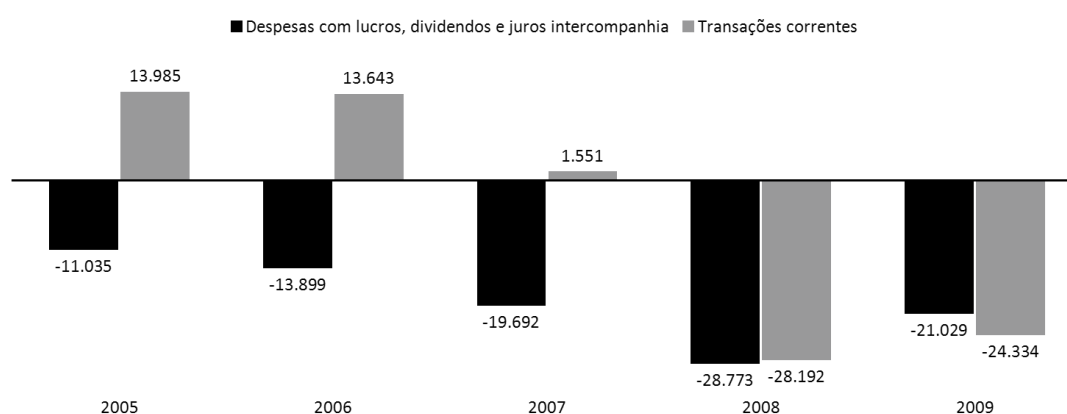
estrangeiras nas exportações do país no período foi de 46,2% em 1995, 56,4% em 2000 e 51,4% em 2005, o que se deve ao crescimento dos produtos manufaturados nas exportações brasileiras e à maior presença do IED na indústria de transformação entre 1995 e 2000. Como entre 2000 e 2005 as exportações de produtos manufaturados diminuíram em proporção ao total, vemos queda na participação das multinacionais no volume exportado. Já a participação de empresas estrangeiras nas importações cresceu mais aceleradamente do que a participação nas exportações. A participação nas importações foi de 36,5% em 1995, 48,7% em 2000 e 57,5% em 2005, o que se deve ao maior coeficiente de penetração das importações na indústria do país. Como visto em Laplane e Sarti (2002), as multinacionais tendem a impactar negativamente a Balança Comercial devido à sua tendência de se voltar ao mercado interno, enquanto possuem grau de importação mais elevado. Ao comparar com os dados reunidos por Gonçalves (2011), nota-se que esta tendência se comprova, pois as empresas estrangeiras evoluíram mais rapidamente em suas importações do que em suas exportações. Gonçalves (2011) também levanta a possibilidade dos setores em que as empresas transnacionais possuem maior participação serem mais afetados pelo aumento das importações na indústria de transformação de um modo geral.

O crescimento do passivo externo decorrente do IED está relacionado às remessas de lucros enviados para as matrizes no exterior e ao pagamento de juros decorrentes de empréstimos intercompanhias. Ambas variáveis mostraram crescimento entre os anos 2000 e 2009, contando com queda entre 2008 e 2009 decorrente da crise financeira internacional. Em 2000, o valor das remessas era inferior a 5 bilhões de dólares, evoluindo para 11 bilhões em 2005 e para 28 bilhões em 2008. O crescimento destas remessas está associado ao crescimento do estoque de investimentos estrangeiros na economia brasileira. O estoque de IED evoluiu de 48 bilhões de dólares em 1995, 122 bilhões em 2000 e 181 bilhões em 2005 para 682 bilhões em 2010, enquanto a participação no PIB foi respectivamente 6,1%, 17,1%, 17,7% e 25,2% (GONÇALVEZ, 2001; BCB, 2019; DIERSMANN, 2015).

As empresas transnacionais proporcionam fluxos de capital no curto prazo através do IED, auxiliando no estabelecimento de reservas para o país, entretanto, no longo prazo possuem um movimento contrário através do crescimento de importações e da necessidade de envio de remessas de lucros para matrizes no exterior. O saldo total desta relação entre os anos 2005 e 2009 mostra os impactos negativos que o IED pode ter na Balança de Pagamentos. O déficit total gerado pelas empresas transnacionais, considerando os lucros, dividendos e juros enviados para o exterior, em 2008 foi de 30,1 bilhões, enquanto em 2009 foi de 18,1 bilhões. Estes déficits

são compensados pela entrada de novos investimentos, que são necessários para gerar fluxos positivos nas transações correntes. O resultado das remessas e dos novos fluxos de investimento foi positivo nos anos de 2005 e 2006, entretanto em 2007, 2008 e 2009, a contribuição final foi negativa. Neste sentido é importante notar que, em 2008, devido à crise financeira internacional e à redução do fluxo de investimentos, o resultado das empresas transnacionais nas transações correntes foi mais negativo que o saldo total brasileiro, -30,1 bilhões contra -28,2 bilhões respectivamente como mostra a Figura 4 (GONÇALVES, 2011; DIERSMANN, 2015). O comércio intrafirmas cresceu em importância entre 1995 e 2005, sendo que a participação deste comércio no montante total das exportações brasileiras passou de 41,7% em 1995 para 61,1% em 2005, enquanto nas importações passaram de 44,4% para 55,7% do valores totais. Este crescimento está relacionado à tendência de internacionalização da produção das empresas transnacionais (GONÇALVEZ, 2011).

Figura 4 – Despesas com lucros, dividendos e juros intercompanhia e saldo de transações correntes em milhões de dólares entre 2005 e 2009



Extraído de: Gonçalves (2011, p. 35)

A maior presença de empresas estrangeiras na indústria de transformação em comparação com outros setores está relacionada ao histórico brasileiro de industrialização pelo processo de substituição de importações. A mudança a partir da segunda metade dos anos 1990 representou maior participação das empresas estrangeiras nas exportações e importações brasileiras, que está associada ao comércio intrafirma e maior especialização da indústria no país. Este processo não é benéfico para o desenvolvimento do setor no longo prazo, tendo em vista que isola as empresas e dificulta o transbordamento do investimento para o

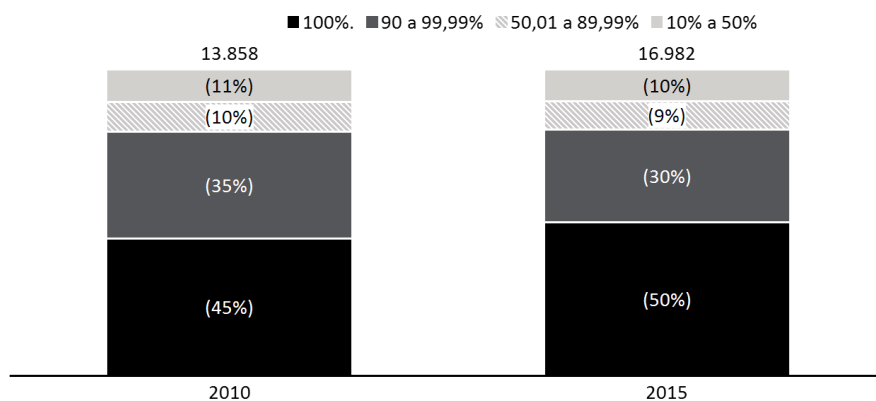
desenvolvimento de setores correlacionados. Além disso, também observa-se uma queda da intensidade tecnológica das exportações do país. Este último aspecto não está diretamente relacionado às empresas transnacionais, mas foi gerado pelo aumento dos preços das commodities, causado pelo crescimento econômico mundial entre 2002 e 2007. Com a crise de 2008, resultando na desaceleração da economia internacional e na diminuição do preço das commodities, a balança de pagamentos brasileira sofreu impactos negativos, tendo em vista o menor potencial de receitas de vendas externas com o fim de um ciclo econômico (GONÇALVEZ, 2011).

4.3 INVESTIMENTO NO BRASIL APÓS A CRISE FINANCEIRA DE 2008

O Brasil conseguiu se recuperar da queda nos fluxos de Investimento Estrangeiro Direto, decorrente da crise mundial de 2008, pois em 2011 o valor marcou um recorde histórico (desde o início das medições) em 65,3 bilhões de dólares. A recuperação das economias desenvolvidas como dos Estados Unidos e da Europa foi importante, pois esses países foram responsáveis por parte significativa da entrada de investimentos no Brasil. Além disso, a Petrobras ajudou no crescimento do IED, devido a captações no mercado internacional de investimentos após a descoberta de campos de petróleo e gás natural na área do Pré-Sal. Quando comparado o desempenho da atração de investimentos de países em desenvolvimento com os países desenvolvidos no período pós crise, observa-se que o IED decresceu na maioria das economias centrais e cresceu nas economias periféricas. Em países como Argentina, Chile e Brasil, o IED cresceu entre 2010 e 2011, enquanto em Alemanha, Itália, Espanha e Estados Unidos diminuiu (DIERSMANN, 2015).

No período posterior à crise, entre 2010 e 2015, a quantidade de empresas receptoras de IED no país aumentou em 23%, saindo de 13.858 para 16.982. Além disso, a quantidade de empresas estrangeiras que possui capital exclusivamente estrangeiro cresceu, passando de 6.195 (45% do total) para 8.500 empresas (50% do total aproximadamente). A quantidade de empresas estrangeiras que possui capital estrangeiro na proporção de 90 a 99,99% foi de 4.850 em 2010 (35% do total) e passou para 5.136 em 2015 (30%). Estes dados mostram que tanto em 2010 como em 2015 cerca de 80% das empresas locais receptoras de IED possuem ao menos 90% de seu controle acionário por investidores diretos não residentes. Quando somamos esta porcentagem à da quantidade de empresas que possuem entre 50% e 90% de participação por investidores não residentes, chegamos ao dado que 90% das empresas possuem controle majoritário (maior do que 50%) estrangeiro, como aponta a Figura 5 (BCB, 2016).

Figura 5 – Poder de voto de investidores não residentes em Empresas receptoras de IED – 2010 e 2015



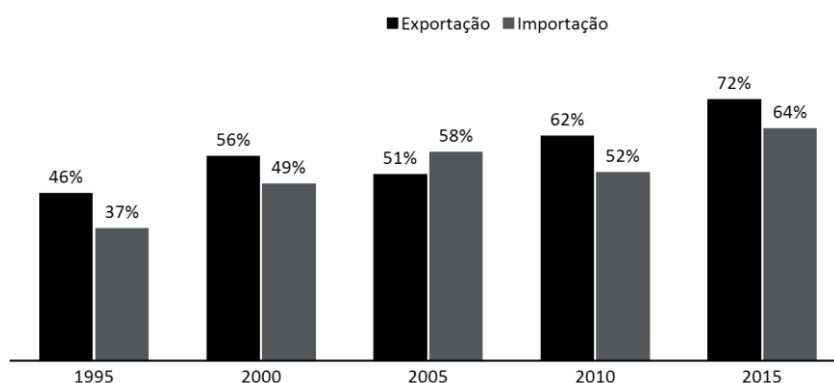
Extraído de: BCB (2017, p. 22)

As faixas de valor do Investimento Estrangeiro Direto mostram que uma pequena porcentagem das empresas recebe a maior parte do investimento; em 2010, as 5 empresas que receberam mais de 10 bilhões de dólares em investimento representaram 24% do valor total, enquanto em 2015 o número de empresas desta faixa caiu para duas, que receberam 14% do total. Quando analisadas todas as empresas que receberam mais de 100 milhões de dólares, percebe-se que esta parcela compõe apenas 4% do número total de empresas em 2010, mas que representaram 87% do investimento total. Enquanto isso, em 2015 o número de empresas deste segmento representou 3,7% na quantidade total, que receberam 80% do valor total. Do outro lado do espectro, vemos que mais de 50% das empresas receberam valores menores do que 1 milhão de dólares em 2010 e 2015. Ao analisar a inserção do investimento por setor na economia brasileira, percebe-se que as principais mudanças ocorreram na diminuição das atividades imobiliárias e no crescimento do investimento em serviços financeiros, comércio (exceto veículos) e construção de edifícios. A construção de edifícios passou de 2,3% para 4,4% enquanto os serviços financeiros cresceram de 6,5% para 10,2% do valor total no período (BCB, 2016).

Ao analisar as mudanças no setor externo, observa-se que as empresas estrangeiras perderam participação entre 2010 e 2015 tanto em importações como exportações. Em 2010, as empresas estrangeiras no país exportaram 77 bilhões de dólares e importaram 87 bilhões, representando déficit de 10 bilhões. Já em 2015 o déficit diminuiu, pois apesar da queda das exportações para 54 bilhões, as importações também caíram, chegando a 62 bilhões, o que

resultou em um déficit de 8 bilhões de dólares. No período analisado também observa-se queda inferior na participação das exportações em comparação com as importações. Em 2010, as empresas estrangeiras representavam 48% das importações, parcela que foi reduzida para 36% em 2015, enquanto as exportações caíram de 38% para 28% (BCB, 2016). Essa mudança é inversa ao que foi observado entre 1995 e 2005, em que as importações aceleraram mais rapidamente do que as exportações nas empresas com IED, como podemos ver na Figura 6. Ao comparar as variações das importações e exportações de empresas estrangeiras no país com as flutuações cambiais brasileiras mensais, vemos que o aumento das importações ocorreu em um período de desvalorização cambial de 1995 a 2005, principalmente entre 1995 e 2000. O único período em que as empresas perderam mais pontos percentuais de importação em comparação com exportação foi entre 2010 e 2015, quando ocorre um movimento acelerado de desvalorização da moeda (BCB, 2019).

Figura 6 – Participação de empresas de IED nas exportações e importações totais brasileiras entre 1995 e 2015



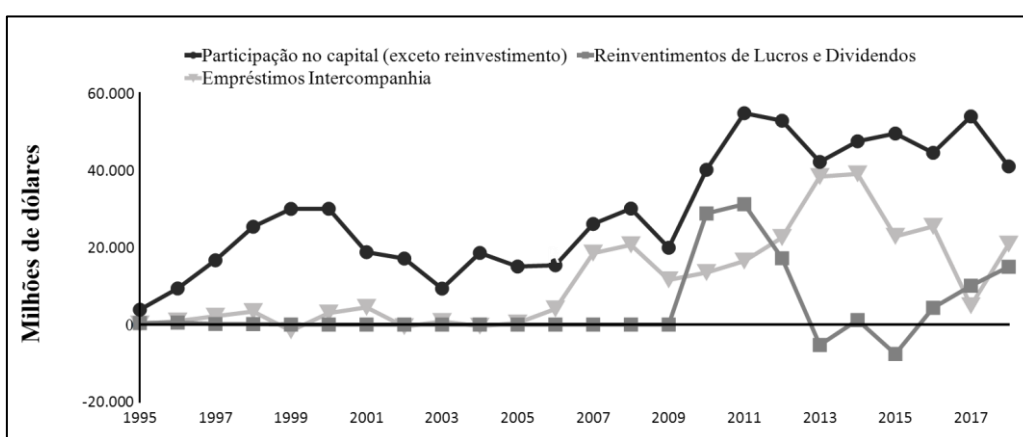
Fonte: BCB (2019) e Golçalvez (2011)

Mesmo durante as crises enfrentadas pelo Brasil o país continuou a atrair Investimento Estrangeiro Direto, que apresentou crescimento de sua participação no PIB. Entretanto, apesar da sustentação do IED no período de crise, a participação dos empréstimos intercompanhia representou 65% do crescimento da dívida externa entre 2011 e 2016, sendo que esta evoluiu de 19% do PIB para 38% no período, o que levanta dúvidas sobre as vantagens do recebimento de IED (LUQUE *et alii*, 2018). Os autores Luque *et alii* (2018) questionam sobre os benefícios do IED, colocando três ilusões que os defensores dos benefícios do investimento não enxergam. Na visão dos autores, o IED definido por eles como convencional, representado pelas aquisições na participação de capital, é mascarado pela inserção de empréstimos intercompanhia. Coloca-

se que esta categoria de investimento representa a arbitragem das taxas de juros internacionais e não necessariamente um comprometimento produtivo. O aumento de passivo internacional é uma característica negativa do crescimento do IED, como visto em Gonçalves (2011) e Diersmann (2015), que contribui para a neutralização dos fluxos positivos na Balança de Pagamentos, que ocorrem com a entrada de novos investimentos. Quando consideradas as afirmações de Luque *et alii* (2018) a respeito da participação de dívida intercompanhia nos fluxos de IED para análise dos dados do BCB (2019), vemos que a mesma possui grande variação no período de 2010 a 2018. Em 2016 os empréstimos representaram apenas 7% do valor líquido investido no país, enquanto em 2013 representaram mais de 51%. Apesar da volatilidade dos valores dos empréstimos intercompanhia no decorrer dos anos ser elevada, as preocupações presentes em Luque *et alii* (2018) ao mostrar pontos negativos do IED também estão inseridas em outros autores, como Laplane e Sarti (2002), Gonçalves (2011), Diersmann (2015) e IEDI (2006).

Ao analisar a composição do Investimento Estrangeiro Direto no Brasil, presente na Figura 7, percebe-se que a maior parte do IED brasileiro é composto pela participação no capital, sem considerar lucros reinvestidos, seguido pelos empréstimos intercompanhia e em seguida pelo reinvestimento de lucros e dividendos. Em 2018 foram investidos 40,9 bilhões de dólares em participação no capital, 14,9 bilhões de dólares em reinvestimento de lucros e 20 bilhões em operações intercompanhia (BCB, 2019).

Figura 7 – Composição dos Fluxos de Investimento Direto Estrangeiro Brasil

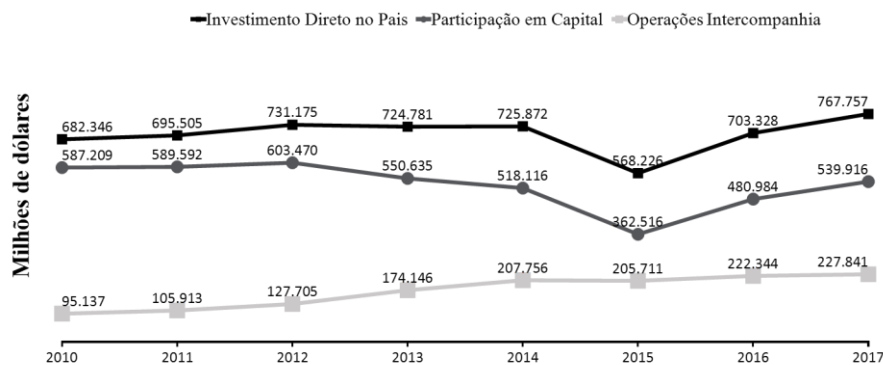


Fonte: BCB (2019)

Enquanto isso, o montante do estoque de Investimento Estrangeiro Direto no Brasil atingiu 767 bilhões de dólares em 2017, como mostra a Figura 8. O estoque de operações

intercompanhia, fator relevante para a Balança de Pagamentos, pois sua contrapartida são pagamentos e amortizações da dívida que a influenciam negativamente, mantém crescimento contínuo no período analisado. Em 2010 as operações intercompanhia representaram 15% do total do estoque de IED, enquanto em 2017 o valor cresceu para 30%.

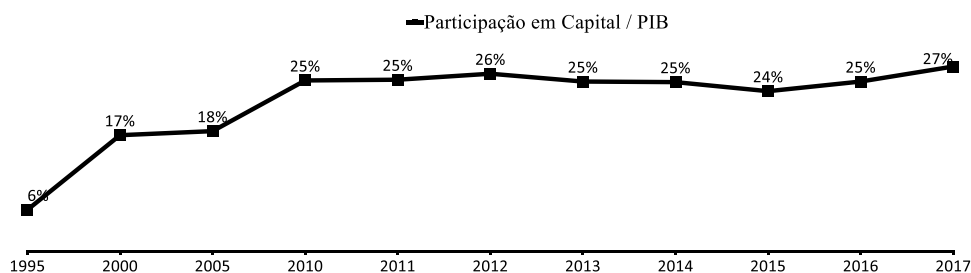
Figura 8 – Estoque de Investimento Estrangeiro Direto no Brasil 2010 a 2017



Fonte: BCB (2019).

Na Figura 9 podemos observar que a participação do IED no PIB tem se mantido elevada, tendo crescido principalmente entre 1995-2000 e 2005-2010. Ocorreu também um leve crescimento entre 2015 e 2017, que é um dos pontos levantados por Luque *et alii* (2018) ao realizar suas críticas a certas interpretações do IED. Este crescimento mostra a maior importância do valor do Investimento Estrangeiro Direto do país em relação a produção nacional. Com essa informação, pode-se perceber que o Brasil é muito aberto ao investimento estrangeiro, que detém parte significativa da produção nacional.

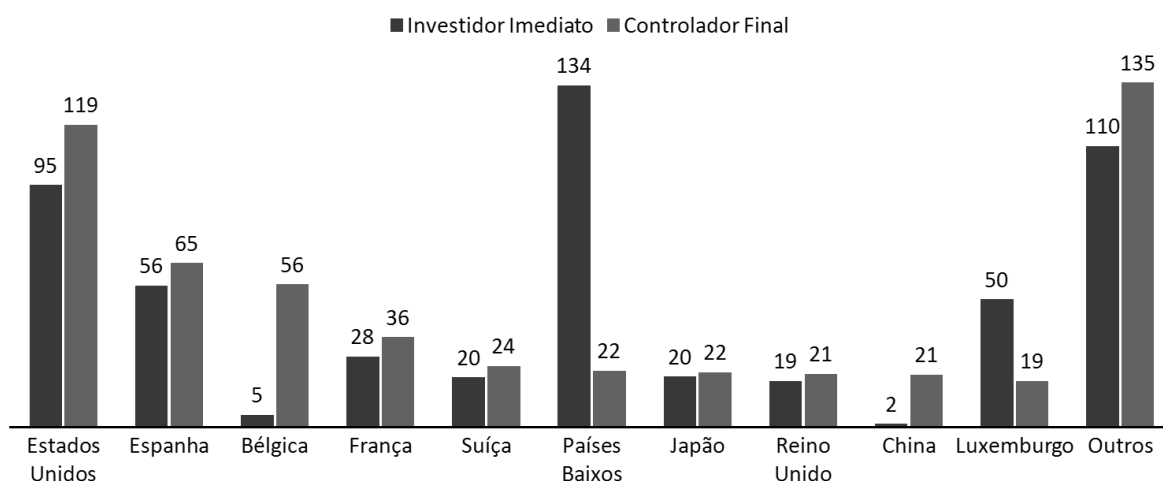
Figura 9 – Relação entre estoque de IED, Participação em Capital e Produto Interno Bruto 1995 a 2017



Fonte: BCB (2019)

A Figura 10 mostra como existe uma grande diferença entre o investidor imediato e o controlador final, que ocorre devido as transações serem realizadas principalmente por paraísos fiscais, países com carga tributária baixa e detentores de empresas intermediárias que atuam como canal de investimentos. Os Países Baixos e Luxemburgo mostram grandes diferenças entre os valores como investidor imediato e controlador final. Os países sede, como China, Estados Unidos, Reino Unido e França acabam ganhando relevância ao se considerar o controlador final. Neste sentido é importante ao analisar os dados do Investimento Estrangeiro Direto sempre considerar os dados divulgados de controladores finais, pois do contrário ocorrerão distorções nas interpretações (BCB, 2018).

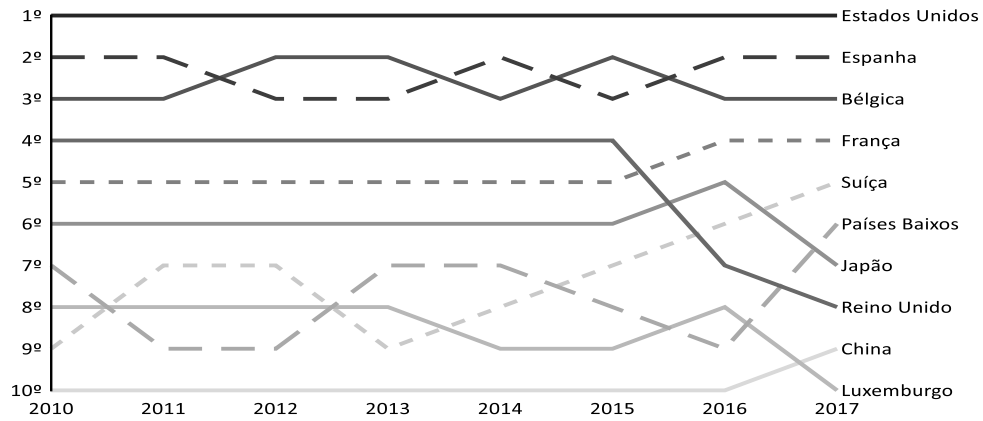
Figura 10 – Estoque de IED por país, como investidor imediato e como controlador final, em bilhões de dólares para o ano de 2017



Fonte: BCB (2019)

Quando analisado o *ranking* dos dez maiores países com estoque de IED, presente na Figura 11, percebe-se poucas mudanças entre os países, inclusive todos os dez maiores são constantes no período de 2010 a 2018. As maiores mudanças observadas neste período são a perda de posições do Reino Unido e o constante ganho de participação da Suíça. Como os dados são referentes ao estoque de IED, a China aparece apenas como o 9º país mais relevante, muito provavelmente por seus investimentos serem mais recentes do que países que possuem conexões mais antigas com o Brasil, como os Estados Unidos e Espanha.

Figura 11 – *Ranking* de países com maior estoque de IED no país 2010 a 2017



Fonte: BCB (2019).

5 INVESTIMENTO ESTRANGEIRO CHINÊS RECENTE NO BRASIL

O crescimento da China nos anos 2000 também acarretou na mudança do perfil de comércio exterior do Brasil. O gigante asiático assumiu o posto de maior parceiro comercial brasileiro em 2009, sendo que no mesmo ano a Ásia passou a União Europeia como principal destino das exportações do Brasil. Entre 2002 e 2013 a China passou de uma participação de 4,2% nas exportações do Brasil para 19% enquanto os Estados Unidos retraiu no mesmo período de 25,8% para 10,3%. As importações de produtos chineses pelo Brasil também cresceram em proporções similares, apesar de manter uma balança comercial favorável do lado brasileiro. Nesse sentido o Brasil surge como um grande fornecedor de matérias primas para a China, enquanto importa insumos baratos para consumo e produção industrial. Entretanto, a relação entre os países vai além da síntese de fornecimento de *commodities* e consumo de bens manufaturados, pois a importação de produtos chineses também está relacionada ao crescimento da indústria brasileira e ao aumento do consumo interno. Nesse sentido, a China aumentou sua participação no IED recebido pelo Brasil, principalmente em setores estratégicos para a sua inserção nas cadeiras globais de valor (OLIVEIRA, H. 2016).

5.1 EVOLUÇÃO DO IED E TRANSAÇÕES RECENTES

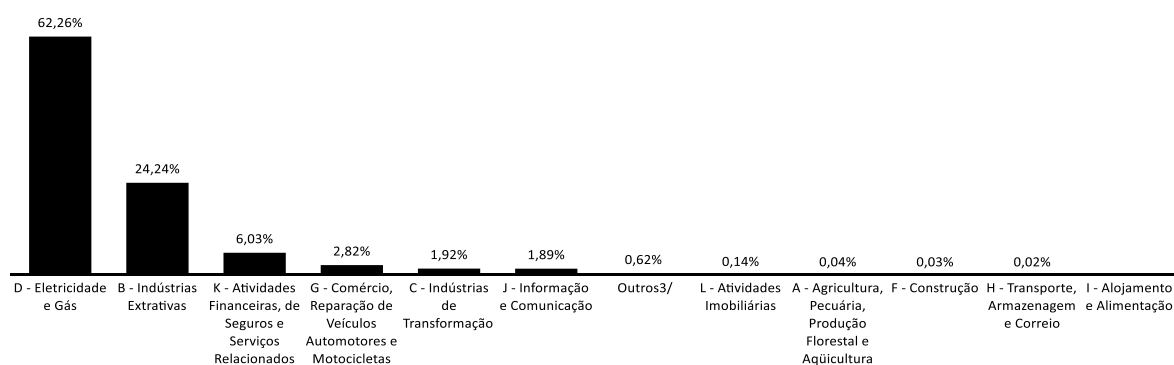
A Tabela 2 mostra a evolução do estoque de Investimento Estrangeiro Direto realizado pela China como país controlador final no Brasil entre 2010 e 2017. Os setores analisados são referentes a documentação disponibilizada pelo Banco Central do Brasil e foram divulgados seguindo as orientações da BPM6. Apesar da orientação da OCDE (2014) sobre a utilização do método BPM5 ao analisar os investimentos bilaterais entre países, observamos que o Banco Central do Brasil (2019) não realiza esta divulgação. O estoque de IED da China iniciou o período analisado em 7.874 milhões de dólares e chegou a 20.965 milhões em 2017, representando uma taxa média de crescimento de 15,02%, a maior dentre os 10 principais países investidores no Brasil (BCB, 2019).

Tabela 2 – Estoque de IDP chinês no Brasil por setor em milhões de dólares de 2010 a 2017

Setor	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
D - Eletricidade e Gás	0	697	829	1.028	485	2.699	4.202	13.053
B - Indústrias Extrativas	7.147	8.154	8.424	9.626	9.237	4.662	4.844	5.081
K - Atividades Financeiras, de Seguros e Serviços Relacionados	372	121	112	233	1.352	565	982	1.265
G - Comércio, Reparação de Veículos Automotores e Motocicletas	75	119	264	97	470	301	484	592
C - Indústrias de Transformação	209	154	136	510	607	181	402	402
J - Informação e Comunicação	47	0	0	0	35	70	300	397
Outros	14	16	18	18	24	12	639	131
L - Atividades Imobiliárias	0	0	0	0	0	104	128	28
A - Agricultura, Pecuária, Produção Florestal e Aquicultura	6	6	6	6	5	6	8	8
F - Construção	1	2	2	2	2	2	3	6
H - Transporte, Armazenagem e Correio	1	1	1	1	1	3	3	3
I - Alojamento e Alimentação	0	0	0	0	0	0	0	0
Total	7.874	9.269	9.791	11.521	12.219	8.606	11.994	20.965

Fonte: BCB (2019)

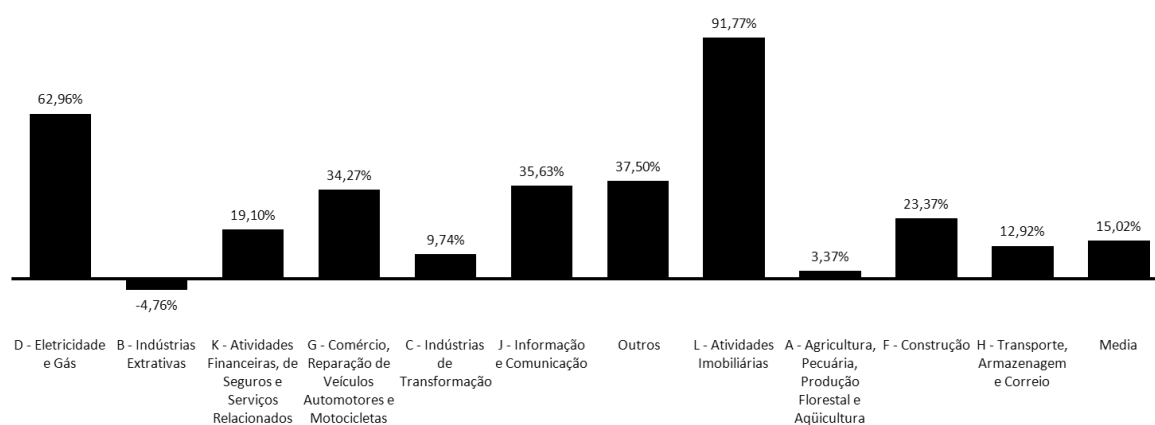
O setor de eletricidade e gás é o setor com mais participação e também o que mais cresceu no período, tanto em termos de volume absoluto em dólares como em taxa de crescimento médio. O segundo setor mais relevante do estoque foi o de Indústrias Extrativas, mas que observou retração no estoque de investimento. Os outros dois setores mais relevantes, de Atividades Financeiras e Comércio e Reparação de Veículos Automotores, representaram crescimento acima da média. Juntos os quatro principais setores de atuação da China somam 95% do estoque de investimento total no país, como mostra a Figura 15. Esta composição a princípio reflete a preocupação da China em garantir o fornecimento de matérias primas e aproveitar oportunidades no setor energético.

Figura 15 – Participação dos setores no estoque de IED chinês no Brasil em 2017

Fonte: BCB (2019)

A Figura 16 mostra a taxa média de crescimento ponderado do estoque de Investimento Estrangeiro Direto chinês no Brasil por setor. Observa-se que o setor D, composto de Eletrecidade e Gás não apenas é o mais importante segundo os dados de 2017, como apontado na Figura 16, como também foi um dos que mais cresceu, ficando atrás apenas de atividades imobiliárias, que representou 0,14% do estoque total em 2017. Enquanto isso o setor de indústrias extrativas obteve uma taxa média de crescimento negativo no estoque de investimento, o que aponta desvalorização dos investimentos realizados no período.

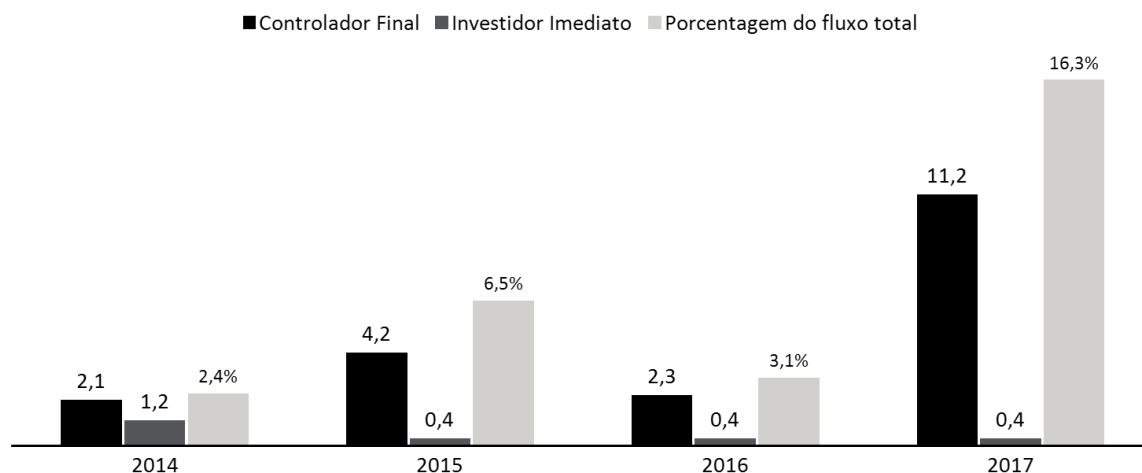
Figura 16 – Taxa média de crescimento ponderado do estoque de IED da China no Brasil entre 2014 e 2017



Fonte: BCB (2019)

Os fluxos de Investimento Estrangeiro Direto por controlador final não são divulgados pelo Banco Central em segmentação por país, entretanto, o Relatório de Investimento Direto de 2017 divulgou especificamente aproximações do investimento realizado pela China no Brasil, mostrados na Figura 17. Os fluxos não são equivalente as variações no estoque, pois o estoque é medido em seu valor de mercado e sofre correções por variações cambiais. Os fluxos entre 2014 e 2017 somaram 20,7 bilhões de dólares, sendo que o ano de 2017 sozinho representou 11,2 bilhões. Este grande fluxo de investimento na economia brasileira em 2017 por parte da China também é observado no crescimento de 75% no estoque de IED entre 2016 e 2017 (BCB, 2017). Além disso, observa-se grande crescimento da participação da China, quando considerando o investidor imediato, no fluxos de recebimento de IED no país segundo o método BPM6.

Figura 17 – Fluxo de IED por controlador final e investidor imediato da China no Brasil e participação nos fluxos totais entre 2014 e 2017



Fonte: BCB (2019)

O grande aumento do investimento em 2017 pode ser explicado por grandes transações que ocorreram entre o Brasil e a China neste ano, especialmente no setor de energia, nas aquisições da CPFL, segundo maior grupo não estatal de geração de energia elétrica e distribuição no Brasil, e da Usina Hidroelétrica São Simão. Além disso, a lista de transações reforça o foco em energia nos investimentos chineses no Brasil. O setor de energia, segundo CEPAL (2017) recebeu uma das maiores parcelas do investimento chinês na América Latina e também está passando por mudanças estruturais devido ao grande potencial de energias renováveis, principalmente hidroelétricas, da região.

Tabela 3 – Maiores aquisições chinesas no Brasil entre 2016 e 2018

Empresa Compradora	País Origem	Aquisição	País do Ativo	País Vendedor	Setor	Valor	Ano
China Gezhouba Group Co Ltd C	China	São Lourenço Watter Supply	Brasil	Brasil	Serviços Básicos	869	2018
China Molybdenum Co. Ltd	China	Anglo American-niobium and phosphates	Brasil	Unido	Mineiração	1500	2016
China Three Gorges Corporation	China	Duke Energy International Brazil	Brasil	Estados Unidos	Energia	1200	2016
Hainan Airlines Co. Ltd.	China	Azul S.A. (23.7%)	Brasil	Brasil	Transporte	450	2016
State Grid State Power Investment Corporation	China	CPFL	Brasil	Brasil	Energia	6700	2017
CITIC	China	São Simão Dow AgroSciences Sementes & Biotecnologia Brasil	Brasil	Brasil Estados Unidos	Energia Agricultura	5200 1100	2017 2017

Fonte: CEPAL (2016; 2017; 2018)

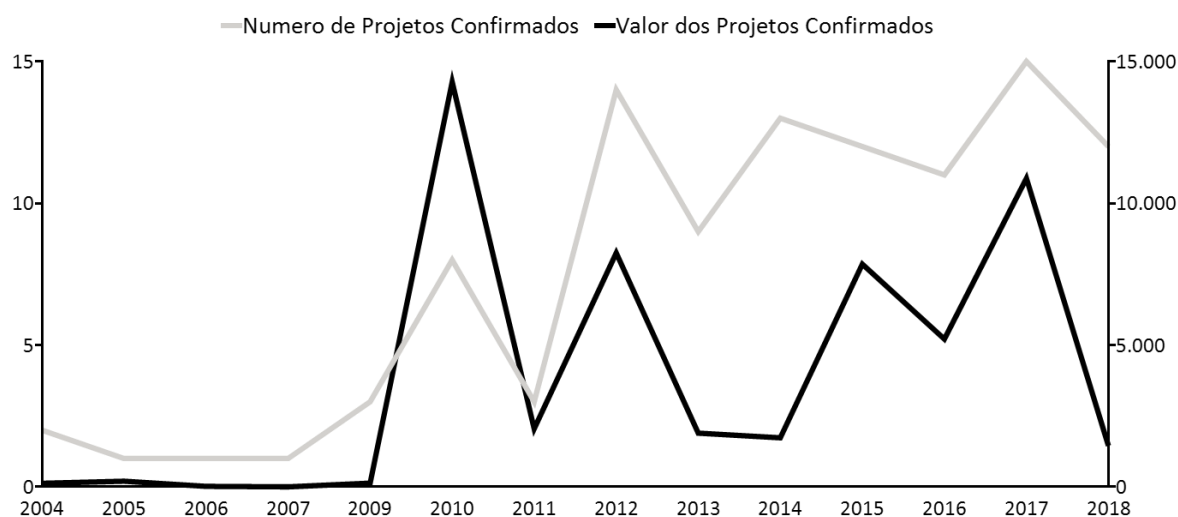
Os investimentos anunciados e confirmados, que estão relacionados não apenas aos Investimentos Estrangeiros Diretos que são reconhecidos oficialmente pela entrada de capital na Balança de Pagamentos, mas também a fluxos futuros, chegaram a 117 milhões de dólares entre 2003 e 2017 segundo a Secretaria de Assuntos Internacionais (SEAIN) (2017). Deste montante total, 67 milhões foram compostos por investimentos anunciados e 50 milhões por investimentos confirmados. A quantidade de projetos no setor automobilístico é um destaque, apesar de não possuir o maior valor destinado, pois são 18 confirmados e mais 39 projetos anunciados que envolvem empresas como Chery, JAC Motors, Lifan e Effa. Apesar deste setor não ser uma fonte de matérias primas, as empresas chinesas buscam o mercado interno brasileiro ao instalar fábricas no país. Neste sentido, a secretaria define investimentos confirmados e anunciados como:

“Investimentos confirmados (grupo Confirmados) — são aportes de investimentos direcionados a empreendimentos/projetos no Brasil, cuja informação seja passível de confirmação por mais de uma fonte de dados, incluindo páginas institucionais de empresas ou instituições diretamente envolvidas. O número e os valores destes investimentos são computados no grupo “Confirmados”. Investimentos anunciados (grupo Anunciados) — são anúncios formais de investimentos futuros, que passam a ser acompanhados pelo mercado e instituições interessadas. O número e o valor desses investimentos são computados no grupo “Anunciados”. Quando um investimento que havia sido computado no grupo “Anunciados” é confirmado, seu valor sai desse grupo e passa a compor o grupo “Confirmados”.” (SEAIN, 2017, p.4)

Dentre os setores confirmados, 85% do investimento, ou 42,9 bilhões de dólares, estão vinculados a geração e transmissão de energia elétrica, extração de minerais, de petróleo e de gás. Estes setores estão alinhados com os dados divulgados de estoque de IED pelo Banco Central do Brasil (2019) e mostram uma tendência futura de manutenção dos principais setores de atuação no país. Segundo a SEIAN (2017) a maior parte dos investimentos realizados por empresas chinesas no Brasil são oriundos de empresas com participação estatal. Dos 91 projetos confirmados, 51 possuem alguma participação privada, entretanto, esta representa apenas 15 bilhões de dólares contra 35 bilhões de empresas públicas chinesas. O papel das estatais no Brasil está alinhado com as visões de Kolstad e Wiig (2012), Wang e Zhao (2017) e Soofi (2015) a respeito do papel das estatais chinesas na realização do Investimento Estrangeiro Direto.

O número de projetos, Figura 18, cresce desde o início da mensuração das estatísticas pela SEAIN (2018), mostrando alinhamento com fluxos de IED da China no Brasil. Além disso, os valores mostram crescimento acelerado a partir de 2010, ano em que foi confirmado investimento de 14,3 bilhões de dólares. A crise econômica no período analisado parece não ter afetado negativamente os fluxos, inclusive pode apontar uma janela de oportunidade aproveitada pela China para realizar aquisições em investimentos *browfield*, que são definidos pela SEAIN (2018) como “investimentos em empreendimentos pré-existentes, ou em um projeto a ser desenvolvido ou atualizado que se baseará em um já existente”.

Figura 18 – Número de Projetos Confirmados e Valor dos Projetos Confirmados (milhões de dólares) entre 2004 e 2018

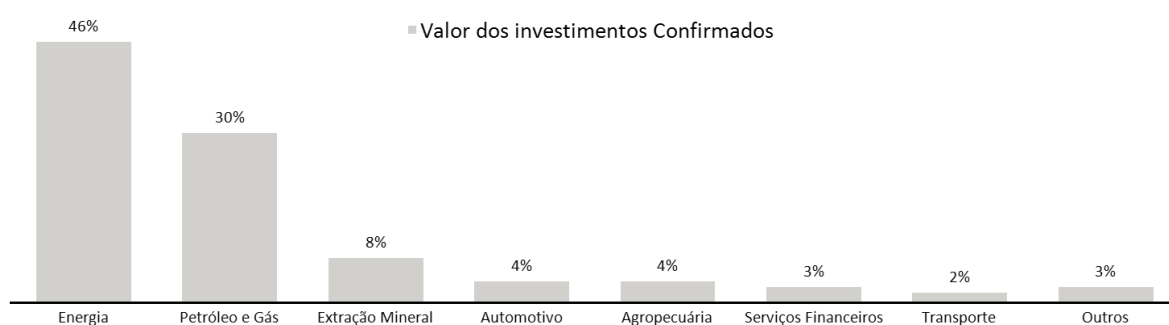


Fonte: SEAIN (2018)

Apesar do desenvolvimento de tecnologias renováveis, garantir fluxos de petróleo e do setor energético como um todo ainda é uma grande demanda tanto da China quanto do Brasil. Neste sentido os países tem desenvolvido cooperação no setor, desde a intensificação do processo de abertura de ambas economias nos anos 90. A China em seu processo de modernização mudou seu perfil de país exportador de petróleo para um dos maiores importadores; em 2000, a balança do país resultou num saldo de exportação de 61,6 milhões de toneladas de petróleo, enquanto em 2012 já importava um saldo de 282,6 milhões. O crescimento da demanda energética está relacionado ao rápido crescimento e desenvolvimento da indústria, que ainda representa a maior parcela no consumo de energia do país. Diferentemente da China, o Brasil possui uma matriz energética fundamentada na energia de

hidroelétricas e verticalizado através de empresas nacionais de energia. A Petrobrás, apesar de não possuir mais o monopólio do comércio, ainda é dona das refinarias e em 2016 controlava a maior parte das reservas exploradas. O setor de transmissão elétrica foi em grande parte privatizado, apesar do controle dos leilões e preços, bem como de algumas empresas ainda serem estatais (OLIVEIRA, A. 2016). A figura 19 mostra a grande participação do setor de Energia e Petróleo e Gás nos investimentos chineses confirmados no país, que está em linha com a Tabela 2 que aponta o estoque de IDP segundo setores no Brasil.

FIGURA – 19 Setores dos investimentos confirmados 2003 a 2018



Fonte: SEAIN (2018)

Quando comparado o consumo de energia da China e do Brasil, ainda existe espaço para crescimento tendo em vista os números inferiores aos dos países desenvolvidos. Neste sentido as reservas do pré-sal e a capacidade de gerar energia por hidroelétricas, removendo a necessidade de utilizar o petróleo nacionalmente, permite o país ser um fornecedor de energia para a China. Em 2009, o Banco de Desenvolvimento da China realizou um empréstimo de 10 bilhões de dólares para a Petrobrás para garantir uma parceria das exportações. Já em 2010 a State Grid Company investiu 1,7 bilhões de dólares em concessões de linhas de transmissão e a Sinochem adquiriu direito a 40% das reservas de petróleo em Peregrino. A CNPC (Coorporação Nacional de Petróleo da China) e a CNOOP (Coorporação Nacional de Petróleo off-Shore da China) participaram com 10% cada no consórcio na bacia de Libra (OLIVEIRA, A. 2016).

5.2 RELAÇÃO DE INVESTIMENTO ENTRE BRASIL E CHINA

Observa-se uma grande diferenciação entre a forma de lidar com o Investimento Estrangeiro Direto da China e do Brasil. Enquanto o Brasil possui uma política liberal para o recebimento dos investimos, a China controla a entrada dos recursos e busca maximizar os seus benefícios, o que também ocorre quando o país está investindo no exterior. Os dados reforçam

a visão do Brasil como uma fonte de matérias primas para a China, e que não possui suficientes capacidades para concorrer em manufaturas com o gigante asiático em seu mercado doméstico. Nesse sentido, existe uma característica dupla do impacto do crescimento chinês no Brasil: ao mesmo tempo que a maior demanda por *commodities* e energia proporcionou o acúmulo de reservas, que resultou no crescimento do consumo interno e desenvolvimento do país, a concorrência chinesa também desacelerou a produção industrial nacional em alguns setores. O tamanho e a escala do mercado chinês proporcionaram o deslocamento da produção, devido às vantagens de custos e de mão de obra. Além disso, o governo chinês fomenta grandes grupos estatais e privados com capital nacional, os quais estão se lançando para o mercado internacional pela construção de oligopólios mundiais fundamentados tanto na escala de produção como em conhecimento tecnológico (HIRATUKA e SARTI, 2016).

Segundo a visão de A. Oliveira (2016), o IED chinês no Brasil é parte da solução e do problema enfrentado pela indústria brasileira. Ao mesmo tempo que o país não consegue competir com a escala e práticas comerciais chinesas, a grande demanda por matérias primas e baixo custo de produtos manufaturados permitem o superávit da balança comercial e maior competitividade de produtos nacionais que importam peças da China. O autor também aponta o direcionamento do investimento do país para atividades produtivas através da análise de dados que vão até 2013. Entretanto, as informações do BCB (2019) e da SEAIN (2018) mostram que esta mudança não se concretizou, pois os setores energéticos foram os que mais cresceram entre 2013 e 2017, como também representaram a maior parte do investimento. A. Oliveira (2016) também apresenta a possibilidade de avanços em inovação e tecnologia a partir da cooperação entre Brasil e China, tendo em vista o alinhamento de interesses em energias renováveis. Entretanto, ainda não é claro como este desenvolvimento pode ocorrer, tendo em vista que a maior parte dos investimentos chineses resultam em controle majoritário do ativo (BCB, 2017).

As formas de inserção internacional das economias da América Latina e da China, a partir dos anos 1990, apesar de ambas implicarem maior participação no comércio internacional, possuem significados e evolução distintos. Não só as estratégias foram quase que antagônicas, como também o desempenho delas foi diferente, pois entre 1990 e 2002 enquanto a renda *per capita* da China cresceu em média 8,8% ao ano, a taxa média da América Latina ficou apenas em 0,9%. Durante o fortalecimento da indústria chinesa com graus elevados de investimento, crescendo sua participação nas exportações mundiais, a América Latina passou por um processo de desverticalização e aumento do conteúdo importado da sua indústria. A instabilidade cambial e financeira da América Latina inviabilizou o desenvolvimento de uma ligação entre

recebimento de investimento e exportação, excetuando-se o caso mexicano, que se integrou às cadeias produtivas dos Estados Unidos. Como consequência dessa situação, as taxas de crescimento e investimentos possuem grande oscilação na região. O crescimento do setor de matérias primas na América Latina, fundamentado no crescimento da China, beneficiou principalmente os países que ganharam a “loteria de *commodities*”. Entretanto, países como Argentina e Brasil, que possuem grande produção de matérias primas, também sofreram com a competição de produtos chineses em seus mercados domésticos e também em mercados terceiros (BARBOSA, 2011).

A relação da China com a América Latina ajuda a mostrar que o Brasil não é um ponto isolado na estratégia do país. O rápido crescimento e demanda por matérias primas transformou a China em um dos principais parceiros comerciais da região, não apenas pela exportação de *commodities*, mas pela importação de bens manufaturados chineses. Estes diferentes caminhos no desenvolvimento acabam se refletindo no comportamento de IED, em que não existe uma estratégia clara na maioria dos países da América Latina. Enquanto isso, a China buscou acesso a matérias primas e energia por sua estratégia de *Going Global*. Os dados de IED na América Latina atestam a predominância de investimentos de estatais, que são focados em matérias primas e energia, enquanto o investimento privado ocorreu para o acesso aos mercados financeiros, de serviços e de infraestrutura. Estes fatores mostram o contraste da situação atual da China, que consegue crescer através do desenvolvimento de tecnologias e aumentar sua participação no valor adicionado das manufaturas. Enquanto a América Latina depende da demanda de matérias primas para gerar crescimento, o que faz parte da incapacidade de estabelecer políticas de desenvolvimento de longo prazo (PETERS, 2016). Segundo a perspectiva do estabelecimento de troca de matérias primas por produtos manufaturados é possível afirmar que:

[...] a China tende a acentuar as tendências de extrema especialização produtiva das economias da região, ainda que alguns países possam obter vantagens expressivas no curto prazo. Ou seja, a China faz que as relações comerciais dos países latino-americanos se aproximem do que a Cepal descreveu como um padrão centro-periferia. Obviamente que o conjunto da pauta comercial destes países se revela mais complexo do que no passado (BARBOSA, 2011, p.293)

Entretanto, apesar das relações desiguais no comércio com os países da América Latina, e neste sentido também com o Brasil, a China está disposta a conceder vantagens econômicas

em sua tentativa de criar uma ordem multipolar. A presença de empresas transnacionais chinesas no exterior não ocorre apenas devido a expansão para obter mercados para compra e venda, mas também possui objetivos geopolíticos. Este fato é reforçado pela questão dos investimentos no exterior serem em grande parte realizados por empresas com capital estatal e estarem conectadas com as estratégias do governo, como o *Going Global* e a *Nova Rota da Seda*. O crescimento da importância da China na economia global está atrelado a transformações na ordem política internacional. Além disso, a extroversão da economia chinesa é decorrente do processo de crescimento, demanda por matérias primas e aprofundamento do seu mercado interno, não pela maturidade de sua economia e diminuição das oportunidades de investimentos internas (BARBOSA, 2011; DU e ZHANG, 2018). O efeito da ascensão da China e da mudança nas relações com o Brasil podem ser indicados como:

- i) especialização regressiva da pauta exportadora – entendida como o aumento da participação relativa dos produtos básicos para a exportação; ii) significativo déficit comercial para o Brasil no caso dos produtos de mais alta intensidade tecnológica; e iii) perda na participação das exportações brasileiras de maior intensidade tecnológica em terceiros mercados (Europa, Estados Unidos e América Latina) em virtude da expansão das exportações chinesas (ACIOLY et al, 2011).

A ampliação das relações financeiras, comerciais e produtivas entre a China e o Brasil está inserida dentro das transformações enfrentadas na política internacional. A China iniciou seu movimento de ascensão no período de elevada concentração de poder econômico e político pelos Estados Unidos. A nova dinâmica das relações econômicas sino-brasileiras é bastante complexa devido às suas contradições e apresenta oportunidades que, caso não sejam aproveitadas, podem causar a substituição de participação do Brasil em mercados pela China, diminuição da capacidade produtiva nacional e perda do controle sobre fontes de energia e recursos naturais. Ao mesmo tempo que a China pode ajudar o Brasil na reformulação de instituições internacionais, o aprofundamento das desigualdades nas relações bilaterais pode ser um risco no longo prazo. Apesar da China ter utilizado a recepção de Investimento Estrangeiro Direto como uma forma de captar tecnologia do exterior, não se observa o mesmo processo de transferência de tecnologia nos investimentos chineses realizados no Brasil. A experiência chinesa neste sentido pode ser melhor aproveitada pelo Brasil, que possui grandes desafios para difundir tecnologia na cadeia produtiva, pois a escolha das empresas capitalistas nacionais tem sido adquirir tecnologias no exterior ao invés de construí-las (ACIOLY et al, 2011; AMSDEN, 2004).

Mesmo quando consideramos a opção de comprar a tecnologia e trazer empresas multinacionais para o mercado interno, nota-se que a indústria de transformação brasileira passou por mudanças de perda de participação no valor adicionado e no emprego que abrangem os anos 1980 até o final dos anos 1990. Entre 1985 a 1995 a participação da indústria no PIB caiu de 42,3% no início do período para 31,4%; esta variação foi provocada principalmente pela queda da indústria de transformação, cujo peso no PIB variou de 31,6% para 20,6% no mesmo período. Não é apenas no ponto de vista dos investimentos realizados no país que o setor de matérias primas se destacada, mas a própria economia do Brasil passa por perda relativa da indústria. Este é mais um indicativo da trajetória preocupante que o país está passando, com aumento da internacionalização do mercado interno sem correspondência em exportações e incapacidade de desenvolver tecnologia de ponta, com exceção de indústrias especializadas. O aumento da competição internacional pela abertura comercial, privatizações e sobrevalorização do real são causas do processo de perda de participação da indústria no PIB. Quando analisado o período posterior ao ajuste cambial, observa-se que a indústria ainda cresceu abaixo do desempenho da economia como um todo. Além disso, entre 2004 e 2009 o saldo comercial da indústria passou de 17,09 bilhões de dólares para menos 4,83 bilhões no fim do período. O déficit comercial não é apenas maior nos setores mais avançados em tecnologia, como também cresceu mais rapidamente no período. Quando analisados os anos entre 1992 e 2007, observa-se o ganho de participação de matérias primas e queda de bens manufaturados na balança comercial brasileira, sugerindo que a desindustrialização foi resultado da “doença holandesa”.³ A desindustrialização da economia brasileira resulta na diminuição da abrangência das cadeias produtivas nacionais, dos ganhos de escala que ocorrem com o crescimento industrial e diminuem a capacidade de inovação tecnológica do país, já que uma parte significativa do progresso tecnológico é difundido na indústria. Neste sentido, o modo de inserção do Brasil na economia internacional é análogo ao que Furtado aponta como característica de economias voltadas ao setor primário, que é a participação nas cadeias globais de valor pelo consumo de bens industrializados (OREIRO e FEIJO, 2010; GONÇALVEZ, 2011).

O processo de perda da importância da indústria na economia brasileira está relacionado ao aumento dos preços de matérias primas que beneficiou as exportações do país, permitindo o recebimento de reservas para a realização de investimentos. O papel da China é central neste movimento, pois o país aumentou suas demandas energéticas e de matérias primas para a

³ Segundo Oreiro e Feijo (2010, p223) a doença holandesa é a “desindustrialização causada pela apreciação da taxa real de câmbio resultante da descoberta de recursos naturais escassos num determinado país ou região”.

indústria e alimentação da população. Assim, devido a falta de estratégia de desenvolvimento da indústria e de tecnologia pelo lado brasileiro, a produção industrial não acompanha as outras áreas. Além disso, a maior competição por parte da China dificulta o posicionamento de produtos brasileiros em terceiros mercados. O recebimento de Investimento Estrangeiro Direto inclui o Brasil na lógica do governo chinês de manutenção das fontes de matérias primas e desenvolvimento de tecnologias no setor de energia. Não é razoável colocar que a China causou a desindustrialização do Brasil, até porque este processo é mais antigo que a modernização chinesa e o crescimento acelerado de suas exportações nos anos 1990. Entretanto, é importante reconhecer como as mudanças causadas pela China impactam a produção industrial interna e a exportação de produtos manufaturados (OREIRO e FEIJO, 2010; OLIVEIRA, H. 2016; GONÇALVEZ, 2011; PETERS, 2016; ACIOLY et all, 2011).

A especialização das economias da América Latina, portanto, também é uma consequência da maior demanda por matérias primas pela economia da China e da dificuldade de com ela concorrer em produtos manufaturados. Apesar do aumento da produção e exportação de *commodities* decorrente deste processo, a América Latina corre o risco da relação com a China levar a um padrão de especialização que é incapaz de trazer mudanças estruturais e crescimento sustentável da produtividade na região. Por essa visão, a ascensão chinesa limita a possibilidade do desenvolvimento minimamente endógeno, apesar dos países na região reconhecidamente não possuírem alternativas ou estratégias para lidar com as mudanças econômicas internacionais (BARBOSA, 2011; ACIOLY et all, 2011). Ao trazer a visão de Furtado (1974) das relações entre centro e periferia para a China e América Latina, observa-se que existe congruência entre as formas de inserção na economia internacional. Tanto na relação entre países do centro e periferia descrita pelo autor, como nas relações entre China e América Latina, a região atua como fornecedora de matérias primas e receptora de bens manufaturados. Entretanto, há diferença ao observar que a China passou pelo subdesenvolvimento, que ainda existe em muitas regiões do país, e está em processo de sua superação, fator que diferencia o centro e a periferia na visão do autor. Furtado (1974) aponta os limitadores que impedem o desenvolvimento da periferia, mas o caso chinês é importante para mostrar como estas barreiras foram superadas aproveitando um momento histórico e também utilizando as capacidades internas do país.

6 CONCLUSÃO

O crescente Investimento Estrangeiro Direto da China no Brasil está relacionado à maior presença do país na economia internacional e às suas demandas por mercados, matérias primas e segurança energética (BARBOSA, 2011; ACIOLY; PINTO; CINTRA, 2011). O posicionamento do Brasil em relação ao recebimento de IED não foi alterado pela posição chinesa, pois desde a abertura comercial iniciada nos anos 1990 o país tem se mostrado receptivo aos investimentos estrangeiros. As privatizações do período, principalmente nos setores de serviços, mostraram-se uma grande fonte de divisas, que foram importantes para a manutenção da política monetária do período (LAPLANE e SARTI, 2002; GONÇALVEZ, 2011). Após esse período de auge de recebimento do IED, o começo dos anos 2000 apresentou diminuição dos fluxos de entrada, em um momento de maior crescimento de economias em desenvolvimento da Ásia e América Latina (IEDI, 2006). A partir de 2004 o país começou a retomar os níveis de IED, inclusive atingindo as maiores proporções em relação ao PIB nas séries históricas, movimento que se mantém até hoje. Apesar do investimento estrangeiro possuir como função a atração de recursos visando o equilíbrio da Balança de Pagamentos, a análise do impacto de empresas transnacionais no crescimento de importações e exportações mostra um cenário preocupante. Como as empresas que entraram no país de um modo geral buscavam o mercado interno e também estavam inclusas em complexas cadeias de valor internacional, observou-se uma substituição de fornecedores nacionais por internacionais. Dessa forma, o nível de importação cresceu mais rapidamente do que as exportações desse segmento, o que somado às remessas de lucro para o exterior, criou um desequilíbrio futuro, apesar do resultado positivo no momento da transação (LAPLANE e SARTI, 2002; GONÇALVEZ, 2011).

Este cenário de recebimento de IED pelo Brasil reflete as escolhas realizadas pelo país em seu desenvolvimento histórico. Amsden (2004) mostra as possibilidades de comprar ou desenvolver tecnologias e métodos produtivos, que reflete no recebimento de IED e em outras políticas econômicas. O Brasil, ao contrário de outros países como a China e a Coreia do Sul, optou pela aquisição de tecnologias, que ocorre pela introdução de empresas transnacionais no mercado interno. Entretanto, como mostram Amsden (2004) e Furtado (1974), as empresas transnacionais não desenvolvem tecnologia em suas subsidiárias, o que ajudou a manter a posição do Brasil como periferia, sem desenvolvimento de capacidades tecnológicas mais avançadas, sem o pleno recebimento dos rendimentos gerados na produção e, afinal, sem autonomia para definir os rumos do próprio desenvolvimento socioeconômico nacional.

Furtado (1974) também aponta sobre os diferentes usos do excedente de produção no desenvolvimento e subdesenvolvimento. Neste sentido, a China conseguiu utilizar suas capacidades e características internas para gerar investimentos através de empresas nacionais em sua economia, e também atraiu IED de forma seletiva para o preenchimento de lacunas tecnológicas voltando a produção para exportação.

A re-ascensão da China como economia central no cenário internacional mostra um longo processo de busca pela independência frente ao imperialismo, desde o século XIX. O processo traumático enfrentado pelo país, que se iniciou com a política de “portas abertas” das potências ocidentais, implementadas pela força nas Guerras do Ópio, levou a uma retração e reconstrução interna no período posterior a Segunda Guerra Mundial. As antigas instituições do Império, que não eram fundamentadas nos valores ocidentais de diplomacia e livre comércio, depois do século perdido, foram substituídas por novas instituições chinesas lideradas pelo Partido Comunista Chinês. Nesse sentido, alguns dos valores clássicos da China foram mantidos na nova formação do país, como a centralização e o sentido de Nação. Enquanto a China Imperial da dinastia Qing era o centro do universo na concepção chinesa, a nova China que surge no século XXI caminha para o centro de uma economia asiática (KISSINGER, 2011; FAIRBANK e GOLDMAN, 2008). Ao invés de preservar as características chinesas de forma introvertida como ocorria no Império, a China moderna percebeu a necessidade de criar instituições e moldar a política internacional de modo que seu crescimento seja acomodado pacificamente. A iniciativa de *Going Global* e a Nova Rota da Seda apontam esforços chineses de preservar as cadeias de valor em que o país já está incluso e de garantir segurança energética, oportunidades de desenvolvimento e expansão de suas empresas, não só no entorno estratégico, como também em todo o mundo (BARBOSA, 2011; DU e ZHANG, 2018; ACIOLY; PINTO; CINTRA, 2011).

Apesar destas iniciativas impactarem mais o continente asiático, onde os investimentos chineses são mais concentrados, a América Latina e o Brasil são incluídos neste processo de expansão do investimento chinês. A América Latina surge como um grande exportador de matérias primas e consumidor de produtos manufaturados da China. Com o acelerado crescimento desse país, a demanda por recursos energéticos e matérias primas para a indústria também cresceu exponencialmente. O Brasil, nesse sentido, possui uma relação até certo ponto contraditória com a China, pois enquanto o essa permitiu o acúmulo de reservas internacionais pela maior demanda de *commodities*, o Brasil encontrou nela um competidor com o qual não consegue concorrer no preço de produtos manufaturados (CEPAL, 2018; CASANOVA *et alii*,

2019; PETERS, 2016). Além disso, por escolhas nacionais próprias, o crescimento proporcionado pela venda de matérias primas não foi acompanhado pela produção na indústria, o que resultou na perda de participação desta no PIB nas últimas décadas. A indústria brasileira caminha cada vez mais para especialização de sua produção, que foi fortalecida pela escolha mais fácil de adquirir tecnologia do exterior ao invés de produzir localmente (OREIRO e FEIJO, 2010; AMSDEN, 2004). Do ponto de vista de Furtado (1974), as relações econômicas atuais do Brasil com a China são similares às relações de centro e periferia, pelas características de comércio e investimento. Entretanto, diferentemente dos países desenvolvidos, a China passou e ainda experiencia o subdesenvolvimento em seu país, mostrando contudo sucesso na implementação de políticas que logram direcionar a acumulação interna para a expansão da produção e superação da condição periférica da economia. Apesar disso, pode-se argumentar que a condição periférica da economia chinesa foi uma etapa temporária na história milenar de uma economia central, ao menos no sistema tributário chinês.

Em relação ao Investimento Estrangeiro Direto da China no Brasil, observa-se uma continuidade das relações comerciais entre os países. Nos últimos anos, o investimento no Brasil tem crescido rapidamente e ocorre principalmente no setor de energia (BCB, 2019; SEAIN, 2008). Nesse sentido, foram realizadas diversas aquisições de empresas e participações em consórcios de exploração de petróleo, que estão alinhadas com as preocupações da China na política de *Going Global* e de investimento estrangeiro para garantir sua segurança energética. Os dados referentes aos investimentos confirmados pela China também mostram a evolução das relações entre os países. Entretanto, não ficou clara a existência de uma relação especial entre Brasil e China, no que tange ao desvio de suas políticas em comparação com outros países. Ambas nações possuem relações similares com outros países, enquanto a China realiza investimentos no setor de energia, o Brasil é um país aberto ao recebimento de IED.

O presente trabalho buscou analisar a origem dos fluxos de IED da China no Brasil, a partir do estudo da formação histórica e econômica daquele país. Assim, observou-se uma história de superação da experiência trágica e prolongada com o imperialismo ocidental e japonês, e posterior formação de uma economia moderna e capaz de exportar IED em grande volume, em consonância com uma estratégia de desenvolvimento e afirmação da Nação chinesa. Do ponto de vista do recebimento do IED pelo Brasil, percebeu-se a criação de políticas sem estratégias definidas na qualidade do investimento realizado no país, levando a uma política de aquisição de tecnologias e venda de ativos para o exterior. A experiência histórica mostra que o investimento estrangeiro pode representar uma fonte de conhecimento e

pode ser útil para o desenvolvimento. Entretanto, observa-se a falta de cuidado ao realizar uma abertura comercial desprovida de visão estratégica no Brasil. Enquanto isso, a experiência chinesa mostra a utilização do imenso mercado interno para absorver transferências de tecnologia e estabelecer empresas nacionais capazes de disputar espaço nas cadeias globais de valor. O Brasil ainda possui um grande caminho pela frente, caso em algum momento de sua história afirme-se como Nação soberana, que realiza com autonomia seu desenvolvimento, optando por posicionar-se nas cadeias de valor muito além de uma indústria especializada e do fornecimento de matérias primas.

REFERÊNCIAS

ACIOLY, Luciana; PINTO, Eduardo Costa; CINTRA, Marcos Antonio Macedo. China e Brasil: Oportunidades e Desafios. In: LEÃO, Rodrigo Pimentel Ferreira; PINTO, Eduardo Costa; ACIOLY, Luciana. **A China na nova configuração global: impactos políticos e econômicos**. Brasília: Ipea, 2011. p. 307-350.

AMSDEN, Alice H.. **The Rise of The Rest: Challenges to the West from Late-Industrializing Economies**. Nova Iorque: Oxford University Press, 2004.

ARRIGHI, G.. **Adam Smith in Beijing: Lineages of the twenty century**. London New York: Verso, 2007.

Banco Central do Brasil (BCB). **Circular N° 3189**. Brasília, 2014.

Banco Central do Brasil (BCB). **Estatísticas do Setor Externo – Adoção da 6ª Edição do Manual de Balanço de Pagamentos e Posição Internacional de Investimento (BPM6)**. Brasília, 2014

Banco Central do Brasil (BCB). **Estatísticas do Setor Externo – Adoção da 6ª Edição do Manual de Balanço de Pagamentos e Posição Internacional de Investimento (BPM6): Nota Metodológica n° 3 – Investimentos diretos e renda primária (lucros)**. Brasília, 2015.

Banco Central do Brasil. **Investimentos diretos no país - IDP - mensal - líquido**. 2019. Disponível em: <<https://dadosabertos.bcb.gov.br/dataset/22885-investimentos-diretos-no-pais---idp---mensal---liquido>>. Acesso em: 7 set. 2019b.

Banco Central do Brasil (BCB). **Relatório de Investimento Direto: Ano-base 2016**. [s.l.], 2018a.

Banco Central do Brasil (BCB). **Relatório de Investimento Direto: Ano-base 2017**. [s.l.], 2018b.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Resolução N° 3.844**. Brasília, 2010.

Banco Central do Brasil. **Tabelas especiais**. 2019. Disponível em: <<https://www.bcb.gov.br/estatisticas/tabelasespeciais>>. Acesso em: 7 set. 2019a.

BARBOSA, Alexandre de Freitas. China e América Latina Na Nova Divisão Internacional do Trabalho. In: LEÃO, Rodrigo Pimentel Ferreira; PINTO, Eduardo Costa; ACIOLY, Luciana. **A China na nova configuração global: impactos políticos e econômicos**. Brasília: Ipea, 2011. p. 269-306. (2011).

CASANOVA, Lourdes et al. Emerging multinationals from China and Latin America: a comparative analysis. **Transnational Corporations Review**, [s.l.], v. 10, n. 4, p.386-395, 2 out. 2018.

CHANG, Ha-joon. **Globalization, Economic Development and the Role of the State**. Nova Iorque: Zed Books, 2003.

CHEUNG, Yin-wong et al. China's Outward Direct Investment in Africa. **Review Of**

International Economics, [s.l.], v. 20, n. 2, p.201-220, 16 abr. 2012.

CINTRA, Marcos Antonio Macedo; SILVA FILHO, Edison Benedito da. O Sistema Financeiro Chinês: A Grande Muralha. In: CINTRA, Marcos Antonio Macedo; SILVA FILHO, Edison Benedito da; SILVA FILHO, Edison Benedito da (Org.). **China Em Transformação: Dimensões Econômicas e Geopolíticas do Desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Ipea, 2015. p. 425-492.

CINTRA, Marcos Antonio Macedo; SILVA FILHO, Edison Benedito da; PINTO, Eduardo Costa. Introdução. In: CINTRA, Marcos Antonio Macedo; SILVA FILHO, Edison Benedito da; PINTO, Edison Benedito da Silva Filho Eduardo Costa. **China em Transformação: China em Transformação**. Rio de Janeiro: Ipea, 2015. p. 15-44.

Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL). **Foreign Direct Investment in Latin America and the Caribbean**: 2016. Santiago: United Nations, 2016.

Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL). **Foreign Direct Investment in Latin America and the Caribbean**: 2017. Santiago: United Nations, 2017.

Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL). **Foreign Direct Investment in Latin America and the Caribbean**: 2018. Santiago: United Nations, 2018.

Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL). **Foreign Direct Investment in Latin America and the Caribbean**: 2019. Santiago: United Nations, 2019.

CORRÊA, Alexandre Palhano. Industrialização, Demanda Energética e Indústria de Petróleo e Gás na China. In: CINTRA, Marcos Antonio Macedo; SILVA FILHO, Edison Benedito da; PINTO, Eduardo Costa. **China em Transformação: Dimensões Econômicas e Geopolíticas do Desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Ipea, 2015. p. 198-236.

CUNHA, André Moreira; ACIOLY, Luciana. China: Ascensão à Condição de Potência Global – características e implicações. In: CARDOSO JUNIOR, José Celso; ACIOLY, Luciana; MATIJASCIC, Milko (Org.). **Trajetórias Recentes de Desenvolvimento: estudos de experiências internacionais selecionadas**. 2. ed. Brasília: Ipea, 2009. p. 343-396.

CURADO, Marcelo; CRUZ, Márcio. Investimento direto externo no Brasil: uma análise para o período de alta inflação. **Economia e Sociedade**, [s.l.], v. 21, n. 2, p.275-300, ago. 2012.

DIERSMANN, T.; PICCOLI, M. R.; ROVER, A. Entrada de Investimento Estrangeiro Direto no Brasil Entre 1995 e 2013: Importância para a Economia Brasileira. **Unesc & Ciência - ACSA**, v. 6, n. 1, p. 97-106, 23 jun. 2015.

DU, Julan; ZHANG, Yifei. Does One Belt One Road initiative promote Chinese overseas direct investment? **China Economic Review**, [s.l.], v. 47, p.189-205, fev. 2018.

DUNNING, John H.; LUNDAN, Sarianna M.. **Multinational Enterprises and the Global Economy**. 2. ed. Cheltenham: Edward Elgar P, 2008.

DUNNING, John H.; PITELIS, Christos. The Political Economy of Globalization – Revisiting Stephen Hymer 50 Years On. **Ssrn Electronic Journal**, [s.l.], p.1-41, 2009.

FAIRBANK, John King; GOLDMAN, Marle. **China: Uma nova história**. 3. ed. Porto Alegre:

L&PM, 2008.

FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL (FMI). (**BMP6**): Balance of payments and international investment position manual. Washington, D.C: IMF Multimedia Services Division, 2009.

FURTADO, Celso. **O Mito do Desenvolvimento**. São Paulo: Círculo do Livro, 1974.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. São Paulo: Editora Atlas, 1994.

GILPIN, Robert. **Global Political Economy: UNDERSTANDING THE INTERNATIONAL ECONOMIC ORDER**. New Jersey: Princeton University Press, 2001.

GONÇALVES, Reinaldo. **Impacto do investimento estrangeiro direto sobre renda, emprego, finanças públicas e balanço de pagamentos**. Brasília: Cepal, 2011.

HAYTER, Roger; HAN, Sun Sheng. Reflections on China's Open Policy Towards Foreign Direct Investment. **Regional Studies**, [s.l.], v. 32, n. 1, p.1-16, fev. 1998.

HIRATUKA, Célio; SARTI, Fernando. Relações econômicas entre brasil e china: análise os fluxos de comércio e investimento direto estrangeiro. **Tempo do Mundo**, Brasília, v. 2, n. 1, p.83-98, jan. 2016.

HYMER, Stephen. **THE INTERNATIONAL OPERATIONS OF NATIONAL FIRMS: A STUDY OF DIRECT FOREIGN INVESTMENT**. Cambridge: The Mit Press, 1976

Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (IEDI). **Investimento direto estrangeiro no Brasil: um panorama**. Ago. 2006. Disponível em: < https://iedi.org.br/admin_ori/pdf/20060804_ide.pdf> Acesso em: 20 setembro 2019.

JABBOUR, Elias; DANTAS, Alexis. The political economy of reforms and the present Chinese transition. **Brazilian Journal Of Political Economy**, [s.l.], v. 37, n. 4, p.789-807, dez. 2017.

KAMATH, Shyam J.. Foreign Direct Investment in a Centrally Planned Developing Economy: The Chinese Case. **Economic Development And Cultural Change**, [s.l.], v. 39, n. 1, p.107-130, out. 1990.

KISSINGER, Henry. **Sobre a China**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2011.

KOLSTAD, Ivar; WIIG, Arne. What determines Chinese outward FDI? **Journal Of World Business**, [s.l.], v. 47, n. 1, p.26-34, jan. 2012

KPMG. **China Outlook 2016**. : Kpmg Huazhen Llp —, 2016.

LAPLANE, Mariano; SARTI, Fernando. Investimento direto estrangeiro e a retomada do crescimento sustentado nos anos 90. **Economia e sociedade**, 8, 143-181, 1997.

LAPLANE, Mariano; SARTI, Fernando. **Investimento Direto Estrangeiro e o Impacto na Balança Comercial nos Anos 90**. Brasília: Ipea, 1999.

LAPLANE, Mariano; SARTI, Fernando. O Investimento Direto Estrangeiro e a internacionalização da economia brasileira nos anos 1990. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 11, n. 1, p.63-94, jun. 2002.

MEDEIROS, Carlos A.. China entre os Séculos XX e XX. In: FIORI, José Luís (Org.). **Estado e moedas no desenvolvimento das nações**. Rio de Janeiro: Vozes, 1999. p. 379-414.

MORAIS, Isabela Nogueira de. Desigualdades e Políticas Públicas na China: Investimentos, Salários e Riqueza na Era da Sociedade Harmoniosa. In: CINTRA, Marcos Antonio Macedo; SILVA FILHO, Edison Benedito da; PINTO, Eduardo Costa. **China em Transformação: Dimensões Econômicas e Geopolíticas do Desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Ipea, 2015b. p. 237-276

MORAIS, Isabela Nogueira de. Políticas De Fomento À Ascensão Da China Nas Cadeias De Valor Globais. In: CINTRA, Marcos Antonio Macedo; SILVA FILHO, Edison Benedito da; PINTO, Eduardo Costa. **China em Transformação: Dimensões Econômicas e Geopolíticas do Desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Ipea, 2015a. p. 81-126

OCDE. FDI stocks. **Foreign Direct Investment (fdi)**, [s.l.], 15 nov. 2017. OECD.

OCDE. **Implementing the latest international standards for compiling foreign direct investment statistics: ASSET/LIABILITY VERSUS DIRECTIONAL PRESENTATIO**. 2014. Disponível em: <<https://www.oecd.org/daf/inv/FDI-statistics-asset-liability-vs-directional-presentation.pdf>>. Acesso em: 12 out. 2019.

OLIVEIRA, Adilson de. Segurança Energética:: Uma Aliança Estratégica Entre Brasil E China. **Tempo do Mundo**, Brasília, v. 2, n. 1, p.23-50, jan. 2016.

OLIVEIRA, Henrique Altemani de. Brasil-China: Uma Parceria Predatória ou Cooperativa? **Tempo do Mundo**, Brasília, v. 2, n. 1, p.143-162, jan. 2016.

OREIRO, José Luis; FEIJÓ, Carmem A.. Desindustrialização: conceituação, causas, efeitos e o caso brasileiro. **Revista de Economia Política**, [s.l.], v. 30, n. 2, p.219-232, jun. 2010.

PAUTASSO, Diego. A ECONOMIA CONTINENTAL CHINESA E SEU EFEITO GRAVITACIONAL. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 19, n. 1, p.45-56, nov. 2011.

PETERS, Enrique Dussel. A Relação de Comércio e de Investimentos da América Latina com a China (2000-2012):: Uma Nova Forma de Dependência?. **Tempo do Mundo**, Brasília, v. 2, n. 1, p.123-42, jan. 2016.

RIBEIRO, Elton Jony Jesus; SILVA FILHO, Edilson. Benedito da. Investimento externo direto no brasil no período 2003-2012: aspectos regionais e setoriais. **Boletim de Economia e Política Internacional**, n. 14, p. 29-46, maio/ago. 2013.

SEAIN. **Boletim Bimestral sobre Investimentos Chineses no Brasil: Ago/Set 2017**. Brasília, 2017a.

SEAIN. **Boletim Bimestral sobre Investimentos Chineses no Brasil: Nov/Dez 2017**. Brasília, 2017b.

SEAIN. **Boletim Bimestral sobre Investimentos Chineses no Brasil: Jan/Fev 2018.** Brasília, 2018a.

SEAIN. **Boletim Bimestral sobre Investimentos Chineses no Brasil: Mar/Abr 2018.** Brasília, 2018b.

SEAIN. **Boletim Bimestral sobre Investimentos Chineses no Brasil: Mai/Jun 2018.** Brasília, 2018c.

SEAIN. **Boletim Bimestral sobre Investimentos Chineses no Brasil: Julh/Ago 2018.** Brasília, 2018d.

SEAIN. **Boletim Bimestral sobre Investimentos Chineses no Brasil: Set/Dez 2018.** Brasília, 2018e.

SILVA FILHO, Edison Benedito da. Trajetória Recente do Investimento Estrangeiro Direto e em Carteira no Brasil. **Boletim de Economia e Política Internacional**, Brasília, v. 19, n. 1, p.5-20, jan-abr. 2015

SOOFI, Abdol S.. China's Foreign Direct Investments: Challenges of Due Diligence and Organizational Integration. **Economic And Political Studies**, [s.l.], v. 3, n. 2, p.112-143, jul. 2015.

UNCTAD. DEFINITIONS AND SOURCES. In: UNCTAD. **World Investment Report 2007: Transnational Corporations, Extractive Industries and Development.** Genebra: United Nations Publication, 2007. p. 245-249.

UNCTAD. **UNCTAD Training Manual on Statistics for FDI and the Operations of TNCs: Volume I: FDI Flows and Stocks.** Genebra: United Nations, 2009.

UNCTAD. **World Investment Report 2018: Investment and New industrial Policies.** Genebra: United Nations Publication, 2018.

UNCTAD. **UNCTADstat Data Center.** 2019. Disponível em: <https://unctadstat.unctad.org/wds/ReportFolders/reportFolders.aspx?sCS_ChosenLang=en>. Acesso em: 12 ago. 2019.

UNCTAD. **World Investment Report 2014: Methodological Note.** Genebra: United Nations Publication, 2014.

UNCTAD. **World Investment Report 2017: Methodological Note.** Genebra: United Nations Publication, 2017.

WANG, Yanting; ZHAO, Lin. Outward Foreign Direct Investment from China: Recent Trend and Development. **The Chinese Economy**, [s.l.], v. 50, n. 5, p.356-365, 3 set. 2017.

ZHAO, Zhongxiu et al. China's Industrial Policy in Relation to Electronics Manufacturing. **China & World Economy**, [s.l.], v. 15, n. 3, p.33-51, maio 2007.

APÊNDICE A – NOVA METODOLOGIA DO FMI PARA COMPUTAÇÃO DOS DADOS DE IED

As estatísticas de Investimento Estrangeiro Direto foram desenvolvidas devido a necessidade de entender o impacto do investimento no desenvolvimento dos países e também para aprimorar a computação dos dados para a mensuração de políticas de atração de investimentos. A definição de IED está inserida no contexto da contabilidade da Balança de Pagamentos e do relatório de Posição de Investidores Internacionais (UNCTAD, 2009). Na Balança de Pagamentos existem três principais contas: balança corrente, balança de capitais (que corresponde principalmente de transferências internacionais de capital) e balança financeira (que representa a transação de ativos e passivos entre residentes e estrangeiros). A conta financeira é composta por outros 5 componentes básicos: investimento direto, investimento em portfólio, derivativos, outros investimentos e reserva de ativos (UNCTAD, 2009; BCB, 2014).

Segundo o relatório mundial de investimento publicado pela UNCTAD (2017, p. 245), o Investimento Estrangeiro Direto é definido como: “um investimento de longo prazo, que reflete um interesse e controle de uma entidade residente em uma economia em uma empresa residente em uma economia diferente do investidor estrangeiro”. O Investimento Estrangeiro Direto implica em uma relação de controle e gerenciamento do investidor sobre o ativo, o que se sugere considerar a partir do controle de 10% do ativo, e também envolve não apenas a transação inicial, mas todas as transferências subsequentes de recursos. Ao contrário do Investimento Estrangeiro em Portfólio, que é definido como a compra de participações, por um período limitado de tempo, em um ativo sem a participação no gerenciamento dela, o IED está mais relacionado com o conceito de dono ou gerenciador de um ativo, que envolve uma ligação mais profunda (UNCTAD, 2017; 2009; 2018). Segundo o manual da UNCTAD (2009), o investimento direto envolve o comprometimento em ativos menos líquidos do que o investimento em portfólio e representa mais do que possuir uma porcentagem do patrimônio líquido, ele implica em comprometimento de longo prazo com ativos imobilizados, pessoas e envolvimento no gerenciamento da empresa como um todo.

Esta definição está em sintonia com o conceito mais recente publicado pelo Fundo Monetário Internacional, em sua atualização de regras de 2017, a BPM6, onde define o Investimento Estrangeiro Direto como:

Investimento direto é uma categoria de investimento transfronteiriço associado a um residente em uma economia que possui controle ou um grau significativo de influência na gestão de uma empresa residente em outra economia (FMI, 2009, p.100 Tradução própria)

O IED pode ocorrer em três formas diferentes: capital acionário, que envolve a compra de ações de uma empresa nacional de outro país; lucro reinvestido, quando os ganhos de uma subsidiária não são distribuídos, mas reinvestidos no país; e empréstimos intra-empresas, quando uma transação de débito (de curto ou longo prazo) ocorre entre uma subsidiária e matriz. O IED em muitos países consiste principalmente na participação de empresas transnacionais em subsidiárias ou ramificações consideradas de controle de investidores estrangeiros. Neste sentido o conceito de dono precisa ser flexível para incluir as diferentes formas de acordos que podem ser estabelecidos pelas empresas transnacionais, como obter controle parcial, mas ainda ser o maior detentor de votos no conselho da empresa (UNCTAD, 2009)

Entretanto, apesar dessas divisões, não é sempre possível diferenciar os tipos de IED devido às restrições de fontes e qualidade dos dados divulgados pelos países (UNCTAD, 2017; 2009; 2018). Por sua vez, o estoque de IED representa os valores acumulados de investimento total em um determinado período de tempo através do estoque de ativos ou passivos decorrentes deste investimento (OCDE, 2017).

Segundo definições do FMI (2009), os investimentos recebidos pelo país são classificados dentro do sistema de contas nacionais como passivos e os investimentos realizados como ativo, ambos inclusos na conta financeira. O Banco Central do Brasil (2017), responsável pela contabilidade nacional, utiliza a nomenclatura de Investimento Direto Estrangeiro para se referenciar aos investimentos realizados pelo país em outras economias. Por sua vez, o investimento direto recebido é nomeado como Investimento Direto no País (IDP). Até 2015 o banco central se referia a ambos fluxos como IED, entretanto, com a implementação das normas mais recentes, os nomes foram atualizados em conjunto com os cálculos. Neste sentido é preciso notar que textos nacionais publicados antes da mudança utilizaram a nomenclatura antiga, enquanto textos em inglês se referenciam ao IED tanto para o recebimento como realização de investimento.

A mudança no modo de computação do Investimento Estrangeiro Direto ocorreu devido a adaptação das normas publicadas pelo FMI na sexta edição do Manual de Balança de Pagamentos e Posição de Investimento Internacional (BPM6, na sigla em inglês) e pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) na quarta edição da

Definição de Referência de Investimento Estrangeiro Direto (BD4, na sigla em inglês). Sua diferença para o padrão anterior (BMP5) ocorre principalmente no método de computação do investimento, que passou de uma abordagem direcional, que observada o sentido do fluxo do investimento, para uma abordagem fundamentada nas posições de ativos e passivos internacionais (BCB, 2015; UNCTAD, 2017; FMI, 2009). A Figura 17 mostra a diferença observada na modificação da metodologia, que é descrita pela OCDE comparando a presença de ativo e passivo com o método direcional:

Na apresentação do ativo / passivo, o lado do ativo inclui todos os ativos das empresas matriz residentes e de subsidiárias residentes, e o lado do passivo inclui todos os passivos das empresas matriz residentes e de subsidiárias residentes. Em contrapartida [no método direcional], a posição de realização de investimento externo consiste apenas em posições de empresas matriz e a parte de recebimento de investimento externo consiste apenas em posições de subsidiárias (OCDE, 2014, p.2, tradução nossa)

Figura 17 – Construção das posições de IED segundo o princípio de ativo/passivo e do método direcional.

	Realização de Investimento	Recebimento de Investimento					
Método BPM6 Ativo/Passivo	Ativos de investimento direto do país são iguais a	Passivos de investimento direto do país são iguais a					
	<table border="1"> <tr><td>Patrimônio no exterior de empresas matriz residentes e empréstimos para subsidiárias estrangeiras</td></tr> <tr><td>Mais</td></tr> <tr><td>Patrimônio no exterior de empresas subsidiárias residentes e empréstimos para matriz estrangeiras</td></tr> </table>	Patrimônio no exterior de empresas matriz residentes e empréstimos para subsidiárias estrangeiras	Mais	Patrimônio no exterior de empresas subsidiárias residentes e empréstimos para matriz estrangeiras	<table border="1"> <tr><td>Patrimônio no país de empresas matriz estrangeira e empréstimos para subsidiárias residente</td></tr> <tr><td>Mais</td></tr> <tr><td>Patrimônio no país de empresas subsidiárias estrangeira e empréstimos para matriz residente</td></tr> </table>	Patrimônio no país de empresas matriz estrangeira e empréstimos para subsidiárias residente	Mais
Patrimônio no exterior de empresas matriz residentes e empréstimos para subsidiárias estrangeiras							
Mais							
Patrimônio no exterior de empresas subsidiárias residentes e empréstimos para matriz estrangeiras							
Patrimônio no país de empresas matriz estrangeira e empréstimos para subsidiárias residente							
Mais							
Patrimônio no país de empresas subsidiárias estrangeira e empréstimos para matriz residente							
Método BPM5 Direcional	Investimentos realizados pelo país são iguais a	Investimentos recebidos pelo país são iguais a					
	<table border="1"> <tr><td>Patrimônio no exterior de empresas matriz residentes e empréstimos para subsidiárias estrangeiras</td></tr> <tr><td>Menos</td></tr> <tr><td>Patrimônio no país de empresas subsidiárias estrangeira e empréstimos para matriz residente</td></tr> </table>	Patrimônio no exterior de empresas matriz residentes e empréstimos para subsidiárias estrangeiras	Menos	Patrimônio no país de empresas subsidiárias estrangeira e empréstimos para matriz residente	<table border="1"> <tr><td>Patrimônio no país de empresas matriz estrangeira e empréstimos para subsidiárias residente</td></tr> <tr><td>Menos</td></tr> <tr><td>Patrimônio no exterior de empresas subsidiárias residentes e empréstimos para matriz estrangeiras</td></tr> </table>	Patrimônio no país de empresas matriz estrangeira e empréstimos para subsidiárias residente	Menos
Patrimônio no exterior de empresas matriz residentes e empréstimos para subsidiárias estrangeiras							
Menos							
Patrimônio no país de empresas subsidiárias estrangeira e empréstimos para matriz residente							
Patrimônio no país de empresas matriz estrangeira e empréstimos para subsidiárias residente							
Menos							
Patrimônio no exterior de empresas subsidiárias residentes e empréstimos para matriz estrangeiras							

Patrimônio no país	Patrimônio no exterior
--------------------	------------------------

Extraído de: OCDE (2014, p. 2)

A mudança ocorreu, segundo OCDE (2014), para estabelecer consistência nas estatísticas de IDE com outros dados macroeconômicos e estatísticas presentes nas categorias

de investimento na Balança de Pagamentos e na Posição Internacional de Investidores. Com a nova recomendação, é mais fácil analisar a composição dos ativos e passivos de um país de modo a verificar sua exposição internacional. As condições de vulnerabilidade podem ser analisadas a partir do investimento em portfólio e do investimento estrangeiro direto, já que ambos são computados a partir da perspectiva de ativos e passivos e também consideram instrumentos como dívida e patrimônio líquido. Dessa forma é possível ver quanto do investimento é feito através de dívida, que dependerá das condições de pagamento do país receptor do montante e pode representar um risco ao credor.

Apesar das vantagens do método presente na BPM6 para este tipo de análise, a OCDE (2014) recomenda que o método direcional (BPM5) seja utilizado para a análise das motivações e das relações de investimento entre países, porque este método é mais propício para identificar conexões internacionais devido ao seu caráter direcional. Também se recomenda aos países que utilizem o método direcional quando publicarem os dados de investimento com segmentações de países, indústrias ou regiões. Mesmo com as diferenças entre BPM5 e BPM6, segundo análise da OCDE sobre os países membros, os métodos acompanham números similares em 80% dos casos observados. Isto é importante para notar que mesmo com metodologias diferentes de computação dos dados, é possível a chegar em conclusões similares, como o próprio relatório aponta.

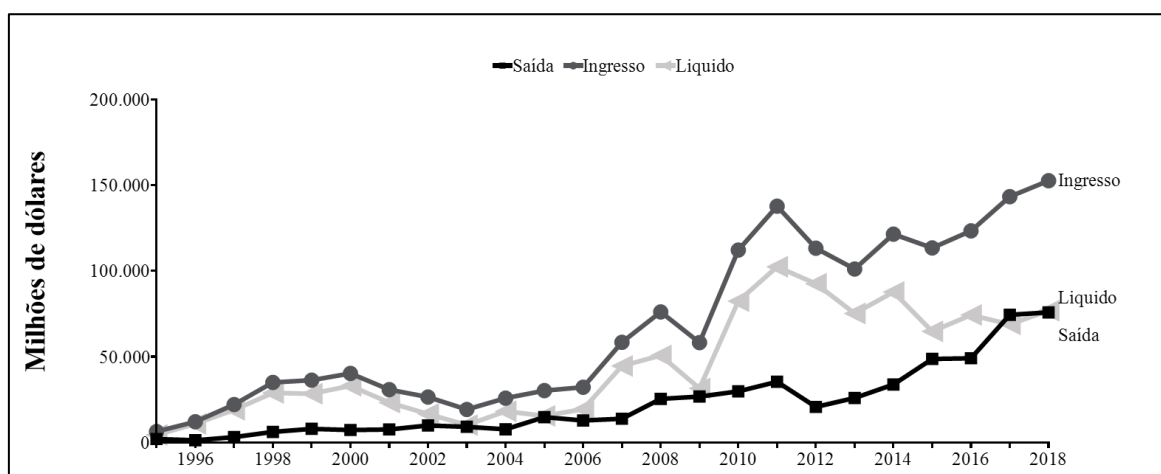
A resolução número 3488 do Banco Central do Brasil (2010) e a Circular número 3189 (2014) regulamentam o ingresso de capital estrangeiro no país e estabelecem a base do processo de coleta de dados do Investimento Estrangeiro Direto. Como esclarecimento é importante notar que o IED descrito na resolução e na circular possui definição similar ao de Investimento Direto no País, aplicado a partir de abril de 2015 segundo comunicado do BCB (2014), ou seja, ele se refere ao capital estrangeiro recebido pelo país. As regulamentações do BCB (2010, 2014) estabelecem que a empresa receptora do investimento é a responsável pelo registro declaratório eletrônico no banco. Também é exigida a manutenção dos valores correspondentes ao capital social integralizado na empresa receptora por cada investidor, dessa forma é possível verificar os valores do estoque de investimento que correspondem a participação de capital estrangeiro em empresas brasileiras. Por fim o Banco Central do Brasil (2010, 2014) reconhece as seguintes atividades como Investimento Estrangeiro Direto:

- a) Ingresso de bem, tangível ou intangível, no País, para capitalização na empresa receptora

- b) Reorganização societária, entendida como a fusão, incorporação ou cisão de empresas no País, na qual pelo menos uma delas conte com participação de capital estrangeiro
- c) Permuta ou conferência de ações ou de quotas em empresas brasileiras no País que envolva investidores não residentes.
- d) Reinvestimento de dividendos, de juros sobre o capital próprio e de reservas de lucros na empresa receptora em que foram produzidos
- e) Distribuição de lucros/dividendos, pagamento de juros sobre capital próprio, alienação de participação, restituição de capital e acervo líquido resultante de liquidação que forem utilizados para reaplicação em outras empresas receptoras ou pagamentos no País ou diretamente no exterior.

Ao comparar a definições do Banco Central do Brasil (2015), UNCTAD (2017) e FMI (2009), percebe-se alinhamento com as três definições de transações, entretanto, pela definição do BCB se tratar de uma regulamentação legal, observa-se uma maior preocupação em definir com detalhes operacionais o que pode e o que não pode ser caracterizado como investimento direto. Por existirem definições contábeis diferentes entre os países, podem existir algumas diferenças no reconhecimento das transações dentro dos sistemas internos.

Figura 18 – Ingressos e Saídas de Investimento Direto no País de 1995 a 2018

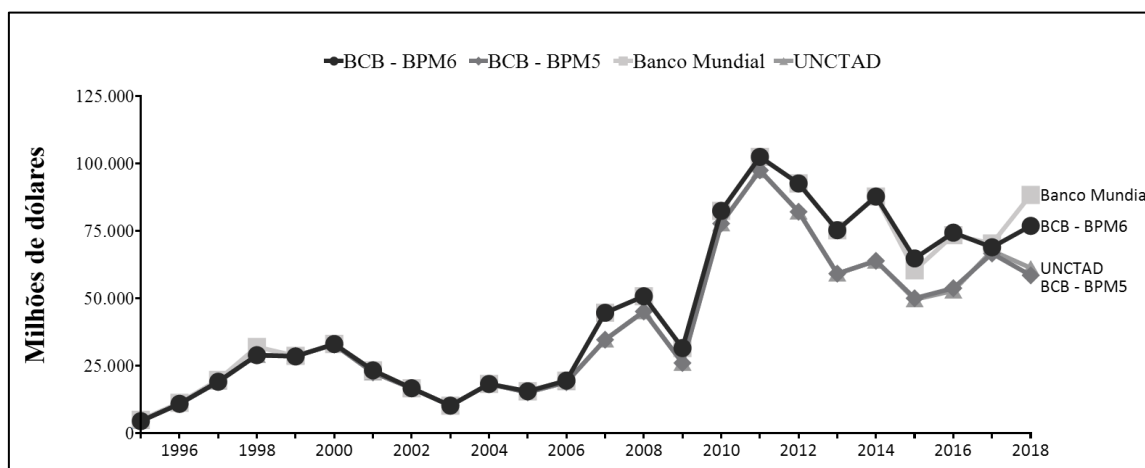


Fonte: BCB (2019)

Para a obtenção dos dados a respeito do Investimento Estrangeiro Direto, pode-se utilizar como fonte o Banco Central do Brasil, a UNCTAD ou o Banco Mundial, sendo que

estes dois últimos agregam dados sobre os outros países. Os valores a respeito do IED variam de acordo com as bases de dados, apesar de todas possuírem como fonte primária o Banco Central do Brasil. O BCB divulga os dados referentes ao estoque, fluxos positivos e negativos de Investimento Direto no País (equivalente ao recebimento de IED), também na forma de IED utilizando a metodologia da BPM5. Pode-se observar na Figura 18 a formulação do IDP historicamente considerando os ingressos e saídas de investimentos no país de 1995 a 2018. Em relação as diferentes bases, a UNCTAD não possui notas metodológicas que expliquem o cálculo realizado para a divulgação de seus dados, entretanto, os números são muito similares aos divulgados pelo Banco Central do Brasil no formato BPM5 como é mostrado na Figura 19. Dessa forma, devido a essa semelhança e a recomendação presente no manual da UNCTAD (2017) acredita-se que os dados divulgados estejam no formato das normas da BPM5. Enquanto isso a Figura 19 mostra que os valores divulgados pelo Banco Mundial são muito próximos dos divulgados pelo BCB no formato BPM6, entretanto, também não temos alguma nota metodológica que referencia diretamente este uso.

Figura 19 – Fluxo de Investimento estrangeiro realizado no Brasil segundo Banco Central do Brasil, Banco Mundial e UNCTAD de 1995 a 2018.



Fonte: BCB (2019b); Banco Mundial (2019); UNCTAD (2019)

Em uma comparação dos diferentes valores e sua evolução no tempo, é possível ver a proximidade dos dados, o que nos permite inferir a origem das bases do Banco Mundial (2019) e da UNCTAD (2019). Neste trabalho, fundamentaremos a análise utilizando os dados publicados pelo BCB, devido a disponibilização de segmentações por países e setores, bem como por serem a fonte primária. As bases do Banco Mundial e da UNCTAD serão utilizadas para a análise dos investimentos da China em outros países, devido a impossibilidade de

analisar as fontes primárias de cada um dos países. Enquanto isso, as bases de dados do BCB permitem acessar com mais informações a situação do IDP e da Balança de Pagamentos do Brasil.